

p
400
A/2



Cadernos de Tradução

Número 17 - outubro / dezembro - 2004



A terminologia em foco

Cadernos de Tradução

Nº 17 , outubro/dezembro de 2004

A Terminologia em Foco

Organizadoras:

Maria da Graça Krieger e Luzia Araújo

Instituto de Letras - UFRGS



INSTITUTO DE LETRAS - UFRGS

Diretora: Prof^a. Sara Viola Rodrigues

Vice-Diretora: Prof^a. Gilda Neves da Silva Bittencourt

COMISSÃO EDITORIAL

Prof^a. Éda Heloisa Pilla

Prof^a. Lúcia Sá Rebello

Prof^a. Maria Lúcia Machado de Lorenci

Organizadoras deste número:

Maria da Graça Krieger e Luzia Araújo

Capa e Editoração: Leandro Bierhals Bezerra - Núcleo de Editoração Eletrônica do Instituto de Letras

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Letras

Av. Bento Gonçalves, 9500 CEP 91540-000 Porto Alegre-RS

Fone: (051) 33166689 Fax: (051) 33167303

<http://www.ufrgs.br/iletras>

E-mail: iletras@vortex.ufrgs.br

Sumário

Apresentação – A terminologia em foco

Luzia Araújo e Maria da Graça Krieger

A terminologia hoje: concepções, tendências e aplicações

Maria Teresa Cabré

Tradução: Susana Kerschner

Revisão: Luzia Araújo

Teoria sociocognitiva da terminologia

Rita Temmerman

Tradução: Natacha Enzweiler e Luzia Araújo

Revisão: Talia Bugel

Como ter acesso a elementos definitórios nos textos especializados?

Jennifer Pearson

Tradução: Sandra Dias Loguercio e Carolina Huang

Revisão: Luzia Araújo

Corpora como ponto de partida para a extração de dados terminológicos

Heribert Picht

Tradução: Danatela Duarte e Maria José Bocorny Finatto

Revisão: Cleci Regina Bevilacqua

Conceitos básicos da lingüística das linguagens especializadas

Lothar Hoffmann

Tradução: Ulla Pedde Muss e Maria José Bocorny Finatto

Revisão: Cleci Regina Bevilacqua

Formas de representação na terminologia

Heribert Picht e Christer Laurén

Tradução: Ulla Maria Pedde Muss

Revisão: Maria José Bocorny Finatto

Por uma terminologia textual

Didier Bourigault e Monique Slodzian

Tradução: Sandra Dias Loguercio

Revisão: Elsa Ortiz

A terminologia segundo uma abordagem textual: uma representação

mais adequada do léxico nas linguagens de especialidade

Pierre Auger e Marie-Claude L'Homme

Tradução: Cristina de Campos Velho Birk

Revisão: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard

Relações semânticas entre unidades léxicas com valor especializado e descritores

Andreina Adelstein e Judit Feliu

Tradução: Cleci Regina Bevilacqua

Revisão: Maria José Bocorny Finatto

As definições de conceitos especializados em dicionários monolíngües

Cristina Gelpí e Núria Castillo

Tradução: Ana Lúcia Anselmo

Revisão: Maria Lúcia Lorenci

Apresentação

Este número temático dos *Cadernos de Tradução* surgiu a partir de uma iniciativa do Projeto TERMISUL e da Cadeira de Terminologia, atendendo a uma necessidade de preencher um *buraco negro*¹ verificado no âmbito do ensino dessa disciplina no curso de Bacharelado em Tradução, oferecido pelo Instituto de Letras da UFRGS. Se, por um lado, é inegável a importância dessa disciplina, em sua vertente prática, para a formação de futuros tradutores, por outro, quando buscamos relacionar a prática terminológica a pressupostos teóricos contemporâneos, deparamo-nos com um buraco constituído por uma enorme carência de textos de referência traduzidos para o português. A grande maioria dos escritos mais representativos sobre Terminologia hoje tem o inglês e o espanhol como idiomas de partida, havendo também, em menor número, importantes obras em alemão, francês e catalão. Além das diversas línguas, são textos dispersos que, agora traduzidos para o português e reunidos neste número – *A Terminologia em foco* –, constituem um material didático de extrema relevância aos que estudam e pesquisam Terminologia e, como futuros tradutores, fazem dela uma importante ferramenta de trabalho.

Muito embora o enfoque principal que tentamos imprimir, nestes últimos três anos, ao ensino de Terminologia para futuros tradutores seja de caráter essencialmente prático, é fundamental que essa prática possa ser continuamente entrelaçada à teoria, para que possamos formar profissionais cada vez mais conscientes da complexidade que sua atividade envolve e das responsabilidades dela decorrentes. Além de fomentar uma maior conscientização quanto à natureza de sua futura profissão, tal entrelaçamento permite a aprendizes desenvolver e aplicar metodologias sistematizadas de trabalho que contribuem não apenas para otimizar a realização de sua tarefa mas, principalmente, para promover a melhoria da qualidade de seu produto final. Para aguçar, portanto, em futuros profissionais seu espírito crítico, ao mesmo tempo em que tentamos oferecer-lhes um amplo leque de metodologias de trabalho teoricamente

¹ Sobre a acepção dada a *buraco negro* aqui, ver Araújo, L. *De big bangs a buracos negros no universo da tradução no Brasil – um estudo sobre o papel da terminologia na prática tradutória e na formação de tradutores*. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, SP, 2001.

consistentes, consideramos essencial facilitar-lhes o acesso à literatura de linhas de pensamento de diferentes procedências teóricas e idiomáticas.

Dessa forma, as traduções reunidas neste número temático têm por objetivo preencher um pouco das lacunas verificadas no dia-a-dia do ensino. São textos-chave de uma área reconhecidamente marcada pela multidisciplinaridade e, portanto, por abordagens muitas vezes distintas. Apesar da diversidade de abordagens, tanto os artigos de natureza mais reflexiva, que procuram delimitar o escopo da disciplina, seus propósitos e princípios, como os de natureza mais pragmática, que propõem a aplicação de metodologias ou estabelecem critérios para uma prática mais coerente e em sintonia com os avanços da disciplina, compartilham um mesmo fio condutor, orientado por uma concepção moderna de Terminologia.

Nessa direção, inscreve-se o primeiro artigo, *A terminologia hoje: concepções, tendências e aplicações*, em que Maria Teresa Cabré nos oferece uma visão panorâmica atual sobre as diferentes concepções da terminologia, seus diversos enfoques teóricos e suas múltiplas possibilidades de aplicação prática. Segundo a autora, o termo *terminologia* é marcado pela diversidade, a começar por sua própria definição tripartida enquanto disciplina, prática e produto. Cada um desses elementos definitórios é detalhadamente discutido, procurando-se delimitar em seguida as principais tendências da terminologia na atualidade, bem como suas aplicações enquanto matéria que serve essencialmente a duas finalidades, a representação e a transferência, no âmbito da comunicação em realidades especializadas.

Uma *Teoria sociocognitiva da terminologia* é proposta por Rita Temmerman, no artigo aqui traduzido. Os pressupostos da Teoria Geral da Terminologia, delineada por Eugene Wüster, são questionados a partir da formulação de cinco princípios alternativos a esses pressupostos tradicionais. A autora examina as implicações desses princípios para a metodologia de trabalho terminográfico e propõe, a partir de uma investigação empírica realizada num *corpus* da área das ciências biológicas, um procedimento para a descrição terminológica com base na análise de informação textual.

A utilização de *corpora* de textos especializados em trabalhos terminográficos é o principal enfoque do texto *Como ter acesso a elementos definitórios nos textos especializados?*, de Jennifer Pearson. Partindo do pressuposto de que em determinadas situações de comunicação especializada – ou cenários comunicativos – os especialistas, explicita ou implicitamente, explicam os termos utilizados, sua abordagem, baseada em princípios da Linguística de Corpus, aponta critérios importantes para

a confecção de um *corpus* para a extração de definições, e consiste em explorar a presença de certas estruturas gramaticais como ponto de partida da investigação, em vez de partir dos termos.

A utilização de *corpora* é também o enfoque de *Corpora como fontes para extração de dados terminológicos*, de Heribert Picht. Neste artigo, temos uma discussão sobre o uso de *corpora* textuais em formato digital como base para a geração de produtos terminológicos com o auxílio de ferramentas informatizadas, tais como glossários e dicionários. O autor destaca alguns passos e especificidades que devem ser observados para que se obtenham resultados satisfatórios e confiáveis.

O artigo *Conceitos básicos de uma lingüística das linguagens de especialidade*, de Lothar Hoffmann, é um texto básico, que traz conceitos importantes a serem considerados pela pesquisa terminológica de perspectiva textual, destacando-se a posição desse autor que coloca o texto especializado, e não apenas as terminologias, como foco principal de uma lingüística das linguagens especializadas.

O texto *Formas de representação na terminologia*, de Heribert Picht e Christer Laurén, apresenta e discute as diferentes realizações signíficas presentes nas linguagens especializadas e pondera a abrangência de referenciais teóricos e metodologias para seu tratamento e estudo, trazendo-se à discussão elementos básicos da Terminologia clássica: objetos, conceitos, termos e signos lingüísticos, com a defesa de uma perspectiva semiótica ampla para o tratamento dos fenômenos que ocorrem nas linguagens técnico-científicas.

Em *Por uma terminologia textual*, Didier Bourigault e Monique Slodzian apresentam uma análise de novas implicações práticas, teóricas e metodológicas da Terminologia, conforme discutido pelo grupo TIA (Terminologia e Inteligência Artificial), de que fazem parte. De acordo com o pensamento exposto, a construção de terminologias apóia-se na observação empírica do objeto (utilização de *corpora* textuais) e em seu contexto de aplicação, ou seja, na pertinência da pesquisa terminológica para o usuário em questão. Tal prática exige uma renovação teórica da Terminologia, cujas bases teóricas devem ser fixadas no âmbito da Lingüística Textual.

Da mesma maneira, em *A terminologia segundo uma abordagem textual: uma representação mais adequada do léxico nas linguagens de especialidade*, Pierre Auger e Marie-Claude L'Homme defendem a abordagem textual como fundamento de uma representação adequada do léxico das LSP. Partindo da constatação de que, tradicionalmente, a lexicografia e a terminografia foram isoladas do domínio da lingüística, os autores apresentam a situação atual da questão, chamando atenção para

o estudo do léxico especializado que acabou se reaproximando dos domínios lingüísticos, dando origem à chamada *lingüística de especialidade*.

Já, *Relações semânticas entre unidades léxicas com valor especializado e descritores*, de Andreina Adelstein e Judit Feliu, trata da relação entre a terminologia e a documentação. Mais precisamente procura analisar a relação semântica que se estabelece entre uma unidade léxica com valor especializado e os descritores. A partir da análise da definição de alguns termos em dicionários e de sua aplicação como descritor para recuperação de informação bibliográfica, as autoras estabelecem alguns parâmetros para identificar a distância semântica existente entre termos e descritores. Com base nos resultados obtidos, as autoras sugerem a necessidade de flexibilização dos tesouros ou a sua complementação com outros tipos de informação para dar conta do fenómeno da variação que ocorre nas áreas especializadas para, deste modo, obter maior precisão na recuperação de documentos.

O artigo *As definições de conceitos especializados em dicionários monolíngües* mostra que a concepção da definição lexicográfica como um dos elementos mais importantes do dicionário monolíngüe geral nem sempre é suficiente para dar conta do significado de conceitos especializados. A partir da análise de um conjunto de entradas em vários dicionários do espanhol e do catalão, Cristina Gelpí e Núria Castillo concluem que todo o verbete fornece informações importantes sobre a entrada.

Em seu conjunto, o material textual aqui apresentado, traduzido por estudantes de graduação, de pós-graduação e docentes do Instituto de Letras, da UFRGS, oferece um panorama amplo e atual da disciplina. Além disso, pode ser visto não apenas como fonte de referência ou pesquisa para profissionais em formação, para estudantes de Pós-Graduação em Terminologia, mas também como importante instrumento de aproximação entre distintas áreas de conhecimento, ao proporcionar a professores de outras disciplinas, notadamente as relacionadas à teoria e à prática da tradução, alguns elementos teóricos e metodológicos fundamentais para subsidiar e enriquecer seu conhecimento sobre as aplicações da terminologia no contexto do ensino da atividade tradutória.

Na expectativa de que *A Terminologia em foco* cumpra a sua finalidade, agradecemos o trabalho voluntário das tradutoras e revisoras e aos autores e autoras a permissão para a publicação dos artigos traduzidos.

Porto Alegre, julho de 2004

Luzia Araújo & Maria da Graça Krieger
Organizadoras

A TERMINOLOGIA HOJE: CONCEPÇÕES, TENDÊNCIAS E APLICAÇÕES*¹

María Teresa CABRÉ²

Tradução: Susana Kerschner³

Revisão: Luzia Araújo⁴

PROPOSTAS PARA UMA ORGANIZAÇÃO DA TERMINOLOGIA NA ESPANHA

Pouco a pouco, parece que o amplo reconhecimento da terminologia como uma disciplina séria vai avançando. E a Espanha, apesar de tudo, tem-se somado a este processo, ainda que seja difícil atrair a atenção dos lingüistas para este campo do saber e custe a interessar aos especialistas em outras matérias por ser uma reflexão de fundamentos que vai além da pura e simples utilização funcional.

Neste artigo, como o título indica, proponho-me a oferecer uma visão panorâmica, embora não isenta de crítica, sobre a terminologia hoje em uma vertente tripla: sua concepção, as orientações ou tendências que a desenvolvem, e, finalmente, suas múltiplas e variadas aplicações.

Antes de abordar o tema, deixem-me enfatizar a condição plural dos três substantivos que delimitam o título: concepções, tendências, aplicações. Para mim, a terminologia, embora pareça estranho aos que só a relacionam com padronização ou normalização, é, acima de tudo, representativa da diversidade. E essa diversidade manifesta-se nas diferentes

* Uma primeira versão deste artigo foi apresentada na conferência inaugural do curso dirigido pelo Dr. José A. Pascual "A terminologia nas línguas da Espanha" da Universidade Internacional de Menéndez Pelayo de Santander (agosto de 1995). Versão espanhola do artigo "Terminology today", publicado em *Terminology, LSP and Translation. Studies in Language Engineering in Honour of Juan Carlos Sager*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1996. 15-33.

¹ Traduzido com a permissão da autora a partir do texto em espanhol "La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones", publicado em Cabré, M. T. *La terminología – Representación y comunicación*. Barcelona: IULA, 1999, pp. 17-38.

² Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha.

³ Aluna de pós-graduação, Instituto de Letras, UFRGS.

⁴ Tradutora, Bolsista RD-CNPq e professora colaboradora, Instituto de Letras, UFRGS.

concepções da disciplina, nas diferentes matérias que a compõem e nas diferentes funções que permite cumprir, além da variedade de práticas que oferece, da diversidade de usuários que se servem dela, da diversidade de organizações que a tratam. Estou longe, pois, da concepção monolítica e rígida da terminologia, tão difundida pelos países centro-europeus, e perto dos que defendem uma terminologia diversa, adaptada ao meio em que se trata, concebida de acordo com finalidades específicas, por isso acredito que por trás dela não existe mais que pluralidade, diversidade e multifuncionalidade. E, como pano de fundo da diversidade, por mais paradoxal que possa parecer de início, unidade de bases, unidade de objeto científico, unidade de campo de pesquisa; em suma, unidade de disciplina. O título desta conferência resume, de modo sintético, a posição que tentarei desenvolver: uma só matéria, “a terminologia”, com um poliedro de bases teóricas (as concepções), de enfoques (as orientações), de práticas (as aplicações).

I. CONCEPÇÕES DA TERMINOLOGIA

1. É amplamente conhecida a polissemia do termo terminologia, que nos remete pelo menos a três noções: a) disciplina, b) prática e c) produto gerado por essa prática. Como disciplina é a matéria que se ocupa dos termos especializados; como prática é o conjunto de princípios destinados à compilação de termos; e, como produto, é o conjunto de termos de uma determinada área de especialidade. Vemos, pois, já desde o princípio, a marca da diversidade.

1.1 A terminologia, em sua primeira acepção, é concebida como a disciplina que se ocupa dos termos especializados. Mesmo que esta definição pareça contundente, a análise de cada um dos segmentos que a compõem abre um leque de questões que devemos responder para delimitar o âmbito de trabalho.

- A terminologia é uma *disciplina*:
É realmente uma disciplina, ou se trata simplesmente de uma técnica?
Se é uma disciplina, que tipo de disciplina é? Científica ou pré-científica? Teórica ou aplicada? Descritiva ou explicativa?
É uma disciplina lingüística ou transcende a lingüística?
- A terminologia é uma disciplina que *se ocupa dos* termos especializados:
Que sentido tem *ocupar-se dos termos*?
Analisá-los?
Compilá-los em glossários?
Propor-lhes uma forma padrão?

1.2 A terminologia, em sua segunda acepção, é concebida como o conjunto de diretrizes ou princípios que regem a compilação de termos. Novamente nos encontramos com uma ampla gama de questões problemáticas:

- Estas diretrizes existem?
- Têm uma validade universal?
- Até que ponto estão normalizadas?

1.3 Finalmente, a terminologia, em sua terceira acepção de produto gerado pela prática, define-se como o conjunto dos termos de uma área especializada. Também esta definição abre perguntas a que se deve responder:

- A terminologia como conjunto, é um conjunto organizado, fechado, específico?
- A terminologia como conjunto de termos:
O que são termos?
Em que se diferenciam das palavras?
São signos da linguagem ou abrangem também expressões não-lingüísticas?
- A terminologia como o conjunto dos termos de uma área especializada:
O que significa especializado?
Podemos falar de linguagens de especialidade?
Ou devemos falar mais propriamente de léxicos de especialidade?
As linguagens de especialidade são conjuntos fechados?
São claramente delimitáveis?
Podemos falar de diversidade nos âmbitos especializados?

Como podem ver, ao mesmo tempo, há muitas perguntas para tentar definir a terminologia de uma só vez. Por isso, vamos tentar dar a resposta a algumas questões básicas de maneira ordenada, em primeiro lugar, analisando o objeto e, em seguida, tentando delimitar o tipo de disciplina que trata desse objeto.

2. A terminologia como objeto

Como dissemos anteriormente, a terminologia ocupa-se dos termos de especialidade. Mas, o que entendemos por termos de especialidade? Para esclarecer esse ponto, é necessário partir de uma tripla concepção que existe sobre os termos sob a perspectiva de disciplinas distintas.

Para a *lingüística*, os termos são o conjunto de signos lingüísticos que constituem um subconjunto dentro do componente lexical da

gramática do falante. A posição da lingüística é clara: os termos não se diferenciam das palavras do componente lexical, são unidades do léxico da gramática que fazem parte da competência do falante-ouvinte ideal. Esta competência pode ser geral (comum a todos os falantes) e especializada (restrita a grupos de falantes). A terminologia específica (e não a banalizada, nem a fundamental do tronco comum das áreas técnico-científicas) faria parte da competência especializada. Os termos são, para a lingüística, uma maneira de *saber*.

Para a filosofia, a terminologia é um conjunto de unidades cognitivas que representam o conhecimento especializado. Estas unidades têm uma vertente dupla: por um lado, são unidades de conhecimento, pois os falantes aproximam-se do mundo através delas; por outro lado, são unidades de representação, que dão uma idéia da organização do mundo especializado (ou pelo menos de como os falantes percebem o mundo especializado). Os termos são, pois, uma maneira de *conhecer*.

Para as diferentes disciplinas técnico-científicas, a terminologia é o conjunto das unidades de expressão e comunicação que permite transferir o pensamento especializado. O importante nesta concepção é o valor de intercâmbio dos termos, por isso decidimos que são para as especialidades uma maneira de *transferir*, de *comunicar*.

Nas três concepções, observamos alguns pontos coincidentes e outros divergentes. De fato, as três disciplinas concebem a terminologia como um *conjunto de unidades* com uma *finalidade essencial*, portanto com um valor funcional, embora se diferenciem por dois fatores:

- O primeiro, a concepção distinta que têm estas unidades: para a lingüística, são unidades de significação; para a filosofia, unidades de cognição; e, para as especialidades, unidades de denominação.
- O segundo, a função prioritária que as três disciplinas lhe atribuem: a lingüística, a função de significar; a filosofia, a de representar; e as especialidades, a de denominar.

Diante deste cenário de diferenças, parece coerente perguntar se, na realidade, está-se falando de um mesmo objeto ou de objetos científicos distintos. A resposta a esta questão só encontramos na concepção de base do termo como objeto. De fato, de acordo com o conceito de signo de Ogden e Richards, o termo é concebido como uma unidade poliédrica, composta de três elementos: o significado ou conceito, o nome ou denominação, e a coisa ou referente.

Com isso, à questão proposta anteriormente sobre se, na realidade, trata-se ou não de um mesmo objeto: efetivamente é o mesmo objeto,

mesmo que cada disciplina priorize (e deixe de lado) aspectos distintos. Lingüística, filosofia e especialidades diferenciam-se na concepção do termo como objeto:

- a) Porque priorizam aspectos diferentes dessa unidade poliédrica: a lingüística prioriza a relação nome-significado; a filosofia, a relação coisa-significado; e as especialidades, a relação coisa-nome.
- b) Porque têm uma concepção global diferente do objeto: para a lingüística é um signo lingüístico (no sentido de signo oral articulado); para a filosofia é, fundamentalmente, um conceito, uma representação da realidade; para as especialidades é uma unidade de expressão e denominação que inclui o lingüístico e o não-lingüístico.
- c) Porque dão a estas unidades finalidades prioritárias distintas: a lingüística prioriza a significação; a filosofia, a cognição e a representação; e as especialidades, a denominação para a transferência.
- d) Finalmente, porque em cada disciplina os termos estabelecem relações distintas com outras unidades. De fato, na lingüística, os termos mantêm relações de signo horizontal e vertical com o restante das unidades dos componentes da gramática; horizontais no interior do componente léxico; verticais com as representações geradas pelos componentes sintático e fonológico, e, inclusive, o próprio componente léxico. Na filosofia, o termo relaciona-se, fundamentalmente, com outros termos no sentido de conceitos, estabelecendo assim, uma rede complexa de relações lógicas e ontológicas diversas que pretendem representar o conhecimento que interiorizamos da realidade. Finalmente, para as especialidades, os termos relacionam-se prioritariamente com outros termos do mesmo âmbito de comunicação, configurando, deste modo, uma série de conexões (ou “campos terminológicos”) que pretendem representar organizadamente a realidade especializada.

Em resumo, voltando à questão proposta antes sobre se, diante da concepção distinta que a lingüística, a filosofia e as especialidades têm do termo, trata-se de um mesmo objeto ou de objetos distintos, devemos responder claramente que se trata do mesmo objeto: para as três disciplinas, a terminologia é o conjunto de termos, concebido como unidade sgnica de três faces (coisa-nome e significado) que fazem referência à realidade especializada. As diferenças que podemos perceber limitam-se simplesmente a posições ou priorizações distintas, seja em relação ao

âmbito situacional (a gramática, a ciência cognitiva ou o domínio especializado), à priorização da perspectiva com a qual se enfoca o termo (signo lingüístico, unidade conceitual ou simplesmente signo), ou ainda à função prioritária que atribuem ao termo (a significação, a representação ou a denominação).

3. A terminologia como disciplina

Como dissemos anteriormente, em sua primeira acepção, a terminologia é concebida como a disciplina que se ocupa dos termos especializados. E ressaltamos que, apesar de ser categórica, esta definição revelava aspectos frágeis sem cuja resolução dificilmente teríamos um âmbito de trabalho delimitado. Vejamos, pois, como podemos estabelecer os limites da disciplina.

- a) Uma primeira posição defende que se trata de uma disciplina autônoma e auto-suficiente, isto é, uma matéria absolutamente original, dotada de fundamentos próprios, embora evidentemente conectada a outras disciplinas historicamente. Esta seria a posição dos defensores da Teoria Geral da Terminologia, para os quais a terminologia não é linguagem propriamente dita, mas inclui a linguagem.
- b) Uma segunda proposta defende que a terminologia não é uma disciplina autônoma e sim parte de outra disciplina, que para alguns é a lingüística, para outros a filosofia e para outros, ainda, as especialidades. Aceitar esta posição significaria que a terminologia não teria nenhuma autonomia, mas que seria um mero apêndice de outra disciplina.
- c) Uma terceira posição sustenta que a terminologia é uma matéria autônoma de caráter interdisciplinar que configurou sua própria especificidade, selecionando elementos das matérias das quais é devedora e construindo seu próprio âmbito científico. Neste sentido, diferencia-se da lingüística tanto em seus aspectos teóricos quanto em suas aplicações.

Nesta diversidade de escolhas, nossa posição centra-se na terceira opção. Nesta linha, assumimos que a terminologia é uma *interdisciplina*, constituída por elementos procedentes da base da lingüística, da ontologia e das especialidades, ligada necessariamente à documentação, da que se serve e à que serve, e usária e, ao mesmo tempo, contribuinte das novas tecnologias da informação.

É uma disciplina, no sentido de que possui bases teóricas delimitadas e um objeto de estudo definido. Como disciplina tem, como qualquer outra matéria, uma vertente teórica e uma vertente aplicada e gera

aplicações específicas. Sua vertente teórica responde a um modelo determinado, coincidente, em parte (embora só em parte), com o da lingüística. Não é, portanto, uma disciplina original em seu sentido mais pleno, e sim uma disciplina devedora de outras matérias das quais toma determinados fundamentos. No entanto, é uma disciplina original em um duplo sentido: primeiro, porque seleciona de cada uma das matérias fonte bases específicas com a exclusão de outras (ou seja, não toma todos os elementos da lingüística, nem sequer todos os da lexicologia, nem tampouco todos os da morfologia ou da semântica lexical); em segundo lugar, porque reconfigura estes fundamentos, construindo um espaço próprio e diferenciado de outros campos científicos, original em relação ao objeto, ao âmbito, em suma, em relação ao método e aos objetivos que persegue.

Uma das disciplinas que nutre, de forma mais sistemática, a base conceitual da terminologia é a lingüística; como ela, ocupa-se da linguagem, suas unidades de estudo são basicamente linguagem. No entanto, dizer que a terminologia é linguagem não significa afirmar que coincide com a lingüística ou que seja parte da lingüística. A terminologia diferencia-se da lingüística tanto na teoria quanto na prática. De fato, no que se refere à teoria, a terminologia distingue-se da lingüística em aspectos de fundamento tão cruciais como a concepção de linguagem, a concepção do objeto de estudo da disciplina, as perspectivas de estudo do objeto, a priorização de determinados aspectos em detrimento de outros, e, ainda, nas finalidades prioritárias.

Como prática, ou melhor, como disciplina aplicada, a terminologia distingue-se da lexicologia aplicada por sua metodologia, fundamentalmente no que se refere aos seguintes elementos: os dados que compila, o método de compilação, o tratamento dos dados e, finalmente, sua apresentação em forma de glossários.

a. A concepção de linguagem

A teoria lingüística tem como objeto de estudo a linguagem; a concepção desse objeto muda em terminologia. Efetivamente, a lingüística parte da linguagem através de uma amostra idealizada, própria de um falante também idealizado, para poder dar conta, explicar, a competência; a terminologia, no entanto, parte de uma linguagem real (portanto, toma os dados da documentação) para dar conta da denominação especializada.

Como prática, ou melhor, como disciplina aplicada, a lingüística e a terminologia, como já assinalou Wüster, diferenciam-se claramente tanto por sua concepção de linguagem quanto pelos aspectos relativos à formação dos termos.

No que se refere à concepção de linguagem, a lexicologia, como parte da lingüística que se ocupa do léxico, não concebe o significado se não estiver vinculado à palavra; a terminologia, pelo contrário, considera que o conceito — seu núcleo de atenção — é prévio e pode ser concebido independentemente da denominação que o termo designa.

A lexicologia, por sua vez, jamais prescinde da gramática. As palavras nos dicionários são descritas levando em conta sua possível utilização em contexto, e essas mesmas palavras são concebidas como um degrau necessário para o discurso.

Para a terminologia, no entanto, os termos interessam por si mesmos, sem nenhum interesse por sua flexão (que lhes dá a forma morfológica adequada no contexto) ou por sua sintaxe (que os insere no contexto gramatical apropriado).

Finalmente, enquanto a lingüística distingue e engloba juntamente os aspectos sincrônicos e diacrônicos das palavras, a terminologia ortodoxa só se interessa pela sincronia de suas unidades.

No que concerne a todos os aspectos relativos à formação de termos ou palavras (aspecto que Wüster denomina “formação consciente da língua”), a lingüística geral, e em consequência a lexicologia, defendem a livre evolução das línguas e rejeitam qualquer tipo de intervenção; não se interessam pelos aspectos prescritivos da linguagem e se opõem à normalização (no sentido de escolha e fixação de uma forma em detrimento de outras). A terminologia, em sua concepção majoritária, não evita a intervenção, uma de suas aplicações consiste na fixação de formas normalizadas e se distancia, portanto, das propostas puramente descritivas da lingüística.

Em segundo lugar, a terminologia concebe os termos em um sentido internacional, e por isso tende a privilegiar os modos de formação que, nas linguagens de especialidade, aproximam as línguas históricas entre si. Este fenômeno conduz à adoção de critérios internacionais de formação de termos, e a orientações de trabalho cuja validade ultrapassa o âmbito particular de cada língua. Por essa razão, a terminologia prioriza a formação de termos mediante formantes greco-latinos.

No panorama desta internacionalização, a terminologia age exclusivamente sobre a forma escrita das palavras (tanto sobre sua forma plena ou desenvolvida quanto sobre suas variantes, como siglas e abreviaturas), e não intervém sobre sua pronúncia, que é um dos aspectos prioritários da lingüística.

b. O objeto de estudo

Inicialmente, podemos afirmar que a lexicologia, dentro da lingüística, ocupa-se do estudo das palavras; a terminologia, do estudo dos termos.

Efetivamente, a lexicologia centra-se na análise e descrição da competência léxica do falante. Para dar conta dela, supõe que todo falante conhece uma lista de palavras (que lhe permite intercambiar informação com outros falantes da mesma língua), um conjunto de regras de formação de palavras (que lhe permite criar novas palavras), e um conjunto de dados lingüísticos e enciclopédicos sobre cada palavra (que explica como o falante as utiliza correta, precisa e adequadamente em cada situação de comunicação).

A terminologia centra-se unicamente nos termos, ou palavras próprias de uma área de especialidade (como a física, a química, a antropologia ou o desenho artístico), ou de uma área profissional (como o comércio, a indústria, os esportes, etc.).

O campo de trabalho de ambas as matérias não é, pois, coincidente: o campo da lexicologia é mais amplo e inclui o da terminologia. Pelo critério do campo de trabalho, a terminologia seria parte da lexicologia. Mas isso só seria assim se termo e palavra fossem uma mesma unidade, um mesmo objeto, opção que não compartilhamos. Efetivamente, como veremos a seguir, termo e palavra são unidades parecidas, mas, ao mesmo tempo, diferentes.

Uma palavra é uma unidade descrita por um conjunto de características lingüísticas sistemáticas e dotada da propriedade de referir-se a um elemento da realidade.

Um termo é uma unidade de características lingüísticas similares, utilizada em um domínio de especialidade. Deste ponto de vista, uma palavra que faz parte de um âmbito especializado seria um termo.

Uma análise lingüística da terminologia, de qualquer âmbito de especialidade, não permite detectar nenhuma especificidade dos termos em relação às palavras do léxico comum. Uma palavra é, do ponto de vista lingüístico, uma unidade que se caracteriza por ter uma forma fônica e gráfica, uma estrutura morfológica simples e complexa, uma caracterização gramatical e um significado que descreve a classe à qual pertence um determinado objeto. O termo é também uma unidade que apresenta as mesmas características. No entanto, se analisarmos as unidades de um inventário terminológico em seu conjunto, e as contrastarmos com as palavras do dicionário, poderemos observar alguns elementos específicos que dão apoio à tese de que são unidades diferentes. Assim, por exemplo, os modos de formação de termos não têm a mesma frequência que as palavras do léxico geral. Em terminologia, as unidades compostas por formantes cultos e as construções sintagmáticas fixas costumam ter um rendimento muito mais elevado que em lexicologia geral. Isso não descarta que os termos utilizem os mesmos formantes morfológicos que as palavras, nem que as

regras lexicais de formação sejam também as mesmas, mas a presença de determinados formantes de origem greco-latina e a frequência de estruturas sintagmáticas em terminologia introduzem um fator de diferenciação.

Junto a essa característica diferenciadora, também encontramos outros elementos de divergência. De fato, enquanto em uma obra terminológica a presença de nomes é quase exclusiva e a de verbos, adjetivos e locuções muito escassa, em um dicionário de língua geral encontram-se representadas todas as categorias da gramática: nomes, verbos, adjetivos, advérbios, artigos, pronomes, preposições e conjunções, e, inclusive, as interjeições. Assim, do ponto de vista da categoria gramatical de seu objeto, a terminologia e a lexicologia diferenciam-se de forma manifesta.

Ainda há outras perspectivas adicionais que reforçam o caráter diferenciado dos termos e palavras. As palavras não são meras unidades lingüísticas que, como se disse, podem ser descritas somente do ponto de vista do sistema da língua, mas também são unidades comunicativas (pragmáticas) que identificam o falante pela forma em que as utiliza em situações de expressão ou comunicação determinadas.

Podemos afirmar que os aspectos pragmáticos são os que melhor permitem diferenciar os termos das palavras. Pragmaticamente, termos e palavras distinguem-se *i)* por seus usuários; *ii)* pelas situações em que se utilizam; *iii)* pela temática que veiculam, e *iv)* pelo tipo de discurso em que costumam aparecer.

Na primeira questão, os usuários das palavras são os falantes de uma língua; os usuários dos termos de cada especialidade, pelo contrário, são os profissionais que se ocupam da disciplina em questão.

No que diz respeito ao segundo ponto, as palavras são utilizadas em situações comunicativas muito variadas; em contraste, os termos de uma especialidade costumam limitar-se ao âmbito profissional correspondente.

Em relação à temática, os repertórios de termos costumam ser utilizados para referir-se aos conceitos relacionados com a área de especialidade; os repertórios lexicais, para falar de qualquer tema da vida cotidiana, para expressar sentimentos e dar ordens, e, inclusive, para referir-se à própria linguagem.

Por último, os tipos de discurso em que se inserem as palavras não são tão delimitados quanto os que acolhem os termos. Estes últimos costumam aparecer em textos especializados, no discurso técnico-científico e em textos de caráter fundamentalmente objetivo.

c. Os objetivos teórico-descritivos

Terminologia e lexicologia podem também diferenciar-se em razão dos propósitos ou objetivos que uma e outra perseguem. A lexicologia,

considerada do ponto de vista da lingüística teórica, ocupa-se das palavras com o objetivo de dar conta da competência léxica dos falantes; a terminologia, no entanto, ocupa-se dos termos para fixar uma forma de referência.

Como já vimos, todo falante, independentemente da língua que utilizar, possui uma série de conhecimentos sobre a linguagem que fazem parte das capacidades cognitivas da mente humana e estão, portanto, condicionados geneticamente. Assim, cada língua particular leva a cabo uma realização específica destes princípios universais, ainda que as variações que apresente não se distanciem das margens restritas que permite a linguagem, entendida em sentido global. Deste ponto de vista, podemos dizer que as divergências entre línguas são tão só diferenças de tipo paramétrico: as línguas aplicam os mesmos parâmetros, mas os concretizam em margens de variação limitadas pelas possibilidades gerais de todas as línguas.

O objetivo essencial da lexicologia teórica é, como se disse, a descrição dos conhecimentos que os falantes possuem sobre as palavras, para chegar a uma explicação cada vez mais afinada do comportamento lexical desses falantes, e dos conhecimentos que devem ter sobre as palavras para expressarem-se do modo em que o fazem.

Em contraste com a lexicologia, a terminologia não pretende oferecer uma explicação dos termos na linha da lingüística teórica, nem descrever o comportamento terminológico dos especialistas; limita-se a contribuir com elementos teóricos — e princípios práticos — capazes de direcionar a busca, seleção e ordenamento dos termos próprios dos campos de especialidade, com a finalidade de normalizar sua forma e conteúdo.

Em conclusão, os objetivos da terminologia diferenciam-se claramente dos da lexicologia descritiva, já que em terminologia não se pretende explicar os conhecimentos que os especialistas possuem sobre os termos (e que evidentemente possuem, porque se não fosse assim não poderíamos explicar como eles usam os termos adequados de forma correta), mas sim identificar segmentos de uma realidade profissional especializada de forma unívoca. A elaboração de terminologia dirige-se, assim, a “denominar” os conceitos próprios de uma determinada matéria.

d. Os objetivos aplicados

Como prática, ou melhor, como disciplina aplicada, a terminologia distingue-se da lexicologia aplicada por sua metodologia, fundamentalmente no que se refere aos seguintes elementos: os dados que compila, o método de compilação, o tratamento dos dados e finalmente sua apresentação em forma de glossários.

A lexicografia é um ramo aplicado da lexicologia que se ocupa da elaboração de dicionários. A terminografia é o ramo da terminologia que se ocupa, também, da elaboração de dicionários especializados ou de glossários terminológicos.

Embora a comparação entre os aspectos pragmáticos e os objetivos perseguidos pela terminologia (a denominação e a normalização) e a lexicologia (a descrição) nos conduziu a diferenciar ambas as matérias, a análise comparativa da lexicografia e da terminologia prática (a terminografia) nos leva a uma situação mais confusa.

De fato, o processo de trabalho, tanto da lexicografia quanto da terminografia, conduz à compilação de unidades lexicais ou terminológicas em dicionários. Deste ponto de vista, pois, seus objetivos se confundem.

No entanto, lexicografia e terminologia diferenciam-se por outros vários aspectos, que fazem com que um dicionário de língua comum seja um produto diferente de uma terminologia especializada.

1. Em primeiro lugar, distinguem-se pelo método de trabalho que utilizam. Efetivamente, a metodologia de trabalho distinta que utilizam uma e outra disciplina também permite estabelecer diferenças entre a lexicologia e a terminologia. A lexicologia trabalha a partir de hipóteses teóricas, que refuta ou valida através da análise de amostras (não necessariamente representativas) de produções dos falantes; a terminologia, por sua vez, não explica nenhum comportamento, mas busca denominações para lacunas conceituais previamente estabelecidas.

A orientação do processo de trabalho em terminografia tampouco coincide com o da lexicografia. De fato, a confecção de um dicionário de léxico geral parte de uma lista de palavras que constitui o inventário das entradas de um dicionário. O lexicógrafo procede, em seguida, a descrevê-las semanticamente através da definição. O processo que se segue, pois, é de tipo semasiológico: passa da forma ao significado.

O processo de trabalho em terminologia é produzido em sentido completamente inverso. O terminólogo estabelece, em primeiro lugar, a lista de conceitos que faz parte de uma estrutura nocional, mais ou menos formalizada segundo as matérias. Os conceitos pertencentes a esta estrutura encontram-se inter-relacionados lógica e ontologicamente, e seu conjunto constitui o sistema conceitual de uma disciplina especializada. O terminólogo atribui, então, a cada lacuna conceitual uma determinada denominação, que corresponde à forma que utilizam efetivamente os especialistas quando se referem a um conceito da estrutura nocional. No caso de várias denominações confluírem para um mesmo conceito, procede-se — se for pertinente — à seleção de uma denominação,

descartando todas as demais, ou se aceitam várias soluções ao mesmo tempo, mas uma delas é declarada prioritária. Este processo, que em terminologia passa do conceito à denominação, é denominado processo onomasiológico.

2. Em segundo lugar, distinguem-se pela função do trabalho lexicográfico e terminográfico. De fato, se os aspectos lingüísticos dos dicionários já permitem estabelecer diferenças entre a terminografia e a lexicografia, o objetivo prioritário que se propõe o trabalho prático de uma e outra matéria contribui para separá-las ainda mais. Em terminologia, a elaboração de dicionários leva diretamente à normalização (no sentido de padronização) dos termos próprios de um determinado domínio especializado.

O trabalho terminológico não se limita a compilar as denominações de uma determinada área com uma finalidade informativa ou descritiva, mas persegue, além disso, o objetivo de fixar unidades terminológicas como formas normalizadas, como formas de referência que descartam as demais variantes para denominar um mesmo conceito. O objetivo final desta fixação é a consecução de uma comunicação profissional precisa, moderna e unívoca.

Em lexicografia geral, os dicionários normativos são, por sua função, o único tipo de dicionário que coincide parcialmente com a terminologia. No entanto, as palavras que uma obra normativa compila são as corretas segundo o critério de uma instituição acadêmica que lhes dá aval; em terminologia, as formas normalizadas são preferíveis porque assim estabeleceram seus usuários (os especialistas), organizados formalmente em comissões de normalização.

3. Em terceiro lugar, lexicografia e terminografia diferenciam-se pelos aspectos lingüísticos dos dicionários. Certamente, a elaboração de um dicionário é um processo que consta de distintas fases, em cada uma das quais o autor realiza uma série de escolhas que finalmente conduzem a tipos de dicionário muito diferentes. As obras terminológicas diferenciam-se das léxicas neste ponto, precisamente porque em algumas fases do processo são selecionadas determinadas possibilidades e outras, que se revelam como mais próprias dos dicionários de língua geral, são descartadas. Por exemplo, os terminólogos valem-se de documentação especializada, oral ou escrita, como única fonte de material; selecionam as entradas, que sempre são lexemas (embora compostas por uma ou mais palavras) em função da temática de trabalho; preservam somente as informações consideradas pertinentes em terminologia, e as preservam —

sobretudo na técnico-científica — seguindo ao máximo as normas internacionais.

A terminologia, se levarmos em conta que parte do conceito e que deste passa à denominação, necessita assegurar muito bem que denomina um objeto conceitual específico; por isso descreve exaustivamente esse objeto através da definição, privilegiando uma definição do conceito de caráter descritivo, e expressando, freqüentemente, as relações entre os distintos conceitos. A lexicografia, em sua descrição do léxico comum, é menos explícita nas características semânticas de cada palavra; fundamentalmente, interessa-lhe evitar definições idênticas, a menos que se trate de palavras em relação de sinonímia total.

A terminologia, ao ter como ponto de partida o conceito, freqüentemente pratica o ordenamento sistemático de suas entradas, diante do ordenamento alfabético realizado pela lexicografia. O ordenamento sistemático é, em si mesmo, a apresentação ordenada do sistema conceitual de uma matéria especializada. O ordenamento por conceito permite, além disso, uma apresentação mais adequada dos dicionários multilíngües, já que a noção especializada é, em teoria, única para todas as línguas, que se diferenciam somente pela forma de denominação.

A orientação internacional que a terminologia deve ter requer que a normalização de termos não defenda por princípio nem a pureza lingüística a qualquer preço, nem a internacionalização cega das formas gráficas das denominações. É tarefa dos terminólogos encontrar um ponto intermediário entre genuinidade e internacionalização.

II. TENDÊNCIAS

Não é fácil nem simples falar das tendências da terminologia na atualidade. O panorama da terminologia, inicialmente pouco complexo quanto à diversidade, tornou-se extraordinariamente complexa nos últimos anos. Essa complexidade baseia-se, na minha opinião, em alguns elementos chave:

- a. na existência de cada vez mais focos de difusão
- b. no reagrupamento multilateral das diferentes propostas em terminologia
- c. na priorização cada vez mais poderosa da reflexão teórica
- d. na crise dos fundamentos essencialistas da teoria considerada ortodoxa
- e. em sua presença no mundo universitário

Analisemos estes fatores: em primeiro lugar, a diversidade de focos. De fato, a terminologia, por ser uma matéria controlada desde seu princípio até os anos oitenta por uns poucos núcleos de influência e, além disso, de

interesse muito restrito a determinados âmbitos mais de prática que de reflexão, passou a ser uma matéria em auge, interessante como campo de reflexão e totalmente necessária como prática em um mundo como o atual, no qual o conhecimento técnico-científico democratizou-se com a generalização da educação e a presença dos meios de comunicação, e as necessidades de transferência de conhecimentos especializados são cada vez maiores. No entanto, poderíamos simplificar esta proliferação se, no lugar de focos, falarmos de eixos de influência. Efetivamente, se tomarmos como elementos de classificação a concepção básica da terminologia, as tendências dentro de cada concepção e as aplicações que a matéria gera, podemos estabelecer dois eixos de influência:

1. um eixo teórico, fundamentalmente acadêmico
2. um eixo prático, fundamentalmente administrativo e comercial

No que se refere às concepções, distinguimos duas posições fundamentais: a dos que consideram que a terminologia é uma disciplina (portanto, teórica e aplicada), e a dos que a consideram mera prática (ainda que sustentem — freqüentemente de forma repetitiva e trivial — que não está isenta de princípios teóricos). Aos primeiros interessa fundamentalmente a reflexão sobre as bases conceituais, a metodologia e as relações que a terminologia estabelece com outras disciplinas; aos segundos interessa fundamentalmente a produção, a rentabilidade e a eficácia.

Em relação às tendências internas que se dão em cada eixo, poderíamos estabelecer duas grandes tendências dentro das que concebem a terminologia como disciplina: a dos que defendem seu caráter lingüístico prioritário (para eles, os termos são signos da linguagem no sentido mais literal) e a dos que defendem seu caráter simbólico, que, portanto, transcende a linguagem (para eles, os termos são signos com valor semiótico, que incluem os que se realizam lingüisticamente ao lado de outros, materializados em formas não precisamente lingüísticas).

Finalmente, como prática (e não como uso) encaminhada a uma finalidade determinada, distinguiríamos três posições:

- A daqueles que se interessam por terminologia em função da normalização, dentro dos quais caberia ainda distinguir dois grupos em função de como se entende o termo *normalização*:
 - a do grupo dos que concebem a normalização como extensão do uso de uma língua especializada, portanto dentro de uma concepção monolíngüe,
 - a do grupo dos que concebem a normalização como padronização, dentro de uma concepção prioritariamente multilíngüe.

- A daqueles que se interessam por terminologia em função da comunicação, dentro dos quais também caberia distinguir dois grupos em função da terminologia ser para eles um meio direto ou indireto de comunicação.
- Finalmente, a daqueles que se interessam por terminologia como campo de análise e reflexão, que seria o caso dos lingüistas, ontologistas e lógicos.

Assim, pois, aplicando simultaneamente as três características anteriores, poderiam ser estabelecidos, como se disse antes, dois eixos na terminologia atual:

1. Um eixo teórico, desenvolvido no âmbito acadêmico, que concebe a terminologia como disciplina e que inclui as duas posições na concepção da natureza dos termos: a lingüística e a simbólica. Dentro da posição lingüística, caberia ainda diferenciar entre o grupo que trata a terminologia dentro da gramática, e o daqueles a quem só interessa a terminologia para o tratamento da linguagem natural.
2. Um eixo prático, desenvolvido sobretudo nos âmbitos administrativo e comercial, dentro do qual caberiam três coletivos:
 - a. o tradutorial, representado sobretudo pelos organismos internacionais,
 - b. o normalizador, representado por países que levam a cabo planos de normalização da própria língua, minoritária ou minorada no conjunto do estado ou no panorama internacional,
 - c. o padronizador, próprio, por um lado, das associações de normalização e de grandes empresas multinacionais; e, por outro, das atividades de documentação.

Neste panorama, os lingüistas ortodoxos, que nunca haviam considerado a terminologia como um objeto próprio, começaram a valorizar seu interesse como espaço de descrição e, ao longo do tempo, como peça chave de explicação da competência dos falantes. Paralelamente, os lingüistas aplicados entraram em cheio no campo terminológico, seja com a finalidade de contribuir para a resolução de necessidades comunicativas mono e plurilíngües (redação, interpretação, tradução, supervisão, edição), seja com o propósito de cooperar no tratamento da linguagem natural, como na confecção de dicionários.

III. APLICAÇÕES

Para enfocar globalmente o tema das aplicações em terminologia vamos partir do pressuposto de que a matéria serve, basicamente, para

duas finalidades: a *representação* e a *transferência*, sempre dentro do âmbito da realidade especializada.

1. Em sua função de *representação*, a terminologia serve a três tipos de disciplinas ou atividades:

- à documentação
- à engenharia lingüística e à lingüística computacional
- às especialidades basicamente técnico-científicas

Nos três casos, a terminologia estabelece com estas matérias uma relação de duplo signo: por um lado, serve como peça operativa para a documentação, para a engenharia lingüística e para as especialidades; por outro lado, serve-se delas para constituir seu objeto próprio de trabalho, para certificar-se de suas aplicações ou para organizar mais adequadamente o processo terminográfico.

De fato, no caso da documentação, a terminologia é um elemento chave para representar o conteúdo dos documentos e para chegar a eles. Os tesouros e as classificações são basicamente inventários terminológicos organizados tematicamente e controlados formalmente. Para a engenharia lingüística, a terminologia é a matéria para simular o conhecimento, cada termo constitui uma unidade conceitual, e o conjunto dos termos de um âmbito representa a organização conceitual da realidade deste âmbito; em contrapartida, a terminologia serve-se da engenharia lingüística para organizar e facilitar o processo de trabalho, para armazenar a informação terminológica, e, inclusive, para construir um posto de trabalho terminográfico adequado aos avanços das tecnologias da informação e da comunicação. Finalmente, a terminologia serve às distintas especialidades para representar o conhecimento de maneira organizada (em forma de manuais ou glossários) e para unificar o conhecimento (em forma de normas e padronizações), enquanto que as especialidades proporcionam à terminologia sua própria razão de ser, o objeto de seu estudo: os termos que, sem sua inserção nas especialidades, perderiam seu valor terminológico.

2. Em sua função de *transferência*, a terminologia serve fundamentalmente à comunicação direta, à mediação comunicativa e à planificação lingüística. De fato, a terminologia é peça chave dos especialistas, que sem os termos não poderiam expressar nem comunicar seus conhecimentos, além da função organizadora e representativa do pensamento especializado que já lhes atribuímos na parte da representação. A terminologia é, para os especialistas, a base do pensamento especializado.

A terminologia serve também à comunicação indireta, melhor denominada mediação lingüística, por meio das atividades que levam a

cabo os assessores lingüísticos, redatores, intérpretes e tradutores, por um lado, e, por outro, os jornalistas e profissionais dos meios de comunicação.

Em terceiro lugar, a terminologia é uma das peças indispensáveis à normalização plena de uma língua, já que sem terminologia a língua em questão não seria apta para os usos especializados, tão importantes quanto indispensáveis na civilização de hoje. Uma língua sem terminologia própria não pode ser, no mundo atual, uma língua de cultura. Por isso, os países que levam a cabo planos de normalização das línguas próprias incluem necessariamente entre suas atuações o aspecto das linguagens especializadas e, em seu seio, a terminologia.

Como síntese da exposição que acabamos de fazer sobre as aplicações da terminologia, é interessante destacar que os coletivos profissionais interessados pela terminologia, por uma ou outra razão, seriam os documentalistas, os lingüistas, os especialistas, os mediadores e os planificadores. Mas, além do interesse profissional, também os indivíduos comuns, habitantes de um mundo que se caracteriza pela difusão da informação, pela extensão do conhecimento e pela vulgarização do saber especializado, necessitam imperiosamente da terminologia para se movimentarem em sociedade, para participarem do processo do progresso e, em suma, para se sentirem habitantes do mundo avançado.

IV. CONCLUSÃO

E, para terminar, deixem-me aproveitar o panorama interuniversitário deste seminário para analisar muito superficialmente (já que suponho que os representantes das diferentes línguas vão tratar deste tema de maneira mais detalhada) o panorama da terminologia na Espanha em suas diversas línguas e lançar, em seguida, algumas propostas para o futuro.

Em primeiro lugar gostaria de destacar o fato óbvio de que o desenvolvimento da terminologia na Espanha é, sem sombra de dúvida, muito irregular, que os níveis de interesse pela terminologia alcançados em algumas comunidades autônomas são evidentemente superiores aos de outras. De fato, não há dúvida de que a importância institucional que os governos da Catalunha e do País Basco deram à terminologia catalã e basca é muito superior à que o governo do Estado deu, não à terminologia das diferentes línguas da Espanha, mas à terminologia castelhana. Este desnível obedece a razões lógicas. Desde o começo das autonomias, a aprovação de planos de normalização das línguas históricas, que deveriam recuperar longos anos de silêncio oficial, levou conseqüentemente a um interesse importante pela terminologia. A ciência e a técnica, ainda que

minoritariamente ensinadas e redigidas em catalão ou em basco (não tanto em galego), não haviam podido ser as línguas naturais desenvolvidas ao ritmo do progresso científico. Era necessário, pois, recuperar o tempo perdido; modernizar e atualizar as linguagens específicas, e, com elas, a terminologia especializada. Para isso, a iniciativa oficial na Catalunha e a iniciativa privada no País Basco (mais tarde retomada pelos organismos oficiais) conduziram à criação de organismos centrais de planificação, coordenação, normalização e difusão da terminologia catalã e basca, com maior ou menor sorte. O alto nível de interesse pela terminologia como campo de reflexão e de trabalho conduziu, nestas comunidades, a uma organização mais ou menos sistemática do trabalho e a um nível importante de oferta de formação, sobretudo de nível universitário. Poderíamos dizer que o grau de interesse pela terminologia foi e vem sendo diretamente proporcional ao sentimento de disponibilidade de terminologia especializada (e observem que não falo tanto da disponibilidade real quanto da consciência de disponibilidade). A língua castelhana, segura de sua estabilidade, não vem sendo objeto de organização, no que se refere aos termos especializados, como vem acontecendo com o catalão e o basco. Isso não significa afirmar que não se tenha trabalhado em terminologia castelhana; nada mais longe de nossa intenção se, além disso, temos em mente iniciativas oficiais como a publicação do *Gran Diccionario de la Ciencia y la Técnica* da Real Academia de Ciências, atualmente em fase de nova edição atualizada, ou a história terminológica do CSIC, sobretudo através do grupo de terminologia do ICYT, dirigido por Amélia de Irazzábal. Mas mesmo que se tenha realizado um excelente trabalho terminológico, não por isso devemos esquecer que a terminologia na língua castelhana está ainda por ser organizada de maneira sistemática, e parece que corresponderia aos organismos oficiais e acadêmicos levar a cabo um projeto tão necessário.

Em segundo lugar, desejaria dizer que a elaboração de um plano geral de terminologia na Espanha requereria atuar inicialmente em dois âmbitos distintos: no âmbito da terminologia espanhola com inclusão das diferentes línguas do país, e no da terminologia espanhola em língua castelhana. Os dois âmbitos mereceriam uma atenção específica, não unicamente do ponto de vista político, mas também científico e organizador. De fato, ainda que assumir as competições nas línguas próprias seja responsabilidade dos governos autônomos, não por isso, acreditamos, que o governo do Estado deva desresponsabilizar-se pelo plurilingüismo de seu território, e, portanto, deve assumir o papel de coordenador dos esforços e iniciativas surgidas nas diferentes comunidades, ao mesmo tempo que deve assumir, também, uma certa co-responsabilidade pelo financiamento das atividades lingüísticas no conjunto do Estado.

Em terceiro lugar, penso que é necessário ressaltar que uma planificação da terminologia espanhola na língua castelhana não pode se isolar das atividades terminológicas que outros países hispanófonos realizam, concretamente os da América Latina. De fato, Chile, Venezuela, Argentina, Peru, Cuba, Uruguai e Colômbia (para citar só os mais representativos no tema) iniciaram, há uma boa década (a Venezuela ainda antes desse período) sua caminhada terminológica, com maior ou menor sistematicidade, com mais ou menos sucesso. A criação em 1988, em Caracas, da Rede Ibero-americana de Terminologia (RITerm), que agrupa países de língua espanhola e portuguesa, e o impulso que estes países recebem da União Latina no sentido tanto de suporte financeiro quanto de fio de interconexão, são dois fatores que contribuíram decisivamente para situar as atividades terminológicas na América Latina em um caminho de ascensão em interesse e qualidade.

Em quarto lugar, não podemos nos esquecer de que a Espanha faz parte, no sentido pleno, da União Européia e que, em consequência, a terminologia espanhola não pode desentender-se da terminologia das línguas da União pelas necessidades de intercâmbio cultural, comercial e comunicativo que realiza, nem se isolar das características idiossincráticas dos países industrializados. Por isso, uma concepção da terminologia espanhola em termos estritamente monolíngües seria aproximar o país de um isolamento estéril. A terminologia espanhola deve ser, em nossa opinião, plurilíngüe de portas para dentro, e plurilíngüe em direção ao exterior, e, com isso, dar mostras do reconhecimento da diversidade e do respeito pelo uso das diferentes línguas.

E com esta análise, deixem-me manifestar, para terminar, que me interessa mais o futuro que o passado; que mais que descrever competitivamente o que cada um tem, prefiro colocar as bases para estimular uma cooperação eficaz da terminologia na Espanha, cooperação que necessariamente deve guardar dois princípios: o reconhecimento da diversidade e o respeito pela diferença; e, conseqüentemente, deve agir de acordo com dois fatores: reconhecer o que cada um construiu, e aproveitar construtivamente o mais conveniente em cada caso. Uma atuação otimizada em terminologia supõe, inicialmente, partir do que cada língua possui, tanto no sentido dos recursos terminológicos que cada qual desenvolveu, quanto dos conhecimentos que se adquiriram ao longo dos dez últimos anos. Porque nem tudo o que se apresenta verbalmente e parece ser magnífico o é em realidade, nem os conhecimentos adquiridos são estáticos. A terminologia hoje é uma área em ebulição, que muda com o progresso das disciplinas que a compõem e às quais serve. Se há dez anos desenvolver um banco terminológico estava na crista da onda, hoje em

dia é uma idéia totalmente obsoleta com o progresso da lingüística de corpus. Se há dez anos um determinado modelo, inspirado sobretudo no de Quebec, serviu para organizar a terminologia catalã, atualmente este modelo já não pode dar conta da diversidade e autonomia das atividades terminológicas na Catalunha por ser excessivamente centralizado. Os modelos organizadores servem até um determinado ponto e devem estar em constante revisão. Muitos grupos de trabalho terminológico na Catalunha alcançaram já sua maturidade e, em muitos casos, ultrapassaram as fronteiras das propostas oficiais em terminologia; para eles, um controle administrativo excessivo não só coloca barreiras em seu desenvolvimento mas faz abortar iniciativas de progresso. Um centro coordenador para a terminologia deve ser fundamentalmente coordenador, impulsionador de iniciativas, mais que representativo, mais que controlador das mesmas; compilador e difusor das idéias que vão surgindo nos grupos ativos de trabalho, mais que representativo de alguns valores imanes, impostos pela força da autoridade administrativa.

Os tempos mudam cada vez com maior rapidez e cada época tem seu signo específico.

Porque acredito efetivamente na revisão constante, e penso que a autonomia do trabalho científico deve prevalecer sobre o controle, porque considero que não se deve confundir a coordenação de atividades com a perda de liberdade científica e a subordinação, e porque sigo de perto, há bastante tempo, o panorama terminológico das diferentes línguas da Espanha e do espanhol na América Latina, permito-me hoje a liberdade, que talvez alguns consideram excessiva, de propor que nós, que desejamos um desenvolvimento racional, coordenado e equitativo da terminologia na Espanha, em lugar de nos deixarmos impressionar por modelos que hoje já resultam insuficientes em suas comunidades de origem, trabalhem sobre novos modelos organizadores em rede, com responsabilidades compartilhadas, para cooperar sem controles de poder, mas de forma coordenada, a impulsionar o estudo, a reflexão e o trabalho da terminologia na Espanha, nas diferentes línguas da Espanha em favor de uma idéia compartilhada de progresso.

Referências Bibliográficas:

- OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. (1923). *The meaning of meaning*. Londres: Routledge.
- Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales. (1990). *Vocabulario científico y técnico*. Madrid: Espasa-Calpe.

WÜSTER, E. (1971). "Begriffs- und Themaklassifikationen. *Nachrichten für Dokumentation*. 22/3. 98-104; 22/4. 143-150.

TEORIA SOCIOCOGNITIVA DA TERMINOLOGIA¹

Rita TEMMERMAN²

Tradução: Natacha Enzweiler³ e Luzia Araújo⁴

Revisão: Talia Buge⁵

Seria ingenuidade exigir o conhecimento prévio de conceitos, pois só podemos ter acesso a eles por meio de seus nomes, exceto quando de sua formação inicial, que é privilégio exclusivo de um descobridor, de um inventor ou de um teórico que formula hipóteses. (Rey 1995)

Não palavras para coisas mas sim palavras que são coisas vivas com o poder de (se)transformar. (Winterson 1994)

Introdução

Neste artigo questionamos os princípios da teoria tradicional da terminologia, examinamos a possível relevância de alguns *insights* e metodologias da semântica cognitiva para a terminografia e apresentamos o resultado de nossa busca por uma teoria geral da terminologia.

¹ Traduzido com a permissão da autora a partir do texto em inglês "Sociocognitive theory of terminology", publicado em Cabré, M.T. y J. Feliu (orgs.), *Terminología y Cognición – II Simposio Internacional de Verano de Terminología (13-16 de julio de 1999)*, Barcelona: IULA/UPF, pp. 75-92.

² Departamento de Linguística Aplicada, Erasmushogeschool Brussels, Bélgica.

³ Ex-aluna do curso de Bacharelado em Letras – Tradução, Instituto de Letras, UFRGS.

⁴ Tradutora, Bolsista RD-CNPq e professora colaboradora, Instituto de Letras, UFRGS.

⁵ Tradutora, aluna de doutoramento. Universidade de Illinois, EUA.

Primeiramente, formulamos cinco princípios alternativos para a terminologia em substituição aos pressupostos tradicionais, que se mostraram impraticáveis (Temmerman: 1998a, b e 2000a, b), na medida em que se concentram apenas na padronização terminológica e não numa descrição autêntica do significado dos termos encontrados em arquivos textuais. A partir daí, investigamos as implicações que tais princípios podem ter para a metodologia de trabalho do terminógrafo e propomos um procedimento para a descrição terminológica com base na análise de informação textual. A diferenciação funcional entre tipos de terminologias descritivas é dada com base em dois parâmetros: a) o conteúdo das áreas de linguagem especializada e b) o perfil dos usuários em potencial das informações proporcionadas pela terminologia. Os métodos para um projeto de terminografia também deveriam ser determinados por esses dois parâmetros e não apenas pela diferenciação semasiológica/onomasiológica tradicional, que distingue a lexicografia geral e especializada da terminografia. Por fim, apresentamos algumas observações importantes e sugestões de pesquisa futura.

Em Temmerman (1998a e 2000a), discutimos os cinco princípios centrais da teoria tradicional da terminologia e demonstramos que as ocorrências terminológicas com as quais nos deparamos ao analisar textos da área das ciências biológicas são difíceis de descrever conforme tais princípios. Observamos ainda que esses princípios são orientados exclusivamente à padronização e que este é apenas um dos aspectos a serem investigados no âmbito de uma teoria da terminologia. O principal objetivo da padronização é a unificação de conceitos e termos, o que é uma atividade deliberada, consciente e socio-economicamente motivada, visando à uniformização. A padronização uniformiza a compreensão e a comunicação a fim de tornar mercadorias e informações prontamente intercambiáveis. Comitês de padronização, constituídos por especialistas de uma determinada área, costumam reunir-se para resolver de comum acordo a definição precisa de um conceito. Tal definição indica sua posição numa estrutura conceitual ao mencionar o termo a que se refere o conceito superordenado e ao fornecer as características necessárias e suficientes que o distinguem de outros conceitos no sistema conceitual que se encontram num mesmo nível horizontal. Na terminografia orientada à padronização, é apenas quando um conceito é definido, ou seja, quando sua posição num sistema estruturado é claramente descrita – em geral ontológica ou logicamente –, que o termo ideal será designado. Esse termo ideal deve ser monossêmico, ou seja, empregado para referir-se apenas a um único conceito.

Certamente a padronização é uma atividade importante e necessária à sociedade numa situação específica de comunicação, como por exemplo,

numa situação em que especialistas – aqueles que já dispõem de um profundo conhecimento sobre uma área –, consciente e deliberadamente se reúnem para harmonizar seus conceitos e termos. Esse tipo de atividade terminológica é de natureza *prescritiva*. O equívoco da teoria tradicional de terminologia da Escola de Viena (Wüster, 1991; Felber, 1984; Felber & Budin, 1989) foi ter proclamado os princípios de padronização como sendo os de uma teoria geral da terminologia. Os princípios e métodos da teoria tradicional não levam em conta o fato de que a terminologia também é importante para muitas outras situações comunicativas e cognitivas. Por exemplo, no entendimento dos princípios da vida nas ciências biológicas, a linguagem tem desempenhado um papel ativo (Temmerman, 1998a e 2000a). O raciocínio analógico e a metaforização parecem estar intimamente ligados. Metáforas lexicais podem ser vistas enquanto realizações superficiais de metáforas conceituais subjacentes, que figuram em metáforas de áreas mais complexas (Temmerman, 1995 e 2000a, capítulo 5).

A teoria da terminologia carece de métodos para estudar e descrever o conjunto de aspectos que fazem parte do entendimento das linguagens de especialidade. Além disso, a terminologia encontrada em arquivos textuais da ciência deveria ser descrita de uma maneira sistemática, tendo em mente uma variedade de grupos de usuários em potencial. Tais grupos de usuários têm algo em comum: provavelmente irão consultar dados terminológicos buscando subsídios para entender uma categoria lexicalizada na língua como um termo e que, portanto, ocorre no discurso. Em outras palavras, os usuários em potencial de terminologias descritivas necessitam de informações que resultem da combinação de uma abordagem semasiológica e onomasiológica em terminografia: enquanto a primeira fornece informações sobre polissêmia e transformações diacrônicas num processo de compreensão, a segunda concentra-se no tratamento de um conjunto de termos relacionados. Os dados para uma descrição onomasiológica e semasiológica combinada são encontrados em arquivos textuais de linguagem especializada.

Vemos dois objetivos principais para uma teoria da terminologia: o primeiro refere-se a uma fundamentação científica da disciplina, enquanto que o outro relaciona-se a uma busca de métodos e diretrizes mais adequados para a terminografia. A fundamentação científica da teoria da terminologia necessita de: a) uma teoria da “compreensão” de categorias, e b) uma teoria que trate da interação entre a lexicalização e a categorização. Além disso, uma teoria da terminologia deve proporcionar métodos e diretrizes para a terminografia que envolvam a descrição a) da compreensão

de categorias, e b) do processo de lexicalização (vide figura 1). Pesquisas sobre a variedade de unidades informacionais em terminologia tornam-se necessárias para se estabelecer diretrizes, métodos e princípios para a descrição terminológica voltada a diferentes grupos de usuários.

Terminologia	Compreensão	Lexicalização
Questões Teóricas (1)	Busca por uma teoria da compreensão de categorias e termos por uma variedade de usuários da linguagem.	Busca por uma teoria da relação entre lexicalização e categorização.
Terminografia (2)	Busca por uma teoria da relação entre lexicalização e categorização.	Métodos e diretrizes para a descrição do processo de lexicalização.

Figura 1. A distinção entre os objetivos da teoria da terminologia e suas aplicações na terminografia.

Em Temmerman (2000a), sugerimos que os princípios e métodos da teoria tradicional da terminologia deveriam ser suplementados pelos princípios da teoria sociocognitiva. A seguir, analisamos algumas questões teóricas desta última (1) e as conseqüências para a terminografia ao se trabalhar no interior de um novo paradigma (2).

1. Questões teóricas na terminologia sociocognitiva

Nesta seção, estabelecemos uma distinção entre princípios (1.1) e métodos (1.2). Princípios são os pressupostos básicos nos quais uma teoria se baseia. Métodos, por outro lado, são ferramentas e técnicas empregadas para se obter *insights* ou para analisar dados que possibilitem responder a uma questão teórica. A subseção 1.1 contrasta os princípios da teoria tradicional de terminologia aos novos princípios propostos em Temmerman (1998a e 2000a). Na subseção 1.2, por sua vez, recapitulamos as três técnicas metodológicas aplicadas em nossa análise de algumas terminologias das ciências biológicas.

1.1 Novos princípios para uma teoria da terminologia

A figura 2 contrasta os princípios da teoria tradicional com os princípios da teoria sociocognitiva de terminologia. Nas subseções seguintes explicitamos a maneira pela qual substituímos cada um dos princípios tradicionais por outro embasado numa abordagem sociocognitiva.

Teoria tradicional da terminologia (TTT)	Teoria sociocognitiva da terminologia (TST)
Princípio um: a TTT parte de conceitos que podem ser claramente definidos.	Princípio um: a TST parte de unidades de interpretação ⁶ que geralmente apresentam estrutura prototípica (1.1.1)
Princípio dois: a conceitos precisos pode ser atribuído um lugar numa estrutura conceitual lógica ou ontológica.	Princípio dois: a compreensão é um evento estruturado / uma unidade de interpretação possui estrutura inter e intracategorial e funciona em modelos cognitivos (1.1.2).
Princípio três: um conceito pode ser definido por intensão (conceito superordenado e características diferenciadoras) e/ou por extensão.	Princípio três: dependendo do tipo de unidade de e do nível e tipo de especialização do emissor e receptor na comunicação, o que é informação mais ou menos essencial para uma definição irá variar (1.1.3).
Princípio quatro: um termo é atribuído a um conceito permanentemente. Acredita-se que idealmente apenas um termo deva ser atribuído a um conceito.	Princípio quatro: a sinonímia e a polissemia são funcionais no desenvolvimento da compreensão e, portanto, precisam ser descritas (1.1.4).
Princípio cinco: a) Conceitos e termos são estudados sincronicamente. b) A relação entre conceito e termo é arbitrária.	Princípio cinco: a) Unidades de interpretação evoluem constantemente. Os períodos históricos no decorrer de sua evolução podem ser mais ou menos essenciais para a compreensão da uma unidade. b) Modelos cognitivos (modelos metafóricos, por exemplo) têm seu papel no desenvolvimento de novas idéias, o que significa que os termos são motivados (1.1.5)

Figura 2. Contraste entre os princípios da TTT e os princípios da TST.

1.1.1 Princípio um: unidades de interpretação

Na TTT a principal palavra-chave era o *conceito* (princípio um, fig. 2). Na teoria cognitiva da terminologia, ela passa a ser *unidades de interpretação*. O conceito é por demais restritivo em sua definição tradicional como sendo uma “*unidade de pensamento constituída por meio de abstração com base em propriedades de um conjunto de um ou mais objetos*” (ISO/CD 1087-1, 1995) (um *objeto* é um “*fenômeno no mundo perceptível ou concebível*”). Como mostramos em Temmerman (1998a e 2000a, capítulo 3), poucos conceitos existem objetivamente. As pessoas

⁶ N. de T.: Em outros momentos *understanding* foi traduzido como “entendimento” ou “compreensão”. Aqui, no entanto, para a expressão *units of understanding* julgamos mais apropriada sua tradução como unidades de *interpretação*, por melhor se adequar a abordagem de Terminologia proposta pela autora, que reconhece nos termos um poder de transformação, dependendo do tempo e do lugar em que são empregados ou produzidos. Para ela, os termos, assim como as palavras, são unidades metafóricas e, desta forma, interpretáveis num processo de compreensão (também entendido como interpretação). Sobre esse caráter metafórico dos termos, ver: Temmerman, R. “Metaphors the life sciences live by”, in *Translation and Meaning*, part 5, 2001: pp. 43-52.

entendem o mundo via sistemas cognitivos (Fillmore, 1985; Fillmore & Atkins, 1992) ou modelos (Lakoff, 1987) nos quais as unidades de interpretação prototipicamente estruturadas encontram-se relacionadas. Ao estudarmos a terminologia das ciências biológicas, consideramos *unidades de interpretação* em vez de *conceitos*. Parece que apenas umas poucas unidades de interpretação nessa área não apresentam estrutura prototípica (é possível dizer que estes são os únicos conceitos reais, uma vez que podem ser definidos de acordo com os princípios da TTT); muitas delas, porém, apresentam estrutura prototípica e, assim, são melhor designadas como *categorias* (fig. 3).

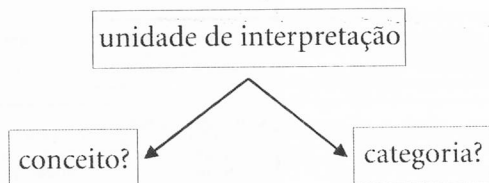


Figura 3. Unidades de interpretação podem ser conceitos ou categorias.

A questão se torna, então: como estudar e descrever as categorias? Tomamos um *termo* como ponto de partida (abordagem semasiológica) ou a idéia abstrata de “*um bloco de informação*” (abordagem onomasiológica)? Acreditamos ser necessário descrever a informação obtida por meio da combinação de pelo menos quatro perspectivas, a saber: 1) a nominalista (a unidade de interpretação é o sentido da palavra); 2) a mentalista (a unidade de interpretação é uma idéia que existe na mente das pessoas); 3) a realista (a unidade de interpretação é uma forma externa que existe no universo) e 4) a espaço-temporal (a unidade de interpretação evolui no tempo e no espaço). Uma teoria da terminologia deveria testar e descrever a intrínseca relação entre essas quatro perspectivas. Teoricamente, segundo a TTT, um especialista é capaz de descrever um conceito antes mesmo de fazer qualquer referência ao termo. O conceito é visto como algo que existe numa forma abstrata, sem que se reconheça o papel desempenhado pela linguagem na categorização e na comunicação. Esta posição se assemelha àquela tomada por especialistas em comitês de padronização e reflete apenas um aspecto de como o vocabulário das linguagens de especialidade pode ser tratado num processo de comunicação. Artificialmente, o fato de que os termos já existem para comunicar conhecimento em uma dada área especializada é convenientemente ignorado. A fim de evitar a ambigüidade, o modelo

artificial insiste em primeiro delinear claramente um conceito e depois nomeá-lo de forma a se obter a mononímia e a monossímia.

Como a terminologia só pode ser estudada no discurso⁷, é melhor aceitar ser o *termo* o ponto de partida da descrição terminológica e não o que era tradicionalmente chamado de *conceito*. O que é nomeado por um mesmo termo em diferentes textos pode apresentar referentes distintos. Na maioria das vezes, uma categoria não pode ser tão claramente delineada. É como se fosse um *bloco de conhecimento* que possui um núcleo e uma estrutura, mas que existe num processo de reformulação contínua e está, portanto, em constante transformação.

Ao considerarmos o significado de um determinado termo, notamos que a linha divisória entre a polissemia (a possibilidade de um termo ter diferentes significados) e a vaga (a possibilidade de um termo nunca ser utilizado exatamente com o mesmo sentido) é imprecisa.

1.1.2 Princípio dois: compreender é classificar modelos cognitivos

Na TTT, acredita-se que a um conceito preciso pode ser atribuída uma posição numa estrutura conceitual. Essa estrutura conceitual baseia-se numa classificação lógica (x é um tipo de y, por exemplo) ou ontológica (x é parte de y, por exemplo). Na TCT⁸, acredita-se que a compreensão equivale à categorização. Entende-se cada categoria como algo existente no interior de modelos cognitivos. A compreensão é um evento estruturado. Há dois aspectos relacionados a isso: uma unidade de interpretação apresenta estruturas intra e intercategoriais (1.1.2.1); uma categoria apresenta estrutura prototípica (1.1.2.2).

1.1.2.1 Estruturas intra e intercategoriais

Na TTT, considerava-se intracategorialmente importantes apenas características diferenciadoras, ao passo que as relações lógicas e ontológicas eram consideradas intercategoriais importantes. Entretanto, na TST, não se considera a existência de uma categoria como sendo independente da linguagem.

Intracategorialmente, faz-se uma distinção entre diferentes módulos de informação (como traços, definição do núcleo, informação histórica e procedural). Tais módulos de informação podem apresentar níveis

⁷ Para nossos questionamentos em relação à introspecção e a elicitación de dados, ver Temmerman (2000a, 2.2).

⁸ N. de T.: teoria cognitiva da terminologia.

variados de importância, dependendo do tipo de categoria considerada (entidade, atividade ou categoria guarda-chuva, por exemplo). A perspectiva, a área e a intensão do modelo cognitivo precisam ser revelados intercategoriaalmente.

A estrutura intra e intercategoriaal de uma categoria pode ser observada no discurso e implica mais módulos de informação do que apenas as características distintivas e a posição numa classificação lógica ou ontológica.

1.1.2.2 As categorias apresentam uma estrutura prototípica

As categorias apresentam uma estrutura prototípica. Por intensão, apenas algumas categorias podem ser definidas por meio de características necessárias e suficientes e muitas são difusas em seus limites. Por extensão, exemplos típicos de categorias não raro apresentam uma estrutura de parentesco e graus de filiação categorial. Entender a estrutura prototípica faz parte do processo de entendimento de um termo. Na TST, métodos mais detalhados para a análise de estrutura prototípica precisam ser elaborados.

1.1.3 Princípio três: representação de modelo

Uma vez que na TTT os conceitos precisavam ter um lugar numa estrutura conceitual, acreditava-se que eles pudessem ser definidos com base em características suficientes e necessárias. Na TCT, descrições de significado podem ter unidades de informação mais ou menos essenciais. Dependendo do tipo de unidade de interpretação, o que se considera informação mais ou menos essencial para uma definição pode variar.

De acordo com a TTT, pouquíssimas unidades de interpretação são conceitos. As demais possuem estrutura prototípica e são consideradas aqui como categorias. Conforme o tipo de categoria, diferentes módulos de informação podem variar em importância informacional (figura 4).

É possível conceber um **modelo de compreensão** formado por diferentes módulos de informação que podem conter informações mais ou menos essenciais, dependendo do tipo de unidade de interpretação e de outros fatores tais como a perspectiva a partir da qual a unidade é entendida. Dependendo da maneira pela qual definimos a biotecnologia, seja a partir da perspectiva da medicina ou da indústria de alimentos, os módulos de informação que compõem a sua estrutura vão adquirir diferentes graus de importância.

Tipos de unidade de interpretação nas ciências biológicas	Tipos de módulos de informação				
	Ex: informação histórica	Ex: passos no processo	Ex: atributos		
			Ex: Objetivo	Ex: aplicação	Ex: resultado
unidade guarda-chuva Ex: biotecnologia	2	0	0, 1, 2,	0, 1, 2,	0, 1, 2,
entidade Ex: íntron	1	0	0, 1, 2,	0, 1, 2,	0, 1, 2,
atividade Ex: clonagem	1	2	1, 2,	1, 2,	1, 2,

Figura 4. Dependendo do tipo de categoria, diferentes módulos de informação podem variar em importância informacional numa escala de 0 a 2 (0 = irrelevante, 1 = relevante e 2 = importante). Perspectivas diferentes (como as (sub)disciplinas, por exemplo) podem influenciar os graus de importância nos modelos definitórios.

1.1.4 Princípio quatro: funcionalidade da sinonímia e da polissemia

Se, conforme alegado, a ciência é um processo intertextual, deveria ser possível estudar as descrições das categorias das ciências biológicas e do processo de lexicalização no discurso. É preciso estudar os textos a fim de compreender a flexibilidade e a diversidade na categorização. Quando se desconsidera as limitações auto-impostas do estudo da linguagem como um sistema autônomo (TTT inspirada pelo estruturalismo saussuriano), chega-se à conclusão de que há pouquíssima arbitrariedade na categorização e na lexicalização. A sinonímia e a polissemia parecem ser funcionais num processo de compreensão.

Informações textuais evidenciam que é possível se referir a categorias prototipicamente estruturadas de maneiras diversas utilizando-se a (quase) sinonímia. Em muitos casos, a (quase-) sinonímia pode ser explicada reconhecendo-se a possibilidade de haver diferentes perspectivas, como mostramos no caso de “Southern blotting”, “hibridização de Southern” e “transferência de Southern” (Temmerman, 2000a, capítulo 3).

Arquivos textuais contêm as informações factuais necessárias para demonstrar que há três razões simultâneas para a polissemia. A primeira delas é a transformação no mundo em decorrência de uma nova tecnologia ou transformação social. Uma segunda razão pode residir no nível cognitivo: uma transformação no entendimento da categoria. Uma terceira razão reside nas possibilidades e limitações oriundas da totalidade dos

elementos de transformação inerentes à linguagem enquanto sistema. Isto implica, por um lado, que a estrutura prototípica das categorias permite uma evolução posterior de sentido e, por outro, que elementos na linguagem se influenciam e se limitam uns aos outros mutuamente.

1.1.5 Princípio cinco: modelos cognitivos estão em constante transformação

A constante evolução das unidades de interpretação pode ser explicada como o resultado de vários fatores ativados simultaneamente que influenciam a classificação de um modelo cognitivo. São eles: a) a busca por um entendimento melhor e mais amplo; b) a interação entre diferentes usuários da linguagem; c) a estrutura prototípica na compreensão de categorias, que podem ser vistas simultaneamente como o resultado e como uma das causas da evolução do significado. Modelos cognitivos, como os modelos metafóricos por exemplo, desempenham um papel importante no desenvolvimento de novas idéias. Isto explica como a lexicalização pode ser motivada.

1.1.6 Visão geral

A figura 5 representa uma visão geral das diferentes perspectivas das teorias tradicional e sociocognitiva da terminologia em alguns de seus aspectos centrais.

	Teoria tradicional da terminologia (TTT)	Teoria sociocognitiva da terminologia (TST)
ponto de partida	O conceito. Um conceito existe objetivamente.	O termo designa uma unidade de interpretação. Algumas unidades de interpretação podem ser percebidas (na realidade), todas as unidades de interpretação são concebidas (na mente).
termos	Termos nomeiam conceitos.	Termos são motores no processo de compreensão, na medida em que conectam um conhecimento prévio a um novo conhecimento.
estruturas	Conceitos figuram em sistemas conceituais lógicos ou ontologicamente estruturados.	Unidades de interpretação funcionam em modelos cognitivos (por exemplo, modelos metafóricos).
definições	A definição de um conceito reflete a sua posição num sistema conceitual lógico ou ontológico, ou seja, um conceito é delineado a partir de conceitos superordinados, subordinados e co-ordenados por meio da atribuição de características essenciais.	A definição de uma unidade de interpretação x é a resposta à pergunta "O que é x ?". O que é ou não informação essencial depende do tipo de unidade de interpretação. Módulos de compreensão abrangem, por exemplo: * informação histórica * informação intracategorial * informação intercategorial * informação procedural
monossemia e polissemia	Acredita-se que a univocidade seja ideal para eliminar a ambiguidade. Idealmente, apenas um conceito é atribuído a um termo (monossemia) e apenas um termo é atribuído a um conceito (mononímia). Assim, a padronização é indicada.	Tanto a polissemia quanto a univocidade (monossemia e mononímia) podem ser funcionais com relação ao tipo de unidade de interpretação. Assim, ambas as possibilidades podem ser exploradas para uma melhor compreensão. A sinonímia pode ser funcional.
criatividade	A linguagem figurada deve ser restrita e substituída por equivalentes literais.	Dá-se crédito ao poder de criação e expressões figuradas fazem parte da descrição terminológica.

Figura 5. As diferentes perspectivas da TTT e da TST em alguns de seus aspectos centrais.

1.2 Novos métodos de análise terminológica

A TST envolve uma série de princípios que diferem do paradigma teórico tradicional. Para tornar-se uma disciplina completamente desenvolvida, a teoria da terminologia necessita de algo além de princípios. Necessita, por exemplo, de ferramentas, ou seja, de métodos e técnicas para a análise terminológica de dados, que possam servir a um duplo propósito: por um lado, tais métodos e técnicas permitem aos pesquisadores testar a validade de seus princípios e, por outro, fornecem dados ao terminógrafo para a sua prática descritiva. Numa abordagem tradicional da terminologia utilizava-se *análises componenciais* como a mais importante ferramenta, com o objetivo de construir estruturas arbóreas representando estruturas conceituais (taxonomias e meronímias). Para a análise dos dados terminológicos coletados em arquivos textuais sobre as ciências biológicas, recorremos a três métodos de análise: análise da estrutura prototípica (1.2.1); análise do modelo cognitivo (1.2.2) e análise diacrônica (1.2.3). Esses três métodos são parte do conjunto de ferramentas da semântica cognitiva (Geeraerts, 1989 & 1995).

1.2.1 Análise da estrutura prototípica

Em Temmerman (2000a, capítulo 3), apresentamos uma análise da estrutura prototípica das categorias "blotting" e "biotecnologia". "Blotting" é exemplo de uma atividade e "biotecnologia" de uma categoria guarda-chuva (figura 6). Nos arquivos textuais sobre ciências biológicas encontramos evidências da estrutura prototípica dessas categorias, o que explica a razão pela qual não é possível defini-las em termos de uma conjunção de traços necessários e suficientes. Discutimos ainda um exemplo de conceito "real", ou seja, um conceito definível conforme a prática da TTT ("intron"). Contudo, mesmo esse "conceito" parece estar em processo de desenvolver uma estrutura prototípica, de tornar-se uma categoria. A análise da estrutura prototípica permite a reformulação dos princípios um e dois (figura 2).

		Por intensão		Por extensão	
		agrupamento de sentidos em parentesco e conjuntos radiais	ausência de definições em termos de atributos suficientes e necessários	diferenças em termos de importância entre membros da categoria	flutuações nas fronteiras da família
entidade	intron	não	não	não	não
atividade	blotting	não	sim	sim	não
termo guarda-chuva	biotecnologia	sim	sim	sim	sim

Figura 6. As quatro características da estrutura prototípica em três tipos de categorias

1.2.2 Análise de modelo cognitivo

Enquanto a análise da estrutura prototípica se faz relevante para a estrutura intracategorial, a estrutura intercategorial, ou seja, as relações estruturais que uma categoria pode apresentar com outras categorias na mesma área de experiência, pode, por sua vez, ser analisada por meio da aplicação dos métodos de análise de modelo cognitivo, como fizemos para “biotecnologia”, em Temmerman (2000a, capítulo 3), e para “*splicing*”, em Temmerman (1998a, capítulo 6). Isto resulta em representações visuais (nós e setas rotuladas), diferentes das estruturas arbóreas tradicionais (figura 7). A análise de modelo cognitivo permite uma revisão crítica dos princípios dois, três, quatro e cinco (vide figura 2).

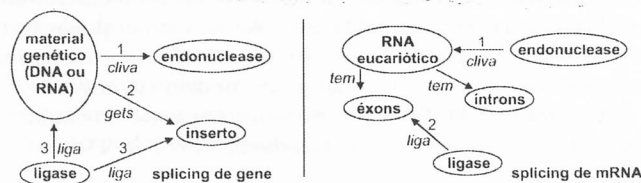


Figura 7. Exemplo de uma representação visual utilizando nós e setas rotuladas: a analogia entre “splicing de gene” e “splicing de mRNA” no domínio da biologia molecular.

1.2.3 Análise diacrônica

Para se entender a categorização e a nomeação, é essencial analisar a história das categorias. Isto mostra que o ato de nomear no campo científico raramente é algo arbitrário e que a categorização é um processo que se dá no tempo. A evolução das categorias está relacionada com sua estrutura prototípica.

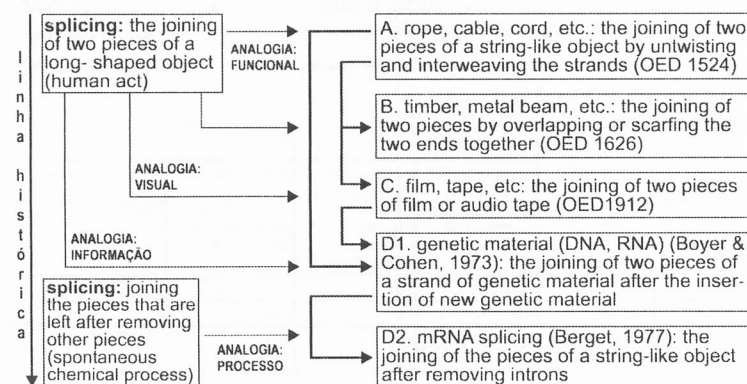


Figura 8. A extensão do significado de *splicing* em língua inglesa.

A representação visual da evolução do significado dos termos ao longo de linhas históricas permite um maior entendimento da categorização e da nomeação. Analisamos casos de uso recorrente do mesmo item lexical para nomear diferentes categorias pertencentes à mesma área de experiência (por exemplo, “clonagem”, Temmerman 2000a, capítulo 3) ou a diferentes áreas de experiência (por exemplo, “*splicing*”, Temmerman 1995) (figura 8). Uma análise histórica não pode ser considerada isoladamente de um modelo de análise cognitiva (DNA É INFORMAÇÃO, por exemplo) e de uma análise de estruturas prototípicas (“biotecnologia”, Temmerman 2000 a, capítulo 3). Uma análise diacrônica questiona os princípios 2, 4 e 5 (vide figura 2).

1.2.4 Conclusão

A análise da estrutura prototípica, a análise do modelo cognitivo e a análise diacrônica podem ser aplicadas à pesquisa em teoria da terminologia, assim como à análise de dados objetivando a descrição terminológica, como veremos na próxima seção.

2 O impacto da TST na terminografia

A TST traz implicações para os métodos da terminografia. Se a teoria da terminologia é a disciplina incumbida de lidar com metodologias e princípios para o estudo da terminologia, a terminografia é a prática encarregada de descrever dados terminológicos sistematicamente. A TST requer um completo repensar da terminografia. Mesmo que, na prática, terminógrafos sempre partissem da *compreensão*, já que precisavam se basear em material textual para suas análises terminológicas, um dos princípios da TTT exigia deles que (artificialmente) imaginassem estar partindo de conceitos.

Na TST, o terminólogo deve ser treinado para partir de unidades de interpretação. Tais unidades apresentam pelo menos três aspectos: 1) elas podem ser encontradas por terminógrafos e terminólogos apenas quando existirem na linguagem, ou seja, tão logo haja um termo ou descrição para comunicar a unidade de interpretação na linguagem; 2) elas referem-se a algo que pode ser percebido ou concebido em alguma realidade; e 3) elas são entendidas na mente dos especialistas, terminólogos e terminógrafos. Isto significa que a análise tradicional wüsteriana, segundo a qual os conceitos devem ser tratados como se existissem objetiva e independentemente da interpretação humana e da linguagem, é equivocada e deve ser reformulada.

Comparada à TTT, a TST apresenta fundamentos teóricos adicionais e distintos que se aliam a outras ferramentas metodológicas para a análise de categorias presentes em informação textual. Mostramos

anteriormente como uma abordagem sociocognitiva da teoria da terminologia faz uso de metodologias provenientes da semântica cognitiva para pelo menos três tipos de análise. Um primeiro método envolve a análise componencial aliada à idéia de que a interpretação é empírica (implica a estrutura prototípica das categorias e as restrições dos modelos cognitivos sobre linguagem); um segundo método é direcionado a uma busca de modelos cognitivos subjacentes à categorização; um terceiro método implica a descrição do desenvolvimento da polissemia ao longo de linhas históricas. Todos produzem um impacto na prática dos terminógrafos, pois bases teóricas distintas irão proporcionar-lhes uma concepção diferente sobre o que a terminografia implica. Terminógrafos que atuam segundo um modelo proporcionado por tais métodos: a) terão um vasto conjunto de possibilidades para a descrição de categorias com base no pressuposto de que se pode distinguir entre tipos de unidades de interpretação, b) poderão gerar representações de modelos cognitivos em estruturas de rede, por exemplo, e c) poderão representar o desenvolvimento de uma categoria.

Em nosso trabalho de orientação teórica (Temmerman, 1998a & 2000a), desenvolvemos análises bem mais detalhadas do que se pode esperar de terminógrafos praticantes, que necessitam chegar a um equilíbrio entre tempo e qualidade de análise. O que é mais importante é que terminógrafos deverão adaptar sua metodologia, bem como a profundidade de suas análises e sua precisão descritiva, aos possíveis usuários da informação terminológica.

2.1 Procedimentos de análise terminográfica

O objetivo da terminografia é descrever o conjunto de termos relacionados a uma área de conhecimento. O resultado deve ser uma compilação coerente de entradas. Cada entrada possui módulos de informação que fornecem dados sistematicamente, respondendo a necessidades que podem variar. O foco continua sendo o conjunto de categorias às quais a compilação terminológica se refere.

Antes que possa iniciar a compilação dos registros terminológicos, o terminógrafo precisa tomar algumas decisões preliminares (definir a área, os grupos de usuários, se os registros devem ser mono ou plurilíngües) e planejar como fornecer a informação, que pode ser classificada em quatro unidades: a) a unidade da categoria, b) a unidade lingüística, c) a unidade de referência e d) a unidade de identificação.

a) A unidade de categoria

Tipo de categoria? Módulos de informação relevantes
Análise intracategorial (estrutura prototípica)

Análise intercategorial (análise de modelos cognitivos)

b) A unidade lingüística

Informação morfossintática (variantes na grafia e pronúncia, análise morfológica de formação dos termos, categoria gramatical)

Informações sobre sinonímia e regência

Uso (níveis sociolingüístico e geográfico)

c) A unidade de referência

Um registro terminográfico pode apresentar contextos, referências bibliográficas etc.

d) A unidade de identificação

Um registro terminológico é identificado de várias maneiras, por exemplo, nome do autor, data, número de referência.

Estas quatro unidades de informação precisam ser reunidas antes da elaboração dos registros terminográficos.

2.2 Questões centrais para a análise terminográfica

Uma análise terminográfica deve basear-se no estudo de um *corpus* textual, selecionado a partir das necessidades do grupo de usuários em potencial da terminologia. Após a leitura e a análise do *corpus*, o terminógrafo deverá chegar a uma lista dos termos que necessitam descrição terminológica. Tal descrição será baseada, primeiramente, nas informações fornecidas pelos textos disponíveis. Ao tentar estabelecer a abrangência da área de especialidade, é fundamental contar com a assessoria de especialistas da área em questão. O especialista será necessário na fase de seleção dos textos representativos da área, como também para consultoria *ad hoc* em caso de dificuldades na identificação da terminologia ao longo da análise dos textos e na editoração dos registros terminológicos.

A análise de discurso pode fornecer três tipos de informação para a descrição terminológica (figura 10): informação especificativa, termos e descrição de categorias. Os textos fornecem a informação especificativa necessária para as indicações da área, a avaliação da intensão e as perspectivas adotadas (figura 10). O primeiro passo na análise terminológica de uma área é enumerar os termos específicos que ocorrem nos textos. A informação fornecida pelos textos deve permitir uma distinção entre a terminologia que é mais relevante e a que é menos relevante para uma determinada área.

Informação específica	Indicação da área	
	Avaliação da intensão	
	Descrição da perspectiva	
Termos	Tipos de unidades de interpretação	
	Sinonímia e polissemia: estrutura prototípica	
Descrição	Modelo	Definição do núcleo
		Descrição intracategorial
		Descrição intercategorial
		Informação histórica
		Informação procedual

Figura 9. Três tipos de informação para descrição terminológica que podem ser extraídas da análise de discurso.

A diferenciação entre os tipos de unidades de interpretação constitui o passo seguinte. Para diferentes tipos de unidades, é possível antever quais módulos terão maior importância informacional (vide figura 4). Isto tem consequências para a prática descritiva. A distinção inicial entre entidade, atividade e categoria guarda-chuva, entre outras, vai influenciar a seleção e a importância dos módulos de informação a serem fornecidos. No discurso, pode-se encontrar esclarecimentos quanto aos níveis de sinonímia (quase-sinonímia), justificativas para a necessidade funcional da sinonímia e descrições dos diferentes sentidos que podem corresponder a um determinado termo.

A descrição de categorias pode assumir a forma de padrões compostos de diferentes módulos de informação, que vão apresentar diferentes níveis de importância dependendo do tipo de categoria considerado. Definição de núcleo, descrição intra e intercategorial, informação histórica e procedual são exemplos de módulos (figura 10). Todas estas informações podem ser coletadas na análise de discurso.

Vamos supor que quiséssemos fornecer uma descrição terminológica da *biotecnologia*. Na fase inicial do trabalho, deveríamos nos preocupar com a informação especificativa antes de iniciarmos a análise da categoria. Dependendo do caso, a indicação da área poderia ser “biologia molecular”, “genética molecular”, “microbiologia”, “bioquímica”, “engenharia genética”, “tecnologia de DNA recombinante”, entre outros campos. A avaliação da intensão implica uma estimativa dos possíveis

usuários da informação terminológica, por exemplo, biólogos moleculares, cientistas médicos, técnicos de laboratório e estudantes de ciências. A descrição da perspectiva pode ser o nome do contratante, como por exemplo, nome da indústria de alimentos, nome da empresa farmacêutica, laboratório de engenharia genética. Na segunda fase, a estrutura prototípica do termo “biotecnologia” será estudada no *corpus* e descrita tanto através da definição por intensão quanto por extensão (vide capítulo três). Esta análise da estrutura prototípica será a base para a terceira fase, que vai se ocupar da descrição da categoria, a partir da qual programamos o procedimento seguinte. O primeiro fator a ser levado em conta deve ser o tipo de categoria considerado. “Biotecnologia”, por exemplo, é uma **categoria guarda-chuva**. Os principais módulos de informação para a descrição de uma categoria guarda-chuva são: a definição do núcleo; a informação intracategorial, obtida a partir da análise da estrutura prototípica; a informação intercategorial, obtida a partir da representação de modelos cognitivos descritos nos textos que compõem o *corpus*; e informação diacrônica, obtida a partir da análise numa linha histórica.

3. Observações finais

Reconhecemos que a TST tem suas limitações (3.1) e formulamos uma série de sugestões para pesquisas futuras (3.2).

3.1 As limitações de nosso projeto de pesquisa

Um leitor crítico poderia argumentar que basear a TST na investigação empírica de um *corpus* restrito à terminologia das ciências biológicas é algo bastante limitado, especialmente porque apenas um pequeno segmento do conjunto de termos relacionados às áreas envolvidas foi amplamente tratado. Nesta seção, identificamos mais explicitamente as limitações deste trabalho e sugerimos algumas vias de expansão.

Optamos por restringir nossa análise a um conjunto de categorias do tipo *entidades*, *atividades* e *guarda-chuva* e utilizar somente os resultados dessa análise para ilustrar as considerações que tentamos tecer em relação aos princípios e métodos da teoria da terminologia. Isto significa que uma grande parte do material analisado não foi extensivamente descrita no âmbito do nosso projeto. Além disso, a perspectiva que adotamos para diversas questões fez com que outros aspectos fossem deixados em segundo plano. Um dos exemplos que poderiam causar no leitor uma impressão de negligência relaciona-se a não diferenciação entre termos simples, termos com múltiplos elementos e fraseologia ao discutirmos a categorização e a nomeação. Uma segunda lacuna reside no fato de não abordarmos

terminologias multilíngües. Optamos por analisar a categorização apenas a partir da perspectiva da língua inglesa.

O inglês é a língua da ciência e da tecnologia, ou seja, a língua de formação de termos mais primária (Sager, 1990: 80). A conceitualização e a nomeação de novas categorias se dá primeiramente em língua inglesa. A terminologia das ciências biológicas em outros idiomas é fortemente influenciada pela língua inglesa. Muitos termos são simplesmente empréstimos lexicais, na forma de estrangeirismos ou decalques. Isto é o resultado da transferência de conhecimento de uma comunidade lingüística para outra, processo que se dá através do que Sager chama de “*formação de termos secundária*” (1990: 80). Acredita-se que todas as línguas tenham potencial para preencher integralmente suas necessidades de expressão. Para terminologias multilíngües, são necessárias pesquisas sobre categorização intercultural e categorização relativa à formação de termos secundária. Estudos de tradução baseados em estilística comparada (Vinay & Darbelnet, 1968) constituíram o ponto de partida para tal tipo de pesquisa (vide Sager, 1993).

3.2 Sugestões para pesquisas futuras

As possibilidades para uma implementação concreta dos princípios e métodos da TST em quaisquer tipos de projetos terminográficos deveriam ser amplamente testadas.

Um ponto de partida poderia ser investigar se os princípios da TST já se manifestam em dicionários e terminologias existentes. Seria interessante averiguar até que ponto esses princípios e métodos são aplicados intuitivamente, sem nunca terem sido explicitamente declarados como tais.

Além disso, uma análise e descrição detalhadas das necessidades de cada grupo de usuários de dicionários e terminologias torna-se necessária, bem como um estudo aprofundado da relação entre tipos de categorias e seus módulos de descrição de significados mais relevantes.

Por fim, os princípios e métodos da TST devem ser testados em sistemas computadorizados de gestão de terminologia (como o Trados Multiterm para Windows), que são particularmente úteis na criação, gestão e apresentação de dados terminológicos. Tais sistemas são *orientados a conceitos*. Uma entrada corresponde sempre a um conceito, ou seja, à abstração de uma idéia independente da língua. Isto significa que uma entrada contém todos os termos que nomeiam um conceito (em tantas línguas quantas forem necessárias), juntamente com as informações adicionais a ele associadas (por exemplo, uma definição, um contexto, um exemplo de uso). É necessário refletir sobre as possibilidades de prover

esses sistemas de gestão de terminologia com informação sobre a polissemia e a evolução diacrônica.

Referências Bibliográficas:

- FELBER, H. (1984). *Terminology Manual*. Vienna: Infoterm.
- FELBER, H & G. BUDIN. (1989). *Terminologie in Theorie und Praxis*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.
- FILLMORE, C. (1985). 'Frames and the Semantics of Understanding.' *Quaderni di Semantica*, 6, 222-255.
- FILLMORE, C. & B. ATKINS. (1992). 'Towards a Frame-Based Lexicon: the Semantics of RISK and its Neighbors.' In A. Lehrer & E. Kittay: *Frames, Fields and Contrasts*. Hillsdale, New York: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- LAKOFF, G. & M. JOHNSON. (1980). *Metaphors we Live By*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. (1987). *Women, Fire and Dangerous Things*. Chicago: University of Chicago Press.
- GEERAERTS, D. (1989). 'Prospects and Problems of Prototype Theory.' *Linguistics*, 27-4 (302), 587-61.
- GEERAERTS, D. (1995). 'Representational Formats in Cognitive Linguistics.' *Folia Linguistica* 29, 1-2, 21-41.
- International Organization of Standardization. (1995). *Terminology Work - Principles and Methods*. Genève: ISO. (ISO/TC 37/ SC 1/CD 704.2 N 133 95 EN).
- International Organization of Standardization. (1995). *Terminology work - Vocabulary - Part 1: Theory and Application*. Genève: ISO. (ISO/CD 1087-1). [Partial revision of ISO 1087: 1990].
- SAGER, J.C. (1990). *A Practical Course in Terminology Processing*. Amsterdam: John Benjamins.
- TEMMERMAN, R. (1995). 'The Process of Revitalisation of Old Words: "Splicing", a case study in the extension of reference.' *Terminology* 2: 1, 107-128.
- TEMMERMAN, R. (1998a). *Terminology Beyond Standardisation. Language and Categorisation in the Life Sciences*. PhD dissertation. Leuven.
- Temmerman, R. (1998b). "Terminology Theory and Terminography in a Natural Language Processing Environment" *Revue française de linguistique appliquée*, III-2, 29-46.

- TEMMERMAN, R. (2000a). *Towards New Ways of Terminology Description. The Sociocognitive Approach*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- TEMMERMAN, R. (2000b). 'Why Traditional Terminology Theory Impedes a Realistic Description of Categories and Terms in the Life Sciences'. *Terminology* (special issue), 73-87.
- WÜSTER, E. (1991). *Einführung in die allgemeine Terminologielehre und terminologische Lexikographie*. 3. Aufl. Bonn: Romanistischer Verlag.
- VINAY, J.P. & J. Darbelnet. 1968. *Stylistique Comparée du français et de l'anglais*. Paris: Didier.
- WINTERSON, J. (1994). *Art and Lies*. London: Jonathan Cape.

COMO TER ACESSO A ELEMENTOS DEFINITÓRIOS NOS TEXTOS ESPECIALIZADOS?¹

Jennifer PEARSON²

Tradução: Carolina Huang e Sandra Dias Loguercio³

Revisão: Luzia Araújo⁴

Resumo: Neste artigo, mostro a vantagem em se utilizar corpora de textos especializados num trabalho terminográfico (identificação de termos e elaboração de definições terminológicas). Tento identificar os tipos de textos especializados adequados a este trabalho e proponho alguns critérios para a seleção dos textos apropriados. Parto do princípio de que, em muitas situações de comunicação especializada, os autores irão, de maneira explícita ou implícita, explicar alguns dos termos que utilizam. Tomando por base três corpora distintos, proponho uma metodologia para se chegar a esses elementos definitórios.

Palavras-chave: corpora; extração de informação; definição; comunicação especializada.

1 INTRODUÇÃO

A terminografia exige grandes investimentos de tempo, dinheiro e energia. A disponibilidade de textos eletrônicos deveria permitir-nos construir corpora de textos relevantes que serviriam a uma extração

¹ Traduzido com a permissão da autora a partir do texto em francês "Comment accéder aux éléments définitoires dans les textes spécialisés?", publicado em *Terminologies Nouvelles* nº 19, mai 1999.

² Diretora do Bureau de Tradução, UNESCO, Paris.

³ Alunas de pós-graduação, Instituto de Letras, UFRGS.

⁴ Tradutora, Bolsista RD-CNPq e professora colaboradora, Instituto de Letras, UFRGS.

terminográfica semi-automática. Minha intenção é falar sobre a concepção e a construção de corpora voltados a essa atividade e propor uma metodologia para a extração de informações terminológicas.

O trabalho baseado em corpus não é uma atividade recente. Já há três décadas, pesquisadores constroem corpora cada vez maiores e os exploram com objetivos distintos: produzir dicionários, estudar a gramática de uma língua ou observar a sua evolução. O que caracteriza os grandes corpora mais conhecidos (pelo menos em língua inglesa) é o fato de conterem textos muito variados. Esses corpora foram construídos para serem representativos da língua tal como é usada no cotidiano e a intenção é criar um recurso que reflita os elementos comuns dessa língua. Se os corpora contêm textos especializados, estes representam apenas uma parte muito pequena de seu conjunto. Conseqüentemente, são menos interessantes para quem procura estudar a linguagem das áreas de especialidade. O trabalho baseado em corpora especializados é muito mais recente e, durante muito tempo, os poucos pesquisadores que desejavam explorar corpora de textos especializados eram obrigados a criar seu próprio corpus. Por diferentes razões, não era fácil construir esses corpora: quase não havia textos eletrônicos, era difícil obter as permissões necessárias e, por parte dos pesquisadores, não havia disposição para partilhar ou emprestar recursos já existentes. Por conseguinte, durante muito tempo, o número e o tamanho dos corpora de textos especializados eram relativamente pequenos. No entanto, essa situação evoluiu de maneira notável nesses últimos anos. Os editores mostram-se mais dispostos a dar sua permissão e o volume de textos disponíveis sob forma eletrônica não pára de crescer. Atualmente, quem quiser construir um corpus de textos especializados depara-se com a dificuldade das múltiplas opções, o que acarreta outros problemas sobre os quais retornarei mais adiante.

Minha proposta é levantar algumas questões que me parecem importantes para quem se interessa em trabalhar com corpora de textos especializados. Pergunto inicialmente o que é um corpus, para estabelecer o que distingue um corpus de outros conjuntos de textos, como arquivos, por exemplo. Tento também caracterizar aquilo que distingue uma abordagem baseada em corpus de uma abordagem mais tradicional. Depois, pretendo estabelecer o que para nós significa o termo *texto especializado*. Este termo é utilizado por comunidades diferentes para descrever um grande número de tipos de textos, sendo que nem todos são adequados à realização de um trabalho terminográfico. Procuo, portanto, na segunda parte de meu artigo, definir o termo *texto especializado* e caracterizar o tipo de texto especializado mais adequado para uma exploração terminográfica precisa, isto é, a extração de elementos

definitórios que servirão de base para a formulação de definições terminológicas. Assim que tivermos caracterizado o gênero de texto que nos interessa, restará decidir quais os critérios a serem aplicados a fim de selecionar os textos mais apropriados à nossa atividade. Na terceira parte, proponho, portanto, um conjunto de critérios que utilizo em meu próprio trabalho terminográfico.

A maior parte deste artigo consiste em descrever a metodologia adotada para realizar meu trabalho. Concebi duas abordagens diferentes: uma que consiste em explorar a presença de certas estruturas gramaticais e outra que consiste em utilizar os próprios termos como ponto de partida. A tônica deste artigo estará na primeira dessas abordagens. É importante notar que a proposta que faço não é uma solução perfeita; ela não leva a uma solução automática. O especialista terá somente os elementos com os quais poderá trabalhar depois.

2 O QUE É UM CORPUS?

Segundo Sinclair, um corpus é “uma coleção de fragmentos de linguagem que são selecionados e ordenados de acordo com critérios lingüísticos explícitos, usada como amostra dessa linguagem” (1994: 2). Segundo Atkins *et al.*, um corpus é “um subconjunto de uma BTE (biblioteca de textos eletrônicos) construído de acordo com critérios de projeto explícitos para um propósito específico, por ex. o Corpus Révolutionnaire (Bibliothèque Beaubourg, Paris), o Cobuild Corpus, o corpus Longman/Lancaster, o Oxford Pilot Corpus” (1992: 1). Uma vez que essas definições estão bem próximas daquelas propostas por outros lingüistas, podemos considerá-las como sendo representativas. Tais definições são reveladoras e nos permitem observar em que medida um corpus distingue-se de outras coleções de textos. Em primeiro lugar, os textos que encontramos num corpus não estão lá por acaso. Não se trata de tomar qualquer texto simplesmente porque está disponível. Cada texto é selecionado conforme critérios lingüisticamente precisos. Em segundo lugar, se criamos um corpus, o fazemos com um objetivo preciso; sabemos por que o criamos, sabemos com antecedência a que irá nos servir. Em terceiro lugar, os textos que encontramos num corpus são textos autênticos e naturais, isto é, não foram editados. Ainda que um corpus contenha textos que foram redigidos para serem lidos, ele não será jamais utilizado desta forma. Se nos ocorre de ler fragmentos, esses fragmentos serão provavelmente de textos distintos e, mesmo quando forem do mesmo texto, não virão em seqüência no texto de origem. Utiliza-se ferramentas eletrônicas (como *WordSmith Tools*) para se chegar a um corpus; essas

ferramentas nos permitem observar palavras em seu contexto, mesmo que, de uma certa maneira, possamos vê-las também fora dele. O fato de ler várias ocorrências ao mesmo tempo nos permite identificar tendências que não teríamos observado a partir de uma abordagem mais convencional. Em suma, um corpus é um produto artificial que contém textos autênticos, selecionados de acordo com critérios precisos para serem utilizados como amostra de uma linguagem. No que se refere a nosso trabalho, nossos corpora conterão textos especializados, o que nos leva à seguinte questão: o que caracteriza os textos especializados?

3 CARACTERIZAÇÃO DO TEXTO ESPECIALIZADO

Geralmente utilizamos o termo *texto especializado* para diferenciar os textos ditos *de linguagem geral* e os textos ditos *de linguagem de especialidade*. Podemos utilizar critérios diferentes para caracterizá-los e tais critérios dependerão, em grande parte, da razão pela qual se estuda esses textos. Alguns pesquisadores se interessam por aspectos lexicais, outros pelos gramaticais e outros ainda pelos de tipologia de texto. Aqueles que se interessam pelos aspectos lexicais, como os terminólogos, dirão que um texto especializado se caracteriza por seu vocabulário especializado, isto é, pela frequência de termos técnicos empregados no texto. Aqueles que se interessam pelos aspectos gramaticais, como os pesquisadores que se dedicam às sublinguagens, dirão que os textos especializados se caracterizam não apenas pelo vocabulário utilizado, mas também, e talvez mais, por suas estruturas gramaticais. Isto significa que, muitas vezes, a gramática dos textos especializados é diferente da gramática da linguagem geral, diferente porque é limitada no que se refere às estruturas utilizadas, ou porque as estruturas gramaticais que encontramos não obedecem às regras de gramática normais (uso de elipses, construção de termos compostos longos e complicados). Aqueles que se interessam pela tipologia dos textos se ocupam principalmente da função e da organização dos textos. Se, por exemplo, estudarem a linguagem da medicina, tentarão antes fazer um balanço das diferenças entre os diversos *tipos* de documentos, sejam artigos de pesquisa, bulas de remédio, relatórios de laboratório.

Quando queremos construir um corpus de textos especializados que sirva de base a um trabalho terminográfico, nenhuma das formas de caracterização dos textos citados acima, porém, mostra-se adequada às exigências de tal trabalho. Ao contrário do que se poderia pensar, nenhum texto especializado é adequado a uma extração terminográfica. Lembremos que nosso objetivo principal é selecionar textos que

contenham elementos definitórios, ou seja, textos nos quais alguns dos termos utilizados sejam definidos de forma implícita ou de forma explícita. Se utilizarmos unicamente o critério da frequência dos termos para selecionar nossos textos, iremos nos deparar com muitos textos que são pobres em elementos definitórios. O mesmo ocorre com o critério das estruturas gramaticais incomuns. Aparentemente, o critério de tipologia poderia servir melhor, mas ele também acarreta problemas. Parece-me que toda discussão sobre o que é um texto especializado deve considerar um elemento muito importante que é extra-textual, isto é, a relação entre o autor e o leitor.

Este aspecto é primordial quando queremos decidir se um texto deve fazer parte de nosso corpus. Procuramos construir um corpus que nos permita apontar não apenas termos, mas também elementos definitórios. Se podemos esperar encontrar um número considerável de termos técnicos em todo texto especializado, o mesmo não ocorre com os elementos definitórios. Da mesma forma que há muitas situações em que autores explicam de maneira explícita certos termos que utilizam, há também em mesma quantidade, se não mais, situações em que não o fazem. Por exemplo, não se espera encontrar definições em boletins de meteorologia, nem em receitas culinárias, nem em bulas de remédio. Em contrapartida, espera-se encontrar em livros de formação, em normas industriais, e até mesmo, às vezes, em artigos de pesquisa quando se trata de criar novas noções ou de redefinir noções existentes.

As relações entre o autor e o leitor determinarão a quantidade de explicações que serão fornecidas num dado texto e isto é válido para qualquer tipo de texto. Creio que existem três tipos de relações autor-leitor que podem nos interessar. O primeiro se refere à comunicação entre especialistas: os textos redigidos por especialistas para especialistas terão uma frequência muito alta de termos técnicos. Consideremos, por exemplo, artigos de pesquisa publicados em revistas especializadas. Nesses textos, encontraremos uma densidade muito alta de termos, mas provavelmente muito poucos elementos definitórios. A explicação é simples: supõe-se que o leitor conhece e entende os termos utilizados.

O segundo tipo de relação diz respeito à comunicação entre especialistas e pessoas que já têm uma certa competência na área em questão. Nesse caso, penso nas pessoas que trabalham na mesma área, mas que não possuem o mesmo nível de formação. Pode ser comunicação entre engenheiros e técnicos, médicos especializados e clínicos gerais. O que distingue esta situação da anterior é o nível de especialização. Os autores vão definir ou explicar alguns dos termos que utilizam quando acham que esses termos não são conhecidos por seus leitores.

O terceiro tipo de relação se refere à comunicação entre especialistas e pessoas que não têm formação nenhuma na área em questão, mas que necessitam conhecer e entender esta terminologia. Nessa situação de comunicação, a densidade de termos será nitidamente menos elevada do que nas duas categorias anteriores, porém, pode-se esperar encontrar uma grande densidade de elementos definitórios. Penso, por exemplo, em livros escolares ou livros de formação profissional. O que chama atenção aqui é que este tipo de texto raramente é considerado interessante por especialistas e estudiosos da linguagem especializada, simplesmente porque a frequência de termos não é elevada de modo suficiente. Como veremos mais adiante, são precisamente esses textos os mais ricos em elementos definitórios, sendo os da comunicação entre especialistas os mais pobres. O que é importante lembrar, no caso de cada uma dessas relações autores-leitores, é que o cenário comunicativo no qual encontraremos textos que correspondem a essas relações é profissional ou educativo.

Existe um quarto tipo de relação autor-leitor que poderíamos ter considerado, mas que se mostrou inadequado às nossas necessidades. É o caso das relações entre especialistas e leitores ocasionais; trata-se de comunicações especializadas que aparecem na literatura dita *de interesse popular*, em revistas como *Scientific American* nos EUA ou *New Scientist* na Inglaterra⁵, por exemplo. Nesse caso, o âmbito não é profissional nem educativo no sentido em que os leitores que lêem esses textos não o fazem no âmbito de seu trabalho ou formação.

4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Agora que já decidimos que nos interessa selecionar textos que correspondam a um dos três cenários comunicativos citados anteriormente, resta-nos estabelecer um conjunto de critérios para selecionar os textos que queremos incluir em nosso corpus. Não basta dizer que este ou aquele texto corresponde a um de nossos cenários comunicativos. Há outros critérios que entram em jogo, sendo os mais importantes:

a. Os textos devem ter sido publicados. Isto significa que, segundo a definição de Biber, “eles estão impressos em múltiplas cópias para distribuição, têm registro de direito autoral ou estão registrados em algum outro serviço de indexação” (1993: 245). Pensamos em analisar textos que foram redigidos para serem lidos.

⁵ N. de T.: *Superinteressante* no Brasil.

b. Os textos devem ser inteiros. Tradicionalmente, os corpora contêm exemplos de uma extensão precisa de textos diferentes.

c. O autor pode ser um indivíduo, um grupo de indivíduos, uma associação ou uma federação. Em qualquer desses casos, o autor deve ser competente para escrever no domínio em questão. Sua formação profissional deve corresponder ao assunto de que trata.

d. O âmbito deve ser profissional ou educativo. Os textos são destinados a serem utilizados num âmbito profissional ou num âmbito de ensino.

e. A data da publicação de um texto pode ser importante, sobretudo nas áreas em plena evolução, como a informática.

f. A função do texto deve ser informativa, didática ou normativa.

5 OS CORPORA

Na elaboração de minha metodologia, optei por utilizar três corpora diferentes. O primeiro, o corpus *Nature*, é uma coleção de artigos publicados na revista *Nature*. A *Nature* é uma revista inglesa especializada que contém artigos redigidos por especialistas para especialistas. O cenário comunicativo corresponde, portanto, à nossa primeira categoria, a comunicação entre especialistas. Optei por estudar este corpus porque minha intuição me sugeria que, por mais especializados que fossem estes textos, haveria grandes chances para que houvesse poucos elementos definitórios, o que se revelou ser o caso. O corpus *Nature* contém aproximadamente 230.000 palavras.

O segundo corpus, o corpus UIT, redigido em inglês, francês e espanhol, foi publicado pela União Internacional das Telecomunicações e está disponível em CD-Rom. O cenário comunicativo corresponde à nossa segunda categoria: trata-se de comunicação entre especialistas e pessoas que trabalham na mesma área, mas que não possuem necessariamente o mesmo nível de competência que os autores. O corpus UIT compreende textos normativos e contém aproximadamente 4,7 milhões de palavras.

O terceiro corpus contém livros didáticos para matérias do programa de estudos GCSE⁶ na Inglaterra. Os alunos passam no exame GCSE dois anos antes de passar no equivalente ao *baccalauréat* francês. O cenário comunicativo corresponde à nossa terceira categoria, a comunicação entre especialistas e pessoas que não têm muito, ou têm pouco ou nenhum conhecimento do domínio em questão, mas que

⁶ Exame nacional (geral, tecnológico ou profissional) prestado ao final do ensino secundário. (N. de T.)

necessitam conhecer e entender suas noções. O corpus compreende textos didáticos e contém aproximadamente um milhão de palavras.

6 ELEMENTOS DEFINITÓRIOS

Agora que definimos o que queremos dizer com *texto especializado* e, mais particularmente, o que entendemos *por um corpus especializado com finalidade terminográfica*, vou dirigir minha atenção à noção de elementos definitórios. Parto do princípio de que, nos âmbitos de comunicação mencionados anteriormente, os textos conterão elementos definitórios, isto é, os autores nos fornecerão explicações de alguns dos termos que utilizam.

Creio que existam vários meios de se ter acesso a esses elementos definitórios: por intermédio do termo, pelas estruturas gramaticais, etc. Proponho primeiramente a elaboração de uma descrição dos elementos definitórios do ponto de vista de sua estrutura gramatical. Partirei de estruturas muito formais para chegar em seguida a estruturas menos formais e, portanto, mais difíceis de serem identificadas. Proponho a utilização das descrições elaboradas por Trimble, em 1985, e depois desenvolvidas por Flowerdew, em 1992, dois pesquisadores que analisaram textos autênticos. Segundo esses pesquisadores, existem três categorias de definição: definição formal, definição semi-formal e definição não formal. Segundo Trimble, a definição formal é “claro, a já conhecida equação ‘Species = Genus + Differentia’, geralmente chamada formal devido à sua regidez de forma” (Trimble 1985: 75-76). A definição formal tem uma estrutura rígida que geralmente é representada pela seguinte fórmula: $X = Y + característica$. Nesta fórmula, x representa o termo, y , um hiperônimo, e a característica serve para distinguir x de todos os outros termos da mesma categoria. Eis alguns exemplos que encontramos em nossos corpora⁷:

- *A control circuit is a telephone-type circuit between the point of origin of the programme and the point where it terminates. (UIT)*
- *An ISDN connection is a connection established between ISDN reference points. (UIT)*
- *A spore is a single cell which by itself can grow into a new organism. (GCSE)*

Quanto à definição semi-formal, Trimble diz “por definição, uma definição semi-formal contém apenas dois dos três elementos definitórios

⁷ Estes e os demais exemplos foram mantidos em inglês por se tratar do corpus de trabalho da autora. (N. de T.)

básicos: o termo sendo definido e a exposição de diferenças” (Trimble, 1985: 77). A definição semi-formal é geralmente representada pela fórmula: $x = característica$, como nos seguintes exemplos:

- *Geometric elements are used to construct drawings of various types by a succession of overlay of points, straight lines, arcs, etc. (UIT)*
- *Photographic elements are used to render an image by the transmission and display of an array of picture elements (pixels). (UIT)*
- *Arachnids have four legs and their bodies are made of two parts. (GCSE)*
- *Amylase breaks up starch into sugar. (GCSE)*

A terceira é uma definição não formal, assim descrita por Trimble: “A função de uma definição não formal é definir num sentido geral para que um leitor possa perceber o elemento familiar em qualquer que seja o novo termo... A maioria das definições não formais é encontrada em forma de sinônimos” (1985: 78). Esse tipo de definição fornece ao leitor o nome correto do termo e uma outra unidade lexical que corresponde mais ou menos ao seu sentido, mas que não é obrigatoriamente um termo. Flowerdew diz que se trata de *uma definição por substituição* e sugere que tal definição pode ser expressa de três diferentes maneiras: por sinônimo, paráfrase ou derivação (1992: 211). Eis alguns exemplos do que encontramos em nossos corpora:

- *a signal of limited duration, known as a “measuring signal” (UIT)*
- *the aggregate of time during which the speech in question is present (called the active time) (UIT)*
- *A bulge called a pseudopodium... (GCSE)*
- *Peas have small shoots called tendrils (GCSE)*
- *...an extended region of homology called the POU domain (Nature).*

É interessante observar aqui que encontramos, além das paráfrases, não apenas relações de quase sinonímia, mas também relações de hiperônimo-hipônimo.

6.1 DEFINIÇÕES FORMAIS

6.1.1 Definições Formais Simples

Ao estudar as estruturas gramaticais utilizadas nos corpora, constatei que algumas delas correspondem geralmente aos diferentes tipos

de definições apresentadas anteriormente. Construí, então, um conjunto de condições que uma estrutura gramatical deve preencher para ser considerada um elemento definitório. Observemos, primeiramente, as condições que devem preencher as definições formais simples, isto é, aquelas que correspondem à estrutura $x = y + característica$ e que aparecem em uma única frase.

1. *X* deve ser um termo. Para ser considerado termo, deve ter uma estrutura que corresponda às estruturas terminológicas identificadas pelo corpus em questão. Se *x* aparece no início da frase, deve ser precedido ou do artigo indefinido ou de nenhum artigo. Isso é muito importante porque, em inglês, se o termo é precedido do artigo definido (quando está em início de frase), ele não tem necessariamente um estatuto genérico. Se o termo é precedido do artigo definido ou de um adjetivo demonstrativo, isto pode significar duas coisas: ou que a frase é a continuação de uma definição em parte já elaborada na frase precedente, o que é o caso das definições complexas que não nos interessam aqui, ou que a frase diz respeito a um caso específico que não pode ser considerado válido para o termo em geral. Em compensação, se *x* está no final da frase, ele pode vir precedido do artigo definido ou do indefinido, ou ainda sem nenhum artigo.
2. *Y* deve ser um termo ou um hiperônimo genérico, tal como técnica, método, processo, função, etc. A tabela 1 indica os hiperônimos genéricos em inglês que encontramos nos três corpora.

Hiperônimo Genérico	UIT	GCSE	Nature
Técnica	341	7	9
Método	2.374	149	32
Processo	1.143	201	63
Função	3.105	54	133
Propriedade	39	71	9
Sistema	7.396	712	135
Classe	1.598	416	81
Equipamento	746	9	4

Tabela 1: Lista de hiperônimos genéricos

3. Há um certo número de verbos ou de sintagmas verbais que podem ligar *x* e *y*: os chamados conectivos ou verbos de ligação, que servem de conexão entre os dois elementos da frase. Alguns exemplos de

conectivos em inglês: *is/are, is/are called, is/are known as, is/are defined as, denote(s)*. O verbo ou a locução verbal que serve de ligação entre *x* e *y* deve estar no presente do indicativo e não pode ser modificado por um verbo modal. O verbo não deve ser modificado por nenhuma partícula negativa, tal como *not, never*.

A frase definitória não deve ser modificada por um advérbio de tempo ou modo. Alguns exemplos desses advérbios em inglês: *commonly, frequently, usually, specifically, generally, mainly, primarily*. A tabela 2 indica os advérbios de tempo e modo encontrados nos três corpora.

Advérbio	UIT	GCSE	Nature
<i>chiefly</i>	5	9	1
<i>commonly</i>	91	19	4
<i>especially</i>	176	142	21
<i>exceptionally</i>	88	1	4
<i>exclusively</i>	61	3	6
<i>frequently</i>	93	59	10
<i>generally</i>	496	140	35
<i>mainly</i>	98	125	20
<i>mostly</i>	11	85	18
<i>occasionally</i>	18	13	1
<i>often</i>	213	574	37
<i>only</i>	4.504	1.457	385
<i>on the whole</i>	2	13	1
<i>predominantly</i>	12	5	6
<i>primarily</i>	118	4	19
<i>principally</i>	9	0	2
<i>purely</i>	61	10	3
<i>rarely</i>	22	31	1
<i>solely</i>	93	5	5
<i>sometimes</i>	111	252	11
<i>specifically</i>	175	2	27
<i>usually</i>	354	408	17

Tabela 2: Advérbios encontrados nos três corpora

Embora se possa pensar que esses advérbios sejam utilizados freqüentemente para acentuar a validade de uma frase definitória, muitas vezes apresentam o efeito inverso. Quando um autor diz que um termo é *freqüentemente* definido desta ou daquela forma, não se pode concluir que seja *sempre* o caso.

4. Não basta determinar quais palavras podem ocupar o lugar de x , y e $=$. É preciso olhar também a forma da frase e, simultaneamente, a situação do elemento definatório na frase em geral. Acima de tudo, a frase definatória deve constituir a proposição principal da frase e não deve vir precedida de frases subordinadas. Se a frase definatória for precedida de uma frase subordinada, esta pode atenuar a força e a validade daquela. Em contrapartida, a frase definatória pode vir seguida de uma outra frase com a condição de que estejam ligadas pela conjunção *and*.

5. Y deve vir seguido diretamente pela característica que distingue x de todos os outros membros da mesma categoria. A característica pode ser introduzida por uma proposição, um particípio passado ou um pronome relativo. Y não deve vir seguido imediatamente pela conjunção *and* porque isso geralmente marca o fim do elemento definatório.

Aqui estão alguns exemplos de definições formais simples em inglês:

- *A robot is a machine that tries to copy one or more human functions (GCSE).*
- *A videotex service centre is a computer used by the videotex service provider to authorize access to a videotex service (ITU).*
- *INTERLEUKIN-1 (IL-1) is a cytokine produced by mononuclear phagocytes (Nature).*

6.1.2 Definições Formais Complexas

Embora haja um número considerável de frases definatórias que correspondem a uma definição formal simples, isto é, a uma definição formal expressa em uma única frase, há muitas outras que são expressas em duas frases: são as que Trimble chama de *definições complexas*. Em geral, uma definição formal complexa é expressa conforme uma das duas formas a seguir: a) o termo é introduzido no final de uma frase e explicado no início da frase seguinte, ou b) o termo é citado no início de uma frase e explicado na frase precedente. Eis alguns exemplos do primeiro caso e, em seguida, do segundo:

Primeiro caso (o termo aparece no final da frase precedente):

- *...mean holding time. This is the total holding time divided by the total number of seizures and can be calculated on a circuit group basis or for switching equipment. (UIT)*
- *...digital speech interpolation (DSI). This is a technique whereby advantage can be taken of the inactive periods during a conversation, creating extra channel capacity. (UIT)*
- *...a ring mains system. This is a loop of cable that runs from the consumer unit round the house and back to the unit. (GCSE)*

- *...a device called a proboscis. This is a hollow tube which is normally tightly coiled beneath the head of the butterfly when it is not feeding. (GCSE)*
- *an exoskeleton. This is a hard outer protective covering made of chitin.*

Segundo caso (definição em uma primeira frase, termo citado na frase seguinte):

- *There are millions of compounds containing just hydrogen and carbon. These are called hydrocarbons.*
- *Some bacteria get their food from the dead bodies of plants and animals. These are called saprophytic bacteria.*

Essas definições não têm a mesma estrutura formal que as definições formais simples, mas todos os elementos desta última estão presentes. Tais definições são relativamente fáceis de ser localizadas. No caso (a), citado acima, basta lembrar que as palavras que se encontram no final da primeira frase devem corresponder a uma estrutura terminológica já estabelecida e que a frase definatória deve começar com a expressão *This is...* ou *These are...* A frase definatória deve preencher as mesmas condições estabelecidas para as definições formais simples, com exceção de x que é substituído por um pronome (*this* ou *these*). No caso (b), sabe-se que as palavras que seguem a expressão *These are* ou *This is* devem ser um termo. As definições complexas são mais difíceis de ser identificadas do que as simples, mas, particularmente no corpus UIT, elas são bem mais frequentes.

6.2 DEFINIÇÕES SEMI-FORMAIS

Ainda mais frequentes são as *definições semi-formais*. Enquadram-se aí as estruturas que correspondem à fórmula: $x = característica$. Em uma definição semi-formal, o hiperônimo está ausente da frase. Na realidade, quando se analisa as definições semi-formais encontradas no corpus, descobre-se que o hiperônimo está frequentemente marcado na frase precedente e que a definição semi-formal serve para fornecer informações suplementares. As condições para as definições semi-formais diferem um pouco das condições estabelecidas para as definições formais. X deve ser um termo que pode estar precedido do artigo definido ou do indefinido. O verbo que une x à característica deve estar no presente do indicativo; a frase definatória semi-formal deve constituir a proposição principal da frase. Veja alguns exemplos de nossos corpora:

- *Expanded polystyrene is made by blowing a gas (such as carbon dioxide) into the liquid polymer. (GCSE)*

- *One of the most important applications of neutralization is in making fertilizers like ammonium sulphate ((NH₄)₂SO₄) and ammonium nitrate (NH₄NO₃). Ammonium sulphate is manufactured by neutralizing sulphuric acid (H₂SO₄) with ammonia solution (NH₃(aq)). (GCSE)*
- *Whenever a change in the status of a signalling link, route or point occurs, the three different signalling network management functions (i.e., signalling traffic management, link management and route management) are activated. This signalling traffic management function is used to divert signalling traffic from a link or route to one or more different links or routes, to restart a signalling point, or to temporarily slow down signalling traffic in the case of congestion at a signalling point... (UIT).*

6. 3 DEFINIÇÕES NÃO FORMAIS

As definições não formais são talvez as mais interessantes de se estudar. Lembremos que, segundo Flowerdew, essas definições, chamadas por ele de *definição por substituição*, podem ser expressas de três maneiras diferentes: por um sinônimo, paráfrase ou derivação. Em caso de substituição, o autor pode fornecer um sinônimo para um termo (esse caso é bastante raro) ou introduzir um termo, utilizando uma palavra equivalente de língua comum já conhecida do leitor. Em caso de paráfrase, o autor pode explicar um termo utilizando uma paráfrase. Nesse caso, estará fornecendo os mesmos elementos que encontramos nas definições formais e semi-formais, mas empregará outros métodos para fazê-lo.

Há um certo número de indicadores que assinalam a presença de definições não formais. Compreendem, entre outros, a utilização de parênteses, de expressões tais como *i.e.*, *e.g.*, *called*, *known as*. Além das funções mencionadas anteriormente, esses indicadores podem também ser utilizados para indicar relações hiperônimo-hipônimo. Veremos, a seguir, alguns exemplos de cada um dos indicadores que revelam o quanto são multifuncionais. Não se pode prever qual indicador fornecerá tal informação.

- *...but all microphones contain a disc called a diaphragm. (GCSE)*
- *...threads of pure cellulose known as rayon. (GCSE)*
- *Modulation with two-phase conditions, called bi-phase modulation (2-PSK)... (UIT)*

- *...a signal of limited duration known as a "measuring signal"... (UIT)*
- *Row crops (e.g. strawberries) can be protected from... (GCSE)*
- *Cell types, e.g. root-hair cell, egg cell (ovum) sperm cell, muscle cell... (GCSE)*
- *Some are steady state impairments (e.g. loss, noise, quantization, distortion, phase jitter...) (UIT)*
- *But how can liquids change to solids (i.e. melt) or liquids to gases (i.e. boil) or evaporate? (GCSE)*
- *An idle signalling terminal, i.e. a signally terminal not connected to a signally data link (UIT).*

7 CONCLUSÃO

A metodologia aqui proposta é uma abordagem que procura explorar a utilização de certas estruturas em circunstâncias precisas. A identificação dessas estruturas nos permite localizar elementos definitórios que podem ser considerados na formulação de definições terminológicas. Pode-se também abordar o problema de uma outra maneira, tomando os próprios termos como ponto de partida. Nesse caso, produz-se correspondências para cada termo para ver se é possível delimitar elementos definitórios nas linhas de correspondência. Essa abordagem é muito parecida com a utilizada pela equipe lexicográfica do *Cobuild*. Embora seja também muito produtiva, tal abordagem requer uma análise manual mais exaustiva. Estou certa de que, associando-se uma abordagem gramatical, tal como a que foi descrita neste artigo, com uma abordagem que toma os termos como ponto de partida para a análise de textos especializados apropriados, conseguiremos reduzir os altos custos do trabalho terminográfico.

Referências Bibliográficas:

- ATKINS, S.; CLEAR, J.; OSTLER, N. Corpus Design Criteria. In: *Literary and Linguistic Computing*. Oxford University Press, vol. 7, 1, Oxford, p. 1-16.
- BIBER, D. Representativeness in corpus design. In: *Literary and Linguistic Computing*. Oxford University Press, Oxford, vol. 8 (4), 1993, p. 243-257.

- DAILLE, B. *Approche mixte pour l'extraction de terminologie : statistique lexicale et filtres linguistiques*. Thèse de Doctorat. Université Paris VII, 1994.
- FLOWERDEW, J. Definitions in Science Lectures. In: *Applied Linguistics*. Vol. 13 (2), 1992, p. 202-221.
- JACQUELINE, C. ROYAUTE, J. Retrieving Terms and their Variants in a Lexicalized Unification-Based Framework. In: *Proceedings of the Seventeenth Annual International ACM-SIGIR Conference on research and Development in Information Retrieval*. New York, Heidelberg: Springer-Verlag, 1994, p. 132-141.
- NKWENTI-AZEH, B. *Positional and Combinational Characteristics of Satellite Communications Terms*. Final Report, Eurotra Project, UK-CCL-UMIST, 1992.
- SINCLAIR, J. Corpus Typology: A Framework for Classification EAGLES document. 1-18. In: MELCHERS, G.; WARREN, B. *Studies in Anglistics*. Stockholm, Almqvist and Wiksell International, 1995, p. 17-34.
- TRIMBLE, L. *English for Science and Technology: A Discourse Approach*. Cambridge University Press, Cambridge, 1985.

CORPORA COMO PONTO DE PARTIDA PARA A EXTRAÇÃO DE DADOS TERMINOLÓGICOS¹

Heribert Picht²

Tradução: Danatela Duarte³ e Maria José Bocorny Finatto⁴

Revisão: Ulla Marisa Pedde Muss⁵ e Maria José Bocorny Finatto

1- Introdução

Um *corpus* pode ser definido, de modo bastante genérico, como uma coleção de documentos que é compilada com base em critérios de seleção específicos, de tal maneira que conforma um conjunto empregável para uma ou mais finalidades. Uma definição como essa nada menciona sobre sua forma de apresentação e também não diz que um *corpus* deve ser apresentado de maneira que possa ser lido por computador. Mesmo antes da era dos computadores, no fundo, praticamente todas as pesquisas se basearam em coleções de textos – em *corpora* – de uma ou outra forma. Dito de outro modo: a idéia de *corpus*, em si, não é nova.

É incontestável que *corpora* passíveis de serem lidos por computador oferecem muitas vantagens. O tratamento de grandes quantidades de dados, o que permite um embasamento mais amplo para pesquisas, o processamento rápido e a utilização para diversas finalidades são, de modo geral, suas vantagens reconhecidas. As duas primeiras são de natureza quantitativa e podem ter uma influência direta ou indireta na qualidade da pesquisa. Entretanto, não podemos esquecer que esses elementos são, antes de tudo, de essência quantitativa, pois os programas de computador

¹ Traduzido, com a permissão do autor, a partir do texto em alemão "Korpora als Ausgangspunkt für die Extraktion von terminologischen Daten", publicado na revista SYNAPS 8(2001), p. 38-48.

² Norges Handelshøyskole, Institutt for språk, Norwegian School of Economics and Business Administration.

³ Acadêmica do curso de Bacharelado – Tradução, UFRGS.

⁴ Professora do Setor de Língua Portuguesa do Depto. de Letras Clássicas e Vernáculas, Instituto de Letras, UFRGS.

⁵ Formanda do curso de Bacharelado – Tradução, UFRGS.

utilizados para processamento de um *corpus* (1) não têm propriedades analíticas cognitivas; e; (2) um *corpus* não pode fornecer mais do que aquilo que contém. Essa última limitação citada pode ser contrabalançada até um determinado ponto pela quantidade de dados com que se lida, mas, mesmo assim, há que se contar com alguns limites.

Neste trabalho não será colocado em discussão em que medida a Linguística de *Corpus* poderia ou não ser considerada uma disciplina autônoma. Sobre essa questão, veja Hansen (1988). Hansen (*op.cit.*) examinou uma série de definições diferentes para o conceito de “*corpus*” e pôde constatar, a partir delas, as seguintes características em comum:

- um conjunto finito de dados lingüísticos sob a forma de textos ou partes de textos orais ou escritos;
- um recorte de uma área temática dada, que é compilado para uma finalidade específica;
- um subconjunto de dados tomado de um conjunto básico maior, de tal forma que todos os elementos desse conjunto básico estão contidos no subconjunto, com igual probabilidade estatística, de modo que esses elementos se distribuem de maneira igual ao longo de todo o conjunto básico;
- um subconjunto de dados que é representativo em relação a um conjunto básico maior.

A partir dessas características, o autor depreende cinco traços categoriais gerais de um *corpus*. São eles:

1. função, no que o autor distingue entre função de uso e função metodológica;
2. conteúdo;
3. extensão;
4. estrutura;
5. representatividade.

As quatro primeiras propriedades de um *corpus* são bastante auto-explicativas e não serão exploradas aqui. Porém, a questão da representatividade merece ser especialmente tratada, tendo-se em vista um aproveitamento terminológico de *corpora*. Neste sentido, Hansen distingue:

1. representatividade estatística, que conduz aos *corpora* estatisticamente representativos;
2. representatividade qualitativa, que produz *corpora* qualitativamente representativos;
3. representatividade temática, que determina a abrangência temática dos *corpora*.

Todas essas três formas de representatividade são relevantes para o trabalho terminológico baseado em *corpus*.

De acordo com finalidade e objetivo de uma investigação, outras classificações, com base em outros critérios, também são relevantes. Pode-se diferenciar, por exemplo, entre:

1. *corpora* polifuncionais e monofuncionais;
2. *corpora* de fragmentos de texto (*sample corpus*) e *corpora* de textos completos (*monitor corpus*);
3. *corpora* de linguagem comum e de linguagens técnico-científicas.

Na seqüência dessas observações gerais me ocuparei, daqui em diante, com questões terminológicas práticas, destacando os seguintes assuntos:

1. tipos de dados terminologicamente relevantes e suas formas de representação;
2. *corpora* para usos específicos;
3. Idade e atualidade de textos;
4. competência especializada do autor do texto – tipos de texto;
5. *corpora* para trabalhos terminológicos multilíngües;
6. estruturas de conhecimento em *corpora* e em produtos terminográficos.

2- Corpora e trabalho terminológico

2.1 Tipos de dados terminologicamente relevantes e sua forma de representação

Um *corpus* se compõe de uma quantidade finita de formas de representação explícitas e implícitas, que podem ser significantes para o trabalho terminológico – esse é um dado banal. Mas, quais formas de representação de dados terminológicos são relevantes?

A tabela a seguir sobre dados que são terminologicamente relevantes é derivada da norma ISO 12620 – *Computer applications in terminology*:

Formas de Representação		
	Lingüísticas	Não-lingüísticas
Objeto	nomes	figuras
	descrição de fatos	
Conceito	denominações e	
	informações adicionais	
	p.ex. de cunho gramatical	
	fórmulas	fórmulas
	paráfrases	símbolos
	unidades fraseológicas	representações gráficas
	definições	
	explicações	
Relações	expressas verbalmente	representadas graficamente
		p.ex.
		sistemas de conceitos

Os *corpora*, de um modo usual, contêm apenas texto. *Corpora* que são compostos por texto e por figuras ainda são raros e a sua utilização se encontra em estágio experimental.

Mas, quais dados terminológicos, em função da sua forma de representação, podem ser extraídos de um *corpus*?

1. Denominações compostas por uma única palavra podem ser identificadas sem maiores problemas pela comparação entre signos, mas precisam ser trabalhadas sem apoio informatizado para que se possa verificar se são, realmente, denominações em sentido terminológico.
2. Denominações compostas por mais de uma palavra podem ser detectadas através de programas de concordância, mas não é raro que seja preciso estabelecer, sem auxílio do computador, os limites de início e fim dessas denominações.
3. Unidades fraseológicas podem ser identificadas por meio da busca de uma “denominação núcleo” e da sua periferia; mas também aqui é inevitável a relação homem - computador.
4. A paráfrase de um conceito só pode ser constatada por meio da observação de indicadores tais como “pode ser também ser compreendida como...”, pois o seu acesso direto não é possível.
5. Definições e explicações também só podem ser reconhecidas através da observação de marcadores, em maioria verbos, tais como “definir”, “significar”, “explicar”. Também aqui é impossível um acesso direto por via informatizada.
6. Exemplos se enquadram nas últimas duas categorias.
7. Representações gráficas e figuras geralmente só podem ser identificadas por meio de indicadores como “Fig.X” e são recuperáveis, na maioria das vezes, apenas nos documentos originais.

Em resumo, pode-se constatar que existem duas modalidades de extração de dados de um *corpus*: 1. através da comparação direta entre signos; e 2. através da interação variada com o computador. Certamente já existe uma variedade de *softwares* que facilitam essa interação, mas, ainda assim, não podem substituí-la completamente. A respeito das possibilidades atuais e futuras para extração dos tipos de dados antes mencionados, veja Estopà (2000). Em qualquer caso, ainda assim, os instrumentos eletrônicos só poderão nos fornecer dados terminológicos *in bruto*.

2.2 *Corpora* para usos específicos

Se seguirmos a divisão antes referida, proposta por Hansen, e a apreciarmos em relação à utilização terminológica de *corpora*, teremos como resultante o seguinte quadro:

1. ***Corpora* estatisticamente representativos.** Obtidos especialmente do processamento de material didático. Aqui poderíamos mencionar, entre outros trabalhos, os vocabulários mínimos de termos de determinadas áreas de especialização de Hoffmann, como p.ex. o seu “*Vocabulário técnico da construção civil. Dicionário de Frequência. Russo, Inglês, Francês*”, material que tem o objetivo de tornar acessível ao usuário as denominações mais frequentes da área e seus equivalentes. O grau de abrangência desses vocabulários é de cerca de 85%.
2. ***Corpora* qualitativamente representativos.** Um critério importante para todo e qualquer trabalho terminológico é o fato de que o produto terminográfico final deve ser tão completo quanto possível. Isto significa que o *corpus*, via de regra, deve ser abrangente, mas, além de uma pura abrangência temática, deve haver uma cobertura de tipologias de texto. Essa abrangência tipológica inclui qualidade técnica do texto quanto às suas dimensões pragmáticas, que se realizam, por exemplo, em diferentes graus de especialização (Hoffmann 1984:65) e respectivas situações de comunicação. Além disso, devem ser levadas em conta as oscilações terminológicas das grandes comunidades linguísticas, como por exemplo as do espanhol na Espanha e do espanhol de diferentes países sul-americanos.
3. ***Corpora* tematicamente abrangentes.** Alguns autores usam como sinônimo dessa expressão a designação “*corpora* tematicamente relacionados”. Esse uso me parece despropositado, visto que, exatamente na área terminológica, completude de abrangência é um objetivo que sempre se persegue. A expressão “tematicamente relacionados”, ao contrário, é muito vaga, subestimando em muito a exigência de especificação, e diz apenas, na verdade, que um *corpus* tem uma relação temática com um determinado tema (de especialidade).

Nesse sentido, coloca-se também uma questão sobre a capacidade de utilização de *corpora* compostos por trechos de texto em um trabalho terminológico. Através da seleção de determinados segmentos de texto, é perdida, via de regra, uma quantidade de informação terminológica relevante, que não poderia ser desconsiderada. *Corpora* desse tipo são “tematicamente relacionados” mas não são propriamente “tematicamente abrangentes”. E, dessa maneira não são de interesse para um trabalho terminológico qualitativo de alto nível. Disso resulta que somente um

corpus de textos completos pode ser apropriado para um trabalho terminológico. *Corpora* de textos completos podem apresentar-se de diferentes modos. A seguir, citamos alguns exemplos.

1. *Corpora de abrangência temática quantitativa e qualitativa*

A. Um *corpus* que é composto pela obra completa de um autor, p.ex. os escritos completos de Niels Bohr sobre a Física nuclear. Um *corpus* desse tipo, por exemplo, é apropriado para a realização de pesquisa diacrônica sobre o desenvolvimento de conceitos. (Ahmad, Jensen 1998:20 ss).

B. Um *corpus* de textos completos composto de:

1. um tipo de texto que abrange uma área de especialidade e uma região lingüística determinada. Poderíamos, por exemplo, organizar um *corpus* das normas DIN (Instituto de Normalização da Alemanha) sobre a área de especialidade “tratamento de efluentes”;
2. um tipo de texto que abrange uma área de especialidade e várias regiões de uma comunidade lingüística. Um *corpus* desse tipo poderia ser composto, por exemplo, por todas as normas em língua espanhola da série ISO 9000 ou por todos os textos de leis de uma mesma região lingüística que versam sobre o tema “direitos humanos”.
3. vários tipos de texto que abrangem uma área de especialidade e várias regiões lingüísticas. *Corpora* desse tipo podem ser compostos, por exemplo, por toda a produção escrita de uma dada escola filosófica ou pela totalidade da documentação de uma empresa relativa um produto específico.

2. *Corpora de abrangência temática estatística e qualitativa*

Um *corpus* de textos completos integrado por:

- A. vários tipos de texto que abrangem uma área de especialidade e uma região lingüística; esse *corpus* poderia oferecer variadas formas de representação para um mesmo conceito e seria especialmente apropriado para o trabalho terminológico descritivo, visto que abrangeria, simultaneamente, um espectro também mais amplo de condições pragmáticas.
- B. vários tipos de texto que abrangem uma área de especialização e várias regiões lingüísticas; esse *corpus* incrementaria o número de formas de representação para um conceito e contribuiria substancialmente para qualificar um trabalho terminológico contrastivo-descritivo intralingual.

2.3 Idade e atualidade de textos

Idade, no que diz respeito à atualidade de textos, é um conceito vago. Por isso, é melhor falar em termos de estágios de conhecimento que estão representados em um texto. Uma indicação apenas sobre idade não é um critério confiável para a aceitação ou a exclusão de um texto em um *corpus*. Muito mais decisivo é saber o quão rápido se dá o desenvolvimento de uma determinada área de especialidade e o quão alta é a velocidade de envelhecimento do estágio de conhecimento em um texto. Em outras palavras: a velocidade do progresso de uma área de especialidade é determinante para a seleção dos textos a serem aceitos em *corpora*.

Isso significa que, na composição de um *corpus*, os especialistas desempenham um papel decisivo na escolha de textos, uma vez que somente eles estão em posição de atestar a sua representatividade técnico-científica.

Quando se trata de aproveitar um *corpus* para um trabalho de atualização de dados terminológicos, um outro ponto importante é também a manter a atualização dos *corpora*. Um *corpus* especializado envelhecido pode ser comparado a um dicionário envelhecido. Todavia, na prática, vemos somente alguns poucos casos de atualização planejada de *corpus* especializado.

4.4 Competência especializada do autor do texto – tipologias de texto

O denominador comum entre os textos técnico-científicos destinados a formar um *corpus* é a sua função comunicativa e de mediação de conhecimento. Têm sido apresentados diferentes modelos, ma maioria dos casos muito simples, sobre os sujeitos envolvidos na comunicação técnico-científica. Em geral, esses modelos se limitam a apresentar combinações tais como:

Especialista – Especialista
Especialista – Leigo
Leigo – Especialista
Leigo – Leigo

Para uma prática baseada em *corpus*, esse esquema é muito rudimentar, não corresponde à realidade, assim como também não especifica uma escolha de textos. Como a transferência de conhecimento implica simultaneamente o conceito de “lacuna de conhecimento”, tornam-se necessários modelos diferenciados (Picht 1999:29ss.). Tendo-se em mente a organização de *corpora* especializados, isso significa que textos que deixem a desejar tecnicamente necessitariam ser excluídos, pois não oferecem nenhuma garantia de correção técnica. Kaufmann (1992:67), com

razão, sublinha: “Quando um *corpus* especializado, numa relação especializada, serve como instrumento, precisa ser construído sobre um fundamento correto”. Esse autor, ao observar um determinado tipo de texto, demonstrou a existência de erros científicos crassos em textos que são produzidos por leigos, por exemplo, por jornalistas, para leigos.

2.5 Corpora para trabalhos terminológicos multilíngües

Via de regra, um *corpus* é compilado apenas em uma língua. Como consequência do trabalho terminológico multilíngüe, são exigidos *corpora* em cada uma das línguas envolvidas. No que toca à comparabilidade de conteúdo desses *corpora*, parte-se freqüentemente do princípio de que ela seja relativamente alta nos *corpora* técnicos das ciências naturais. Entretanto, essa suposição não deve valer como um axioma, já que, dependendo da área de especialização, são constatadas diferenças consideráveis, tal como p.ex. diferentes tipos de arado em diferentes países ou diferentes formas de telhado e de seus respectivos materiais em diferentes regiões geográficas.

Para as áreas de especialização mais ligadas às ciências sociais, surgem ainda maiores dificuldades na criação de *corpora* com “conteúdos equivalentes”. A comparação de dados terminológicos coletados é possível somente se for feita intelectualmente, isso por causa da forte vinculação desses dados com sistemas e estruturas sociais e nacionais. Daí porque seria necessário, p.ex., uma detalhada base de conhecimento de Direito comparado, o que os textos via de regra não contêm. Disso resulta que, embora *corpora* forneçam dados terminológicos monolíngües brutos, tanto a comparação terminológica quanto o trabalho com várias línguas precisará ser executado de forma intelectual e manual, de modo não automatizado.

2.6 Estruturas de conhecimento em corpora e em produtos terminográficos

Cada texto tem a sua própria estrutura de conhecimento em consonância com seu respectivo objetivo comunicacional. Essas estruturas de conhecimento quase nunca correspondem exatamente àquelas estruturas conceituais⁶ que os produtos terminográficos tomam por base, mesmo quando alguns de seus passos estruturais possam ser verbalizados e diretamente empregados em produtos terminográficos.

⁶ N. de T. O autor refere-se a esquemas de representação de estruturas de conceitos ou a mapas conceituais, o que é usualmente denominado em Terminologia “árvore de domínio”.

Disso resulta que, na condição de dados terminológicos ou de partes de suas formas de representação, somente podem ser obtidos e extraídos de um *corpus* “fundamentos básicos do conhecimento”. Os resultados obtidos, como já dissemos, são dados brutos que podem gerar, por meio de uma análise terminológica e da continuidade do processamento, uma estrutura de conhecimento terminológica. Essa estrutura precisará, porém, conter todos os dados terminológicos relevantes para que o usuário de um produto terminográfico possa, de um modo restaurado e correto, situá-los novamente em um texto dotado de um objetivo de comunicação determinado.

3- Conclusão

Pode ser constatado que, na compilação de *corpora* para usos terminológicos, merecem atenção os seguintes pontos:

1. Condição do *corpus*

- Na medida do possível, o *corpus* deve ser formado sempre por textos completos.
- É desejável o mais alto grau possível de representatividade estatística.
- O *corpus* deve ser tematicamente abrangente (em abrangência por ramo de especialidade).
- É imprescindível uma alta representatividade qualitativa.
- Uma atualização constante do *corpus* é inevitável para a conservação do seu valor.

2. Seleção dos textos

- A seleção deve ser feita sempre em conjunto com especialista da matéria em foco.
- A atualidade do conhecimento é fator preponderante; a idade, ao contrário, é subordinado.

3. Ferramentas para processamento do *corpus*

- Atualmente a limitação mais importante das ferramentas de processamento está na ausência de capacidade analítico-cognitiva.
- Ferramentas têm sido melhoradas consideravelmente nos últimos anos e facilitam, assim, substancialmente, a extração de dados. Esses, todavia, são apenas dados terminológicos brutos.
- A interface “ferramenta – homem” é condicionada analítica e cognitivamente.
- A interface está em contínuo movimento pela pesquisa em Linguística Computacional. Entretanto, a meu ver, haverá limitação fundamental enquanto faltarem a esses instrumentos propriedades analíticas e cognitivas.

4. Rendimentos da utilização de corpora

- Conforme vejo, existe ainda uma grande distância entre a pesquisa e os rendimentos advindos da utilização de corpora.
- Até onde eu saiba, não foi realizada nenhuma análise de custo-benefício que pudesse comprovar o quão grande seria ou poderia ser a economia de trabalho pelo uso de corpora na produção de repertórios terminológicos de alta qualidade. Daí surge uma pergunta que é quase herética: seria economicamente vantajoso, por exemplo, para uma empresa ou uma instituição, tendo em vista um trabalho de natureza terminológica, organizar e preparar corpora para uma utilização em níveis ótimos e ainda sustentá-los?

Sem dúvida, alguém poderia contra-argumentar que os corpora são hoje um passo importante para a facilitação do trabalho terminológico. Eu concordo, mas saliento que, ainda assim, também é preciso reconhecer as suas limitações, as quais, apesar de todos os melhoramentos das ferramentas de processamento, ainda persistem.

Referências Bibliográficas:

- AHMAD, K; JENSEN, L. (1998): *En lille smule om atomernes bygning: Niels Bohr Writing Atomic Structure*. In: Terminology Science & Research; vol. 9(1998), no. 2. Wien: International Network for Terminology (TermNet). 20 - 33.
- ESTOPÀ, R. (2000): *Extracción de terminología: elementos para la construcción de un SEACUSE (Sistema de Extracción Automática de Candidatos a Unidades de Significación Especializada)*. Tesis doctoral. Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra Barcelona.
- HANSEN, Steffen L. (1988): *Korpuslinguistik. Teori - metode - praksis*. LAMBDA nr. 5. Institut for Datalogistik, Handelshøjskolen i København.
- ISO 12 620 *Computer applications in terminology - Data categories*. First edition 1999.
- KAUFMANN, U. (1992): *Anvendelse af det danske genteknologiske tekstkorpus ved udarbejdelse af Genteknologisk Ordbog, med specielt henblik på udvælgelsen af eksempler*. In: Proceedings af Seminar om Korpuslingvistik i Fagsprogsforskning. Hindsgavl Slot, 26. og 27. Nov. 1992. Hindsgavl: [s.n.]. 56-68.

PICHT, H. (1999): *Die Begriffe 'Fachmann' und 'Laie' in der Fachkommunikation*. In: Internationale Wirtschaftsbeziehungen: Mehrsprachige Kommunikation von Fachwissen; W. Wieden, A. Weiss (Hrsg.). Göppingen: Kümmerle Verlag, 29 - 42.

STUMMANN, B. M. (1992): *Anvendelsesmuligheder og faglig indhold af det danske genteknologiske tekstkorpus*. In: Proceedings af Seminar om Korpuslingvistik i Fagsprogsforskning. Hindsgavl Slot, 26. og 27. Nov. 1992. Hindsgavl: [s.n.]. 69 - 74.

CONCEITOS BÁSICOS DA LINGÜÍSTICA DAS LINGUAGENS ESPECIALIZADAS¹

Lothar Hoffmann²

Tradução: Maria José Bocorny Finatto³

Revisão: Cleci Regina Bevilacqua⁴

0 -

Ao longo dos últimos 20 anos, a ênfase da lingüística das linguagens especializadas⁵ sofreu um claro deslocamento. No início, a atenção se concentrava quase que exclusivamente sobre o vocabulário especializado e sobre a terminologia. Mais tarde, deslocou-se principalmente em direção à sua sintaxe. Atualmente, o seu interesse se dirige cada vez mais para o texto especializado, entendido como uma totalidade funcional e estrutural.

Essa evolução, que é um processo natural, também ocorreu em todos os âmbitos dos Estudos da Linguagem, mas tem estado especialmente estimulada pela relação com as linguagens especializadas. Noutras oportunidades, já tratamos dessa problemática⁶ e, por isso, gostaríamos

¹ Traduzido com a permissão específica do autor para a tradutora e para esta publicação a partir do texto em alemão: "Grundbegriffe der Fachsprachenlinguistik", texto que já foi publicado em *Germanistisches Jahrbuch für Nordeuropa*, Siebente Folge. Helsinki, Estocolm. 9-16. Deutsche Fachsprachen in Forschung und Lehre, 1988.

² Professor Catedrático em Lingüística Aplicada junto ao Instituto de Línguas Estrangeiras da Universidade de Leipzig de 1967 até 1993.

³ Docente do Setor de Língua Portuguesa do Depto. de Letras Clássicas e Vernáculas, Instituto de Letras, UFRGS. A tradução contou com a colaboração de Ulla Pedde Muss, formanda do curso de Bacharelado em Letras – Tradução, Instituto de Letras, UFRGS.

⁴ Docente do Instituto de Letras, UFRGS.

⁵ N. de T.: O nome "lingüística das linguagens especializadas" recorrente neste texto, na nossa opinião, corresponde hoje ao termo **Terminologia**, designando a disciplina que, atualmente mais integrada à Lingüística Aplicada, ocupa-se do estudo das linguagens especializadas sob uma perspectiva lingüística.

⁶ HOFFMANN, Lothar. (1984): *Kommunikationsmittel Fachsprache*. [Linguagem Especializada Meio de Comunicação:] 2., überarb. Aufl., Berlin 1984. HOFFMANN, L. (1982) *Probleme und Methoden der Fachsprachenforschung*. [Problemas e Métodos da Pesquisa sobre Linguagens Especializadas] In: *Wiss. Zs. Der Karl-Marx-Univ. Leipzig. Gesellschafts- und sprachwiss. Reihe* 31 (1982) 1, p.25-34. HOFFMANN, L. (1985): *Vom Fachwortschatz zum Fachtext*. [Do Vocabulário Especializado ao Texto Especializado] In: *Wiss. Zs. Der Pädagogischen Hochschule Zwickau* 21 (1985) 1, p.117-121.

de trazer aqui, sob um novo ponto de vista, apenas alguns conceitos básicos da lingüística das linguagens especializadas, de modo que se possam apreciar os progressos alcançados durante esses últimos vinte anos. Esses conceitos são *sublinguagem*, *linguagem especializada*, *vocabulário especializado*, *terminologia* e *texto especializado*.

1-

Linguagens especializadas são *sublinguagens*, mas nem todas as sublinguagens são linguagens especializadas. Uma *sublinguagem* é um sistema parcial ou um subsistema da linguagem que se atualiza nos textos dos âmbitos comunicativos especializados. Pode-se também dizer: a sublinguagem é um recorte de elementos lingüísticos e de suas relações estabelecidas em textos de uma temática delimitada. A subdivisão da linguagem global em sublinguagens não parte – conforme a teoria dos estilos funcionais – da intenção comunicativa ou da finalidade de ação comunicativa, mas sim do conteúdo ou do tema da comunicação. Com a ajuda desse critério, pode-se corresponder a cada texto um âmbito temático ou comunicativo determinado e, portanto, uma sublinguagem determinada.

Como não há uma classificação absoluta que permita recorrer a outros critérios além do conteúdo ou da temática, não se pode afirmar com segurança quantas sublinguagens teria uma linguagem (segundo algumas concepções, os dialetos e os socioletos seriam considerados sublinguagens). Do mesmo modo, há incerteza sobre a inclusão de textos artísticos e de textos de publicidade em algumas sublinguagens concretas. Por isso, o conceito de sublinguagem se firmou, em primeiro lugar, nos âmbitos das temáticas de ciência, de técnicas e de produção industrial, âmbitos em que esse conceito se harmoniza com o conceito de linguagem especializada.

Uma *sublinguagem* não se caracteriza apenas pelo léxico, mas pela totalidade dos recursos lingüísticos que são utilizados nos seus textos. Uma parte desses recursos co-ocorrem em diversas sublinguagens, mas uma outra parte determina a especificidade da sublinguagem em questão. Esses recursos específicos perfazem uma base lingüística para o conceito de sublinguagem. Assim, essa especificidade se expressa geralmente por parâmetros quantitativos, isto é, pela frequência de determinadas manifestações lingüísticas (ADREEV 1967: 117-132; HOFFMANN 1984: 47-711; HOFFMANN, PIOTORVSKI 1979: 156-162; KOSOVSKIJ 1974: 175-180).

No ensino de línguas estrangeiras⁷, as especificidades das sublinguagens desempenham também um papel na medida em que contribuem para a seleção e estruturação do material didático-lingüístico por parte do professor.

2-

A definição de *linguagem especializada*, a seguir apresentada, em função de sua grande amplitude e aplicabilidade, tem sido confirmada em muitos âmbitos: é o conjunto de todos os recursos lingüísticos que são utilizados em um âmbito comunicativo, delimitado por uma especialidade, para garantir a compreensão entre as pessoas que nela trabalham. Esses recursos conformam, enquanto sublinguagem, uma parte do inventário total da língua. Na composição de textos especializados, sua seleção e estruturação estão determinadas tanto pelo conteúdo especializado quanto pela função ou finalidade comunicativa do enunciado, assim como também por uma série de outros fatores objetivos e subjetivos presentes no processo comunicativo.

A especificidade das linguagens especializadas, em relação à linguagem comum e às outras sublinguagens, se expressa mais claramente pelo léxico, que dizer, pelo vocabulário especializado ou pela terminologia, mas também pelo uso de determinadas categorias gramaticais, de construções sintáticas e de outras estruturas textuais. Há particularidades conhecidas na morfologia, grafia, na pronúncia e na classificação de seus signos gráficos. Portanto, determinadas interpretações feitas tempos atrás, como foi o caso de uma equivalência entre linguagem especializada e apenas a sua terminologia, não podiam dar conta da sua essência.

A especificidade das linguagens especializadas se expressa principalmente pela frequência de uso de determinados recursos lingüísticos, comprováveis com o auxílio de métodos de estatística lingüística. Como resultados concretos da aplicação desses métodos, para todo um amplo leque de especialidades, temos dicionários de frequência de uso e outros tipos de listas de frequência, como também repertórios de indicadores de produtividade lexical.

No âmbito de áreas de comunicação, a diferenciação de linguagens especializadas entre si e frente a outras sublinguagens pode resultar uma divisão horizontal. Temos, assim, uma classificação aberta, na qual as linguagens especializadas aparecem ordenadas segundo um grau de

⁷ N.T.: Trata-se aqui muito provavelmente de *ensino de línguas estrangeiras instrumentais*, daí porque passamos a inserir o adjetivo “instrumental” nas menções seguintes.

coincidência de uso de determinados recursos lingüísticos. Da comparação de fronteiras de diferentes linguagens especializadas entre si e frente a outras sublinguagens, temos como resultado uma tripartição que pode ser aproveitada no ensino de línguas estrangeiras instrumentais e que, concretamente, pode facilitar a aprendizagem de um léxico mínimo:

a) há determinados recursos lingüísticos que aparecem em todas as sublinguagens (por exemplo, o vocabulário da língua comum);

b) há recursos lingüísticos que aparecem em todas as linguagens especializadas (por exemplo, o vocabulário científico geral);

c) há recursos lingüísticos que aparecem apenas em uma determinada linguagem especializada (por exemplo, o vocabulário específico de uma especialidade).

Esse desdobramento horizontal, entretanto, não conduz à percepção de quantas linguagens especializadas haveria. Seu número corresponde, praticamente, ao número de todos campos de especialidade existentes. E, naturalmente, o número de campos aumenta continuamente por causa do progresso científico-técnico; estando cada um deles submetido à dialética de integração e de diferenciação.

Em uma fase inicial, a atenção da lingüística das linguagens especializadas vai se concentrar sobre às ciências naturais (Física, Química, Matemática, etc.), depois vai estender-se às ciências aplicadas (Medicina, Zootecnia, etc.) e às disciplinas técnicas (Construção de Maquinários, Eletrotécnica, etc.). Mais recentemente, também são estudadas ciências como Filosofia, Economia Social, Pedagogia, entre outras, e já se começa a prestar mais atenção aos âmbitos da produção material industrial, que haviam sido descuidados. A análise dos textos escritos, entretanto, ainda predomina em relação à análise de textos orais.

A maior parte das linguagens especializadas se presta a uma estratificação vertical. Os critérios para a determinação de seus diferentes estratos são:

- a) o nível de abstração;
- b) a conformação da língua;
- c) o entorno social;
- d) os participantes da comunicação, etc.

A consideração desses critérios comporta um número variado de estratos e subestratos para cada linguagem especializada, critérios que também podem ser atingidos pela condição de determinados tipos textuais, tal como seria o caso de uma publicação periódica, de uma patente de registro, de uma instrução de uso, etc.

Numa visão sociolingüística, as linguagens especializadas são linguagens de um grupo ou linguagens especiais (socioletos), as quais estão

caracterizadas por usos lingüísticos de determinados grupos profissionais e, portanto, também constituídas por estratos sociais. A estilística lhes atribui determinados estilos funcionais, por exemplo, o estilo científico (objetivo) ou o estilo prático-objetivo. Embora em alguns casos as linguagens especializadas apresentem muitos signos especiais (símbolos, fórmulas, etc.), não são linguagens artificiais; são linguagens naturais.

As linguagens especializadas se formam e se desenvolvem no processo de divisão do trabalho, como consequência da evolução contínua das forças produtivas e dos processos de produção, mas também em função dos progressos no pensamento teórico abstrato⁸. A lingüística das linguagens especializadas proporciona uma das justificativas mais essenciais a favor da necessidade de que haja formação específica em linguagens especializadas e, ao mesmo tempo, ela disponibiliza o material lingüístico para esse tipo de formação.

3-

Ao *vocabulário especializado*, num sentido amplo, pertencem as unidades lexicais das linguagens especializadas, já que essas unidades contribuem para a comunicação especializada de uma maneira direta ou indireta. De outro lado, o vocabulário especializado, num sentido mais estrito, compõe um subsistema do sistema léxico global, quer dizer, um subconjunto do vocabulário total de uma língua.

É usual investigar o vocabulário especializado por meio da comparação com o vocabulário geral ou pelas relações de intercâmbio mantidas entre ambos. Para tanto, são tratados com destaque os processos de restrição ou ampliação semântica, as manifestações de polissemia, homonímia e sinonímia, as estruturas e recursos para a formação de palavras, entre outros.

Apenas num direcionamento muito estreito, o vocabulário especializado e a terminologia se equivalem. Todavia, mesmo em meio a essa concepção, procura-se estabelecer diferenças entre: a) terminologia especializada e b) vocabulário especializado não terminológico; como também se procura distinguir entre: a) termos, b) semitermos e c) jargão especializado. Nesse processo, são reconhecidos como termos apenas as palavras cujo conteúdo seja determinado por meio de uma definição normativa; de outro lado, os semi-termos não estão definidos em normas,

⁸ Essas relações estão representadas de um modo mais desenvolvido em Drozd, Seibicke 1973; 1979; Fluck 1985; Gläser 1979; Hahn 1983; Hoffmann 1984; 1987; Kocourek 1982; Mitrofanova 1973; Möhn, Pelka 1984; Reinhardt 1978; Sager, 1980.

mas são bastante precisos em descrição e denotação. O jargão especializado, por sua vez, não exige precisão.

As unidades léxicas contidas em um texto especializado podem ser divididas, assim, em três grupos: as gerais, as científicas gerais e as de vocabulário especializado, que inclui também a terminologia. Para determinar o vocabulário especializado e agrupá-lo em listas ou dicionários, pode-se seguir três caminhos: a) a coleta puramente empírica; b) a compilação sistemática e c) as análises estatísticas dos textos especializados. O vocabulário geral científico é uma espécie de média entre os vocabulários especializados.

No vocabulário especializado, predominam substantivos e adjetivos em relação aos verbos e às outras classes de palavras, pois é preciso designar a multiplicidade de objetos e manifestações, objetos da atividade especializada. Substantivos e adjetivos integram um conjunto de palavras que, em média, corresponde a 60% do léxico de um texto especializado. No cômputo da terminologia, é usual considerar apenas substantivos, em alguns casos também os adjetivos que os qualificam, ainda que já se tenha observado uma tendência à terminologização também nos verbos.

Do mesmo modo que a terminologia, o vocabulário especializado vai constantemente se abastecendo de: a) empréstimos; b) decalques; c) metáforas e metonímias; d) restrição e ampliação de definições; e, e) de processos para a formação de palavras. Esse vocabulário é pleno de internacionalismos e contém um grande número de denominações complexas (sintagmas), como também apresenta muitas abreviaturas. As características de qualidade que valem para o termo (referência à especialidade, conceitualização, exatidão, clareza, univocidade, concisão, etc.) aplicam-se menos estritamente nos casos de abreviaturas⁹.

Numa formação lingüística por especializações, uma grande parte do estudo sobre o léxico é dedicado ao vocabulário especializado. Nesse sentido, pode-se observar, de um modo especial, a necessidade de sistematização, já que a organização da especialidade favorece à ordenação em grupos temáticos ou em campos semânticos. Também é importante levar em conta as palavras comuns que, no ensino de línguas estrangeiras instrumentais, aparecem como sememas que não são próprios da especialidade. Quer dizer, com uma significação atual que não se vincula à especialidade, porque poderiam ensinar um tipo especial de *falsos cognatos*. A comunicação ou apropriação do vocabulário especializado não é o objetivo principal do ensino de línguas estrangeiras instrumentais, mas,

⁹ Sobre esse assunto, compare as concepções na bibliografia que foi citada na nota anterior.

antes disso, é uma parte integrante da evolução da competência comunicativa dos aprendizes.

4-

A *terminologia* é o conjunto de todos os termos de um sistema claramente perfilado no interior do sistema léxico global de uma língua. Ela é subdividida em (sub)subsistemas: vemos as terminologias de cada um dos âmbitos especializados, técnicos e científicos. Ocasionalmente, também encontramos referência a um estrato especial do vocabulário que se diferencia do vocabulário restante por características de qualidade como as antes mencionadas. O caráter sistemático da terminologia, partindo-se de um ponto de vista do léxico global, é difícil de reconhecer. Por isso, nos trabalhos terminológicos, predomina a pesquisa de domínios especializados bem particularizados (por ex. Eletrotécnica, Objetos Militares, Psicologia, etc.), nos quais se aprecia a construção e função da terminologia como um sistema de denominações para um sistema de conceitos especializados.

A terminologia é um dos traços mais claramente diferenciadores das linguagens especializadas, embora não o único. Todavia, muitas vezes não percebemos que isso nos tem conduzido a uma equiparação entre conceitos, terminologia e linguagem especializada. No âmbito dessa tripartição usual, a terminologia pertence ao vocabulário especializado.

A terminologia não se diferencia fundamentalmente do restante do léxico quanto à formação de palavras e à mudança de significado, quer dizer, ela pertence à língua natural, pelo que podemos dizer que é igualmente flexível à intervenção modificadora e ordenadora da humanidade. A homogeneidade e a estabilidade da terminologia são tópicos de interesse de uma comunicação especializada efetiva ou otimizada. Por isso, o trabalho terminológico levado a cabo por organizações e instituições nacionais¹⁰ e internacionais¹¹ intervém sobre a conformação da terminologia frente a toda uma produção e desenvolvimento que lhe são espontâneos.

¹⁰ ISO= International Organisation for Standardization (Viena); INFOTERM= International Information Centre for Terminology (Viena).

¹¹ GOSSTANDART= Gosudarstvennyi Standadrd (URSS); BSI= British Standards Institution; ASA= American Standards Association (USA); AFNOR= Association Française de Normalisation (França); GIRSTERM= Groupe Interdisciplinaire de Recherche Scientifique et Appliquée en Terminologie (Canadá); DIN= Deutsche Industrie-Norm (Alemanha Ocidental); GfS= Gesellschaft für Standardisierung [Sociedade para Normatização] (Alemanha Oriental); ASMW= Amt für Standardisierung, Messwesen und Warenprüfung [Departamento para normatização, pesos e medidas e testagem de produtos] (Alemanha Oriental).

O trabalho terminológico concentra-se, em primeiro lugar, na clareza do conceito, na sua delimitação de conteúdo e de abrangência, como também na correspondência entre um conceito e um signo lingüístico. Além disso, também dedica grande atenção às relações entre unidades de cada sistema conceitual, no que têm especial destaque as relações hierárquicas (relações de abstração e partitivas), mas também outros tipos de relações conceituais, como as de gênero-espécie, as funcionais, causais, de instrumentalidade, etc.

Uma outra finalidade importante do trabalho terminológico é a determinação, divisão e organização das características conceituais essenciais, que, mais tarde, desempenham um papel decisivo na definição de conceitos. Neste sentido, surgem questionamentos lingüísticos principalmente sobre a formulação da definição, mas também em relação à denominação de um conceito que é definido por meio de uma escolha de recursos lingüísticos que caracterizam seus traços distintivos.

A normatização terminológica mostra claramente o desejo de interferir de uma maneira reguladora sobre as relações entre sistemas conceituais e sistemas terminológicos e o desejo de uma configuração consciente das terminologias. A intenção da normatização terminológica é otimizar a comunicação especializada, eliminar mal-entendidos e, desse modo, garantir uma segurança maior na comunicação entre os especialistas. Essa intenção se traduz em três ações: a) alteração da língua; b) a unificação e c) a implantação.

Os organismos e instituições nela envolvidos, de modo geral, trabalham para a implantação de suas propostas por meio de normas, diretrizes e recomendações. As terminologias normatizadas aparecem definidas – com equivalentes nas línguas mais importantes (russo, inglês, francês e alemão) – em um tipo determinado de dicionários (dicionários normativos), ordenados conceitualmente e/ou alfabeticamente, podendo estar acompanhados de ilustrações e imagens.

O trabalho terminológico não é executado apenas no âmbito de Estados ou de línguas nacionais determinadas. A partir dele, também podem ser realizadas três modalidades principais de trabalho: a) a padronização das terminologias existentes; b) a criação de novas terminologias nacionais e c) a harmonização de umas com as outras, quer dizer, fazendo-se o trabalho terminológico internacional.

Há todo um esforço para refrear diferenciações terminológicas nacionais, o que se realiza por meio de cinco ações que visam restringir: a) a incongruência entre faixas de conceito e sistemas conceituais; b) as divergências na descrição de conceitos ou ilustrações; c) os desvios na formulação de denominações, especialmente na escrita; d) as diferenciações

internas; e, e) a utilização de diferentes signos lingüísticos. Como resultado da associação com o trabalho terminológico internacional é que surgiram as bases de uma teoria Geral da Terminologia.

O trabalho terminológico é geralmente compreendido como uma parte da lingüística da linguagem especializada, mas na verdade ele se ocupa apenas de um núcleo das linguagens especializadas – se ocupa da terminologia. Esse trabalho se situa num lugar bastante específico, sobretudo porque, em grande parte, nele não estão envolvidos lingüistas, mas apenas engenheiros e técnicos. Essa situação ainda deverá se prolongar enquanto não haja condições favoráveis para a lingüística da linguagem especializada nessas instituições. Na verdade, a lingüística poderia alcançar grandes progressos com a cooperação ativa dos usuários competentes das linguagens especializadas¹².

Para o ensino de línguas estrangeiras instrumentais, a terminologia oferece um componente essencial do vocabulário especializado e chama a atenção, com destaque, para o papel do léxico. Destacam-se os modelos de produtividade lexical e recursos para a formação de palavras. Além disso, também permite uma relação ativa entre o lingüista e o especialista.

5-

O *texto especializado* é instrumento e, ao mesmo tempo, resultado da atividade comunicativa exercida em relação a uma atividade especializada sócio-produtiva. Compõe uma unidade estrutural e funcional (um todo) formado por um conjunto finito e ordenado de orações sintática, semântica e pragmaticamente coerentes (textema¹³) ou por unidades de valor frasal que correspondem, na condição de signos lingüísticos complexos, a enunciados complexos do conhecimento humano e a circunstâncias complexas da realidade objetiva.

Como qualquer outro texto, o texto especializado se caracteriza por um mínimo de sete características que conformam um padrão: a) coesão; b) coerência; c) intencionalidade; d) aceitabilidade; e) informatividade; f) situacionalidade; g) intertextualidade (BEAUGRANDE; DRESSLER 1981, p.3-11). Esse texto se (per-)faz por uma estrutura comunicativa complexa

¹² Posição semelhante pode ser encontrada em Bausch et al 1976; Danilenko, 1977; Felber, Lang, Wersig (orgs.), 1979; Kandelaki, 1977, Neubert et al. 1984; Rondeau 1981, Wüster, 1970 e 1979.

¹³ N.T.: O termo *textema* parece ser uma analogia com a nomenclatura da semântica estrutural que inclui designações como *lexema*, *semema*, etc. O autor usa esse mesmo termo no artigo *Fachsprachen als Subsprachen* (HOFFMANN, 1998) e o caracteriza como “conjunto finito e ordenado de unidades com valor de frase”.

na qual interferem, como fatores decisivos, o autor e seus objetivos de comunicação e a estratégia de comunicação daí derivada, assim como sua expectativa em relação à reação por parte do destinatário do texto. Ambos, autor e destinatário, estão envolvidos em uma relação que pode ser diferenciada, mas que é antes de tudo orientada pelo sistema (parcial) da língua materna ou de uma língua estrangeira utilizada em um texto, assim como é orientada por um âmbito da realidade objetiva (o conteúdo) tratado no texto. Em uma situação dada, eles se comunicam por meio de relações extralingüísticas (GÜLICH; RAIBLE, 1977).

O texto especializado, em função das elevadas exigências de precisão de sua informação, distingue-se por particularidades de sua macroestrutura (articulação), por relações de coerência entre seus elementos e pela utilização de unidades sintáticas, lexicais, morfológicas e gráfico-fonéticas. Isso se realiza de modo variado para cada tipo de texto, por exemplo, manuais acadêmicos, pareceres, artigos de periódicos, orientações práticas, resumos, escrituras de patente, contratos, boletins médicos, indicações de uso, determinações de segurança do trabalho, etc. (HOFFMANN, 1984). No conceito de texto especializado, assim, se incluem não somente informações impressas ou escritas, mas também informações orais, diálogos e discussões, entre outros.

Na visão comunicativa, o texto é o signo lingüístico primário, isto é, sob condições normais, a linguagem se realiza apenas por meio de textos. E isso vale também para o texto especializado. Por isso, deve o texto, e não a palavra ou a frase, figurar como ponto central do estudo sobre linguagens especializadas. O que são lidos, traduzidos, resumidos e trabalhados de diferentes modos são os textos. Todas as outras unidades lingüísticas devem ser vistas como seus constituintes, como elementos que mantêm relações diferenciadas entre si, sem as quais a textualidade não se constitui verdadeiramente.

No deslocamento da ênfase da lingüística das linguagens especializadas, em função de um interesse crescente pela dimensão da oração, não significa que o léxico deva ser esquecido ou que o trabalho com o texto possa tornar supérfluas as análises sintáticas. A pesquisa sobre terminologias especializadas e sobre as construções sintáticas continua sendo necessária e produtiva. Isso, ao contrário de atrapalhar, tornará mais fácil que essa lingüística esteja em condição de classificar seu objeto em contextos mais amplos. Em outras palavras, cada uma das unidades lingüísticas serão consideradas, de um modo mais acentuado, como constituintes de fenômenos relacionados a um nível ou níveis mais altos. Desse modo, por exemplo, na divisão da oração em partes, o termo aparece como integrante do tema e do rema na articulação da frase ou como

elemento que integra a cadeia isotópica do texto. O encadeamento de uma oração seria explicado a partir da união de várias orações em unidades transfrásticas ou em textos parciais, etc.

É no todo do texto que se pode melhor explicar o uso lingüístico especializado, a preferência por determinados recursos lingüísticos, como também interpretações funcionais e valores comunicativos. É com a consideração desse todo que a lingüística das linguagens especializadas deixou finalmente a fase de observar apenas "particularidades" entre diferentes sublinguagens. Sua postura agora privilegia "linguagens especializadas em funcionamento" (KALVERKÄMPER, 1983).

Referências Bibliográficas:

- ANDREEV, N.D. *Statistiko-kombinatornye metody vo teoreticeskom I prikladom jazykovedenii*. Leningrad 1967. p.117-132.
- BAUSCH, Karl-Heinz; SCHEWE, W.; SPIEGEL, Heinz-Rudi. *Fachsprachen. Terminologie – Struktur – Normung*. Berlin/Köln, 1976.
- BEAUGRANDE, R. de; DRESSLER, W. *Introduction to Text Linguistics*. London/New York, 1981.
- DANILENKO, V.P. *Russkaja terminologija. Opyt lingvisticskogo opisanija*. Moskva, 1977.
- DROZD, L.; SEIBICKE, W. *Deutsche Fach- und Wissenschaftssprache*. Wiesbaden 1973.
- FELBER, H. LANG, WERSIG, G. (eds.) *Terminologie als angewandte Sprachwissenschaft*. München/New York/London/Paris: 1979.
- FACHSPRACHE. *Internationale Zeitschrift für Fachsprachenforschung, -didaktik und Terminologie*. Wien 1979 ff.
- FLUCK, Hans-Rüdiger. *Fachsprachen, Einführung und Bibliographie*. 3., aktualisierte u. erweiterte Aufl., Tübingen 1985.
- GLÄSER, Rosemarie. *Fachstile des Englischen*. Leipzig, 1979.
- GÜLICH, Elisabeth; RAIBLE, W. *Linguistische Textmodelle. Grundlagen und Möglichkeiten*. München, 1977.
- HAHN, Walter von. *Fachkommunikation. Entwicklung – Linguistische Konzepte – Betriebliche Beispiele*. Berlin/New York, 1983.
- HOFFMANN, L. (org). *Sprache in Wissenschaft und Technik*. Leipzig, 1978.
- HOFFMANN, L. (1982) Probleme und Methoden der Fachsprachenforschung. In: *Wiss. Zs. der Karl-Marx-Univ. Leipzig. Gesellschafts- und sprachwiss. Reihe* 31 (1982) 1. p. 25-34.

- HOFFMANN, L. (1984) *Kommunikationsmittel Fachsprache*. 2. überarb. Aufl., Berlin 1984.
- HOFFMANN, L. (1985) Vom Fachwortschatz zum Fachtext. In: Wiss. Zs. Der Pädagogischen Hochschule Zwickwau 21 (1985) 1. p. 117-121.
- HOFFMANN, L. (org). *Fachsprachen, Instrument und Objekt*. Leipzig, 1987.
- HOFFMANN, L. (1998) Fachsprachen als Subsprachen. In: HOFFMANN, L.; KALVERKÄMPER, H.; WIEGAND, H.E. (eds.). *Languages for Special Purposes. An international Handbook for Special-Language and Terminology Research*. Vol.1, 1998. p.189-199.
- HOFFMANN, L.; PIOTROWSKI, R.G. *Beiträge zur Sprachstatistik*. Leipzig 1979. p. 156-162
- KANDELAKI, T.L. *Sematika i motivirovannost terminov*. Moskva, 1977.
- KALVERKÄMPER, H. Textuelle Fachsprachen-Linguistik als Aufgabe. In: LiLi. Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik 51/52 (1983). p.124-166.
- KOCOUREK, R. *La langue française de la technique et de la science*. Wiesbaden, 1982.
- KOSOVSKIJ, B.I. *Obščee jazykoznanie*. Minsk, 1974.
- NEUBERT, G. et. al. *Das deutsche Fachwort der Technik. Bildungselemente und Muster*. Leipzig, 1984.
- MITROFANOVA, O.D. *Jazyknaueno-techniceskoj literatury*. Moskva, 1973.
- MÖHN, D.; PELKA, R. *Fachsprachen. Eine Einführung*. Tübingen, 1984.
- REINHARDT, W. (org). *Deutsche Fachsprache der Technik*. 2. Aufl., Leipzig, 1978.
- RONDEAU, G. *Introduction à la terminologie*. Montreal, 1981.
- SAGER, J.C.; MCDONALD, P. F. *English Special Languages*. Wiesbaden, 1980.
- Terminologie und benachbarte Gebiete*. Wien, Köln e Graz; INFOTERM, 1985.
- WÜSTER, Eugen. *Internationale Sprachnormung der Technik, besonders in der Elektrotechnik*. 3. Aufl., Bonn, 1970.
- WÜSTER, Eugen. *Einführung in die allgemeine Terminologielehre und die terminologische Lexikographie*. Wien/New York, 1979.

FORMAS DE REPRESENTAÇÃO NA TERMINOLOGIA¹

Heribert Picht² e Christer Laurén³

Tradução: Ulla Maria Pedde Muss

Revisão: Maria José Bocorny Finatto

Hoje em dia, quando se fala, em Terminologia, em formas de representação, associa-se o tema a uma divisão sintética, baseada em trabalhos recentes, entre formas lingüísticas tradicionais e outras igualmente conhecidas, as não-lingüísticas, para representação de objetos e de conceitos. Ambas, entretanto, apenas raramente têm sido simultaneamente inter-relacionadas no âmbito da Terminologia. A necessidade de se criar um quadro mais amplo para uma classificação útil de formas de representação do conhecimento resulta do reconhecimento de que um conceito ou um objeto pode ser representado, em princípio, de duas maneiras diferentes: de maneira lingüística e não-lingüística. Nesse âmbito, um enfoque semiótico, que é mais abrangente, tem sido acolhido pelo aparato conceitual de alguns trabalhos teóricos de Terminologia.

Uma análise da literatura recente permite estabelecer o seguinte panorama:

Formas de representação para objetos e conceitos

<i>Lingüísticas</i>	<i>Não-lingüísticas</i>
Nome próprio	Fotografia
Denominação	Imagem em perspectiva
Paráfrase	Desenhos de diferentes tipos
Fórmula/símbolo	grafos
Fraseologia especializada	pictograma
Definição	notação
Explicação	Fórmula/símbolo
Descrição	

¹ Publicado originalmente no *IITF Journal*, Vol 13 (2002), nº 1-2. p.42-51 Vienna/ Austria (contributions to the 13th European Symposium on Language for Special Purposes in Vasa, Finland, August 2001) sob o título *Repräsentationsformen in der Terminologie*. Traduzido com autorização especial dos autores para esta publicação. Tradução: Ulla Marisa Pedde Muss. Supervisão da tradução: Profa. Hedy Lorraine Hofmann. Revisão final de língua portuguesa: Maria José Bocorny. Finatto.

² Haldelsh/Ejskolen i K/Ebenhavn, Dinamarca.

³ Vasa Universitet, Finlândia.

Temos consciência de que este quadro não está completo, pois atualmente novas técnicas facilitam, ou antes, possibilitam, formas de representação não-lingüísticas – pensemos, por exemplo, apenas em formas pluridimensionais ligadas a representações sonoras – que antes não eram realizáveis ou só mediante grande dificuldade. Futuramente elas terão de ser incluídas na pesquisa terminológica. Na descrição de formas, portanto, não devemos simplesmente desprezar representações perceptíveis através do sentido do paladar, do olfato, da audição e do tato e as suas combinações (que não contem com a linguagem). Atualmente, ainda que não desempenhem um papel preponderante na Terminologia, são pouco pesquisadas.

Formas de representação lingüística

Nome próprio:

O nome próprio, como forma de representação para objetos, tende a ser negligenciado na maioria dos trabalhos terminológicos. Entretanto, a última versão das normas ISO criou um recurso para seu enfoque. Se partirmos do fato de que uma função fundamental da terminologia é a transferência de conhecimento, não podemos deixar de incluir o ser na representação do conhecimento, pois, em uma série de ciências, entidades são uma parte constante e essencial do conhecimento especializado. Caso, por exemplo, das ciências históricas, as quais seriam impensáveis sem suas entidades.

Denominação:

Existe uma ampla concordância de que um termo/denominação⁴ representa um conceito e que ele pode ser composto por uma ou várias palavras. O que uma denominação encerra, entretanto, tem sido compreendido de modos diferentes em diversos estudos.

Em um estudo espanhol, por exemplo, distinguiu entre denominações (*términos*) e paradenominações (*paratérminos*). A diferença entre ambos corresponderia à diferença entre o substantivo⁵ [semi-termo], pertencente à língua comum, enquanto o adjetivo [termo] tem uma clara ligação comunicativa especializada, como ocorre em “problema asmático”.

Segundo esse trabalho (ESTOPÀ, 2000), as nomenclaturas não seriam consideradas pertencentes à linguagem natural. Assim, portanto, não estariam incluídas entre as denominações. Mais adiante, nesse mesmo

⁴ N.T. Os autores usam denominação como termo.

⁵ N.T. Faz-se aqui diferença entre termos e semi-termos de acordo com sua origem ser a linguagem especializada ou a linguagem comum. Caso de problema, da linguagem comum, e asmático (de asma), da linguagem especializada no termo problema asmático.

trabalho incluem-se substantivos deverbais em grupos de expressões técnicas.

Outros trabalhos não seguem essa divisão. Via de regra, as nomenclaturas são consideradas como um subtipo especial de denominação. A discussão sobre o que pertence ou não à linguagem natural desempenha um papel secundário em outros trabalhos, como também parece pouco possível estabelecer uma divisão clara entre linguagem natural e controlada.

A extensão, ou seja, a complexidade formal de uma denominação, é interessante do ponto de vista pragmático e formal. Existe uma concordância ampla, na literatura, de que a delimitação de uma denominação é definida nos textos através do conceito representado. Cada vez mais, todas as palavras e combinações de palavras são consideradas, sob um ponto de vista pragmático, como termos, se designarem apenas um conceito que pertence a uma área especializada. Isso vale também se esse conceito e sua denominação são conhecidos na linguagem comum – não importa como esta é definida e delimitada – ou se pode pertencer a várias áreas especializadas, o que é freqüentemente o caso de conceitos superordenados.

A sinonímia é também amplamente reconhecida como manifestação de vários níveis da comunicação especializada e não está em oposição à normatização num sentido bem amplo. A importância atribuída hoje aos elementos pragmáticos, de uso, pode ser facilmente percebida pelas informações sobre uma denominação incluídas em qualquer banco de dados terminológico moderno.

Paráfrase:

A paráfrase, como uma forma de representação terminológica para conceitos, ainda é pouco estudada, mas já existem alguns trabalhos que indicam que paráfrases se comportam como representações de conceito e, conforme se pode prever, dependem do tipo de texto. A paráfrase assume, portanto, a função de denominação em um texto, o que a torna também uma forma da representação de conceitos.

Fórmula / Símbolo:

O uso de fórmulas, ou seja, de símbolos, não é novo. Têm a função de denominações em um texto e podem ser representadas, pelo menos, na reprodução oral, através de signos lingüísticos. Se se tornam um signo lingüístico, é questionável. Afinal, a mesma fórmula, ou seja, símbolo, é diferentemente reproduzida oralmente, sem uma variação da forma gráfica em línguas diferentes. A forma gráfica, portanto, não pode ser classificada

dentro de uma determinada língua natural. Por sua forma gráfica, essas formas de representação pertencem aos signos não-lingüísticos, segundo sua função. Porém, ainda são denominações. Ocupam uma posição híbrida, pois desempenham freqüentemente o papel de sinônimos e são tratados como tais.

Não deve ser esquecido, além disso, que justamente os símbolos são padronizáveis – como nas ciências naturais e suas aplicações – mas, por outro lado, também podem ser fortemente cultural-dependentes, o que acontece especialmente com as ciências sociais.

Fraseologia especializada⁶:

A fraseologia especializada foi considerada por muito tempo e predominantemente, como um fenômeno lingüístico puro, tendo sido menos tratada sob o aspecto da representação de conceitos. Isso pode ser visto claramente da classificação desses elementos em bancos de dados terminológicos, onde a fraseologia especializada, via de regra, é incluída no grupo de dados lingüísticos e não nos de conceito. Em estudos mais recentes, em compensação, cogita-se considerar a fraseologia como representação de conceito, pois conceitos especializados definíveis se ocultam por trás dessa forma de representação. A fraseologia deveria ser trabalhada como conceitos pela análise terminológica. Entretanto, a discussão sobre o status da fraseologia como representação de conceito ainda não acabou. É fácil prever que uma alteração do *status* da fraseologia também se tornará necessária, produzindo-se alterações na área teórica e aplicada. Afinal, uma expressão como “descartar resíduos” (al. *Sperrmüll entsorgen*) corresponde um conceito bem específico. E, se seguirmos o princípio “um conceito – uma denominação”, ele não pode ser denominado nem sob o nome “resíduos” (al. *Sperrmüll*), nem por “descartar” (al. *entsorgen*).

Definição:

A definição, como representação de um conceito, é incontestável. Existem regras para a formulação de definições e uma vasta literatura da Terminologia sobre a definição. Na verdade, as classificações apresentadas diferem umas das outras, mas têm, no entanto, em sua substância fundamental, dois traços de caráter comum:

1. a função de transmissão de conhecimento;
2. a função de organização de conhecimento, isto é, a descrição da relação de um conceito para conceitos superordenados.

⁶ N.T. No texto-fonte, *Fachwendung*. Incluem-se aqui locuções recorrentes e expressões fixas.

Em comum aos diferentes enfoques do assunto temos também que definições:

- são textos dependentes de condições pragmáticas;
- sempre oferecem apenas um aspecto entre vários do conhecimento sobre um conceito;
- têm a função de distinguir conceitos;
- podem desempenhar também a função de determinação de um conceito no âmbito de um trabalho normativo.

Em quaisquer casos, são textos. E, esses, a partir de uma análise terminológica, são elaborados para cumprir um objetivo determinado e devem corresponder a exigências formais. São, assim, em um certo sentido, um tipo de linguagem controlada.

Explicação:

A explicação é uma forma menos formalizada da explicação conceitual, a qual não precisa submeter-se à rigidez das regras de formulação de definição. Sua função, de todo modo, é transmitir conhecimento, mas não necessariamente a de ordenar conceitos. Frequentemente é depreendida palavra por palavra de um material documental, o qual serve de base para a análise terminológica e, portanto, é uma parte de um texto que havia sido formulado originalmente para um outro objetivo. No entanto, contém elementos de conhecimentos essenciais para a análise terminológica. Nas explicações falta, freqüentemente, a indicação de conceitos superordenados. Explicações se encontram em pesquisas pontuais de terminologia freqüentemente como textos formulados para compor um verbete de glossário. Pesquisas mais recentes, ainda não publicadas, revelaram resultados de que explicações, em textos especializados, ocorrem com muito mais freqüência do que definições.

Descrição:

Por descrição entendemos a representação verbal de um objeto. Na literatura de Terminologia encontram-se apenas poucas indicações sobre essa forma de representação. Como a transferência de conhecimento refere-se também a objetos, essa forma de representação, que existe na prática há muito tempo, deve ser incluída também no aparato conceitual da Terminologia.

Formas de representação não-lingüísticas

Essas formas de representação também não são novas; sempre foram usadas nas terminologias, onde pudessem preencher uma função explicativa. Na maioria das obras terminológicas, entretanto, apenas uma

função auxiliar foi reconhecida para as formas de representação não-lingüísticas.

Essa concepção modificou-se nos últimos dez anos, pelo menos em alguns trabalhos de Terminologia que operam em um escopo semiótico mais amplo, o que também se reflete na literatura correspondente. Esse enfoque também é visível nas normas de princípio terminológico recentes.

A alteração de *status* das formas de representação não-lingüísticas que se esboça depende, sobretudo, da constatação de que uma melhor transferência de conhecimento, segura e mais rápida pode ser alcançada através dessas formas de representação em uma série de conceitos especializados. Se considerarmos, por exemplo, o modelo de termo de Wüster, a percepção é sensivelmente facilitada e acelerada pela dimensão visual. Isso vale também para toda uma série de descrições não-lingüísticas em várias áreas especializadas.

Com isso concluímos que essas formas de descrição, em algumas áreas especializadas serão as únicas representações de conhecimento realmente funcionais e pragmaticamente aceitáveis, tais como, desenhos de trabalhos técnicos ou plantas de construção. Afina, uma planta é algo indispensável para um alvará de construção e é também um elemento constante de toda uma documentação oficial.

Fotografia:

A fotografia pode servir apenas de representação de objetos, que, além disso, tem de ser fotografáveis. Figuras desse gênero podem ter meramente uma função de exemplo, mas não substituem uma representação de conceito. Embora técnicas modernas tenham ampliado fortemente o conceito de utilização da fotografia, por exemplo, fotografias aéreas tridimensionais, manipulações e fotomontagens, mudanças de ângulo de visão etc., a fotografia permanece, em princípio, limitada à reprodução de objetos. Podemos verificar, contudo, uma certa transição. Nela uma foto é o ponto de partida para um desenho gerado em computador, que não tem mais o caráter de uma representação de objeto e é considerado, para o observador, como representação de conceito.

Imagens em perspectiva:

Essa forma de representação é também aplicável somente a objetos. Sua precisão pode ser influenciada subjetivamente pela visão do pintor ou desenhista. Ao lado da representação plástica, esta forma de representação era a única, antes da invenção da fotografia, que podia nos proporcionar conhecimentos sobre objetos e suas aparências em forma gráfica. Como o elemento subjetivo está sempre presente, a dependência cultural e

percepcional também está nessa forma de representação, que também pode ter uma dimensão diacrônica.

Em determinadas áreas especializadas, as fotografias e desenhos se complementam, caso, por exemplo, na arqueologia.

A **reprodução gráfica de conceitos** deve ser entendida aqui em sentido mais amplo. Com respeito a formas, foram apresentadas várias classificações. Compreendem geralmente desenhos técnicos e diagramas de vários tipos, como pictogramas, etc., mas também representações fortemente figurativas.

Com relativa segurança pode ser considerado que:

- formas não-lingüísticas não são restritas a determinadas áreas especializadas;
- algumas formas são privilegiadas por certas áreas de especialização;
- a frequência do emprego de formas de representação não-lingüística é muito variável nas diferentes áreas especializadas;
- essas formas de representação podem incluir diferentes graus de abstração;
- a maioria das formas de representação não-lingüísticas se colocam juntamente com formas verbais.

Esse tipo de representação se presta tanto a conceitos como também a objetos materiais e não-materiais.

Notações em classificações, sistemas de conceito, catálogos (por exemplo, em museus), etc. pertencem igualmente a representações não-lingüísticas de objetos e conceitos. Aparecem em textos e, via de regra, são independentes da língua.

Conclusão

Resumidamente, pode ser constatado que existem, na verdade, diferentes interpretações sobre como representações de objetos e conceitos poderiam ser classificadas, mas se pode distinguir entre enfoques mais estreitos, lingüístico-tradicionais, e outros semióticos, mais amplos. Em produtos terminográficos são utilizados, como de costume, formas de representação lingüística e não-lingüística, pois a comunicação especializada as torna simplesmente necessárias.

Sem dúvida, existe toda uma série de formas de representação independentes da língua, como na Matemática e na Lógica. E a isso se contrapõe, a grande maioria das formas de representação não-lingüísticas

convencionadas, dependentes da cultura, cujo significado deve ser aprendido para que possa ser simplesmente empregado como meio de comunicação – também as ilustrações pintadas em cavernas já eram sujeitas a convenções. Representações, que não seguem determinadas convenções – ou em caso da perda do conhecimento sobre suas convenções – não podem ser decodificadas.

No escopo de um conceito ampliado de Lingüística, como colocado na parte inicial deste trabalho, parece conveniente privilegiar um enfoque semiótico, pesquisando e tratando as formas de representação terminológicas em seu conjunto e interdependência comunicativos.

Bibliografia consultada:

- ARNTZ, Reiner; PICHT, Heribert (1991): *Einführung in die Terminologearbeit*. Hildesheim, Zürich, New York.
- CABRÉ, M. Teresa (1992): *La terminologia. La teoria, els mètodes, les aplicacions*. Barcelona.
- ESTOPÀ, Rosa (2000): *Extracción de terminología: elementos para la construcción de un SEACUSE (Sistema de Extracción automática de Candidatos a Unidades de Significación Especializada)*. Tesis doctoral. Universitat Pompeu Fabra; Barcelona.
- FELBER, Helmut; BUDIN, Gerhard (1989): *Terminologie in Theorie und Praxis*. Tübingen.
- GALINSKI, Christian; PICHT, Heribert (1997): *Graphic and Other Semiotic Forms of Knowledge Representation in Terminology Management*. In: *Handbook of Terminology Management*; S. E. Wright, G. Budin (eds.), Amsterdam/Philadelphia; p.42-61.
- GHENGHEA, VOICHTA, ALEXANDRA (2000): *Sprache und Bild in Fachtexten*. Peter Lang, Frankfurt.
- GRINEV, Sergei V. (1994): *Theoretical foundations of Russian terminology work: Peculiarities and perspectives*. In: *Applications and Implications of Current LSP Research. Proceedings of the 9th European Symposium on Languages for Special Purposes*. Bergen, vol. I, p.49-56.
- GRINEV, Sergei V. (1998): *Some Semiotic Aspects of Terminology Science*. In: *LSP, Identity and Interface. Research, Knowledge and Society. Proceeding of the 11th European Symposium on Languages for Special Purposes*, Copenhagen 1997. Copenhagen, vol. I, p.300-307.

- LAURÉN, Christer; PICHT, Heribert (Hg.) (1993): *Ausgewählte Texte zur Terminologie*. Wien.
- LAURÉN, Christer; MYKING, Johan; Picht, Heribert (1998): *Terminologie unter der Lupe. Vom Grenzgebiet zum Wissenschaftszweig*. Wien.
- LAURÉN, Christer (2001): *Wissenschaftssprache, Ikonismus und Perzeption*. In: *LSP & Professional Communication*. Copenhagen (in Druck).
- LAURÉN, Christer; PICHT, Heribert (2000): *Att överföra budskap från en tid till en annan. En semiotisk studie*. In: *LSP and Theory of Translation*. Vasa.
- MYKING, Johan (2001): *Sign Modells in Terminology: Tendencies and Functions*. In: *LSP & Professional Communication*. Copenhagen (in Druck).
- NORDTERM 4 (1992): *Terminologiläran och dess relationer till andra områden*. Nordisk forskarkurs i Mariehamn, Åland (september 1990) Stockholm.
- PICHT, Heribert (1999): *Einige Überlegungen zur nicht-sprachlichen Repräsentation von Gegenständen und Begriffen*. In: *SYNAPS, fagspråk, kommunikasjon, kulturkunnskap*. Norges Handelshøyskole. Bergen. P. 1-50.
- PICHT, Heribert (2000): *Die Fachwendung als Begriffsrepräsentation*. In: *Unesco ALSED-LSP Newsletter*, vol 23, no.2(50), dec.2000, p.36-52.
- PICHT, Heribert (2001): *La representación de objetos y conceptos* (in Druck).
- PICHT, Heribert; SCHMITZ, Klaus-Dirk (Hrsg.) (2001): *Terminologie und Wissensordnung. Ausgewählte Schriften aus dem Gesamtwerk von Eugen Wüster*. Köln.
- RONDEAU, Guy (1984): *Introduction à la terminologie*. Québec.
- Sager, Juan Carlos (1990): *A Practical Course in Terminology Processing*. Amsterdam, Philadelphia.
- SCHRÖDER, Hartmut (1993): *Semiotische Aspekte multimedialer Texte*. In: *Fachtextpragmatik*; H. Schröder (Hrsg.); Tübingen; p.189-213.
- TEMMERMAN, Rita (2000): *Towards New Ways of Terminology Description. The sociocognitive approach*. Amsterdam, Philadelphia.
- WEISSENHOFER, Peter (1995): *Conceptology in Terminology Theory, Semantics and Word-formation*. Wien.
- WRIGHT, Sue Ellen; BUDIN, Gerhard (1997): *Handbook of Terminology Management*, vol I +II. Amsterdam, Philadelphia.
- WÜSTER, Eugen (1959/60): *Das Wort in der Welt, schaubildlich und terminologisch dargestellt*. In: *Sprachforum*, 1959/60, no.3/4, p.183-204.

WÜSTER, Eugen (1979): *Einführung in die Allgemeine Terminologielehre und Terminologische Lexikographie*. Wien, New York.

Bibliografia complementar:

1. *Terminology Science & Research*, Jahrgänge 1989-2000.
2. Normas (DIN, Önorm, etc.) como as Normas ISO do TC 37.

POR UMA TERMINOLOGIA TEXTUAL¹

Didier BOURIGAULT² e Monique SLODZIAN³

Tradução: Sandra Dias Loguercio⁴

Revisão: Elsa Ortiz⁵

Resumo: Este texto retoma de maneira sintética o seminário apresentado na abertura da terceira jornada de Terminologia e Inteligência Artificial (TIA). Trata-se da análise, realizada pelo grupo TIA, de novas implicações práticas, teóricas e metodológicas da Terminologia. No plano prático, o aumento das necessidades em terminologia nas empresas e nas instituições é acompanhado por uma considerável ampliação qualitativa da gama dos produtos de base terminológica necessários para suprir essas necessidades; estas, por sua vez, acarretam mudanças profundas na prática terminológica. A atividade de construção de uma terminologia é, no entanto, essencialmente uma tarefa de análise de corpora textuais; ao mesmo tempo, exige uma renovação teórica da Terminologia: é no âmbito de uma lingüística textual que devem ser fixadas as bases teóricas desta disciplina.

Palavras-chave: terminologia; teoria da terminologia; terminologia textual; lingüística de *corpus*; engenharia do conhecimento.

1 Introdução

Este texto constitui um resumo do seminário apresentado na abertura da terceira jornada de *Terminologia e Inteligência Artificial*. Os pontos de vista aqui mencionados resultam de discussões e reflexões feitas

¹ Traduzido com a permissão dos autores a partir do texto em francês "Pour une terminologie textuelle" publicado em *Terminologies Nouvelles* n° 19, 1999.

² Equipe de recherche en syntaxe et sémantique, CNRS (Centre national de recherche scientifique), Université de Toulouse Le Mirail.

³ Centre de recherche en ingénierie multilingue, Institut national des langues et civilisations orientales, Paris.

⁴ Aluna de pós-graduação, Instituto de Letras, UFRGS.

⁵ Professora do Instituto de Letras, UFRGS.

ao longo de vários anos no âmbito do grupo TIA, que, considerando a complementaridade disciplinar de seus membros e de sua experiência conjugada no campo da Terminologia, tem condições de oferecer uma análise suficientemente completa e equilibrada das novas implicações práticas, teóricas e metodológicas da Terminologia. Observemos, porém, que, dado o caráter inovador e a riqueza que sustentam essa nova temática, inúmeras questões permanecem em aberto e continuam a ser debatidas dentro do grupo.

2 Aplicações da terminologia: situação atual

Multiplicam-se as necessidades terminológicas em empresas e instituições. Com a utilização generalizada de ferramentas de *bureautique*⁶, a internacionalização de intercâmbios, o desenvolvimento da Internet e a produção de documentos na forma eletrônica aceleram-se continuamente. Ora, para produzir, difundir, pesquisar e explorar esses documentos, as ferramentas de gestão de informação necessitam de recursos terminológicos. Além do crescimento quantitativo da demanda, um dos impactos essenciais dessas evoluções na prática terminológica é o considerável aumento qualitativo da gama de produtos de base terminológica necessária para suprir essas carências. Junto às bases de dados terminológicos multilíngues clássicas, para auxílio à tradução, vêem-se surgir novos produtos terminológicos adaptados às novas aplicações da terminologia ao trabalho:

- tesouros para sistemas de indexação automática;
- índices estruturados para documentações eletrônicas;
- terminologias de referência para sistemas de redação assistida;
- referenciais terminológicos para sistemas de gestão de dados técnicos;
- ontologias para as memórias de trabalho ou para sistemas de decisão assistida;
- redes lexicais especializadas para ferramentas de busca temática na Web;
- glossários de referência e lista de termos para ferramentas de comunicação interna e externa;
- bases de conhecimentos terminológicos para descrição de *corpus* de referência, etc.

⁶ Conjunto de técnicas que visam a automatizar os trabalhos de escritório. (N. de T.)

A extensão dessas aplicações leva a tratar, com a ajuda de ferramentas, quantidades consideráveis de documentos. Essa mudança de escala evidencia fenômenos fortemente subestimados até então.

É dessa forma que a constatação da variabilidade das terminologias se impõe: considerando uma área de atividade, não há UMA terminologia que represente O conhecimento dessa área, mas tantas terminologias quantas forem as aplicações nas quais estas forem utilizadas. Diferem quanto às unidades coletadas e quanto à sua descrição, conforme a aplicação visada. Por outro lado, o crescimento terminológico, gerado pela proliferação de conhecimentos em todos os sentidos, acarreta a necessidade de atualizações permanentes, caso se queira responder às necessidades dos usuários.

A constatação dessa variabilidade resulta no questionamento do princípio da universalidade das terminologias. A experiência mostra, na verdade, que uma terminologia elaborada para uma aplicação em um dado momento nunca é idêntica àquela construída para uma outra aplicação. Esses limites resistentes à possibilidade de reutilização não excluem relações de inclusão ou de sobreposições parciais entre terminologias voltadas a aplicações distintas em uma mesma área de atividade.

O conjunto dessas constatações empíricas provoca mudanças profundas na prática terminológica: a atividade de construção de uma terminologia é, apesar disso, essencialmente uma tarefa de análise de *corpora* textuais. Implica, ao mesmo tempo, uma renovação teórica da Terminologia: é no plano de uma lingüística textual que devem ser fundamentadas as suas bases teóricas.

3 Novas práticas terminológicas

A atividade de construção de uma terminologia torna-se, antes de mais nada, uma tarefa de análise de *corpora* textuais. Há duas razões fundamentais para isso:

- As aplicações da Terminologia são mais freqüentemente aplicações textuais (tradução, indexação, redação assistida); a terminologia deve “vir” dos textos para melhor “retornar” a eles. É justamente porque ela nunca é desvinculada do texto que se fala em “terminologia textual”.
- É nos textos produzidos ou utilizados por uma comunidade de especialistas que estão expressos e, portanto, disponíveis uma boa parte dos conhecimentos compartilhados por essa comunidade; é, pois, por aí que se deve começar uma análise.

A experiência mostra que a hipótese segundo a qual o especialista de uma área seria o depositário de um sistema conceitual e que lhe bastaria apenas revelá-lo não é produtiva. A tarefa de análise terminológica visa, então, acima de tudo, à construção de uma descrição das estruturas lexicais, existentes em um *corpus* textual a partir de uma análise baseada nesse *corpus*.

Essa tarefa não será realizada com sucesso se contar somente com especialistas. A mediação de um analista (lingüista terminólogo, cognicista) é essencial, em primeiro lugar, porque se está demasiadamente preso a seus próprios usos linguageiros; é o mediador que garante a distância necessária à análise. Em segundo lugar, a pluralidade das práticas no interior do que se costumou chamar “área” leva a pontos de vista diferentes sobre o léxico (preferências, rejeições, divergências a respeito da definição) que é preciso arbitrar. A divisão do trabalho lingüístico no interior de um projeto dessa natureza requer, pois, um mediador que seja responsável pela aplicação.

Para cada unidade escolhida, o analista constrói uma significação (tipo) a partir das concepções (ocorrências) atestadas pelo *corpus*. Nessa tarefa, ele é orientado, primeiramente, pelo *corpus* (especificidades lexicais) e, depois, pela aplicação (utilização das descrições). O especialista deve ser considerado como um parceiro do lingüista terminólogo, mantendo uma relação de colaboração; ele é solicitado para validar as descrições construídas por este.

A área deve estar relacionada a uma prática, dominada por uma comunidade de especialistas. Como ação (instrumentalização do saber próprio à técnica), a prática não procede de conhecimentos estáticos, vinculados a expressões lingüísticas bem estabilizadas.

Antes da tarefa de descrição lexical, a constituição do *corpus* de referência é uma etapa essencial de responsabilidade do lingüista terminólogo. Trata-se de coletar e caracterizar um conjunto de textos julgados pertinentes para a aplicação visada.

Diante da massa dos dados a ser analisada e dos prazos impostos, a tarefa de análise do *corpus* pode ser programada somente contando com a utilização das ferramentas da terminologia textual (concordância, extratores de candidatos a termos, extratores de relações de candidatos, marcadores, etc.). A utilização dessas diferentes ferramentas deve ser orientada por uma metodologia que determine em qual estágio do processo e segundo quais modalidades convém utilizá-las.

4 Renovação teórica

Essas mudanças profundas da prática terminológica demandam uma renovação teórica. As proposições teóricas e metodológicas

apresentadas a seguir têm bases empíricas; originam-se de uma análise das novas práticas da terminologia e almejam aperfeiçoá-las. Não se trata, pois, de fundar um novo dogma, mas de suscitar linhas de pesquisa variadas no campo da Lingüística, em que cada um poderá contribuir para esse objetivo.

Proposição 1: objeto empírico de uma lingüística textual, o texto é o ponto de partida da descrição lexical a ser construída. Parte-se do texto para o termo. As bases teóricas da Terminologia devem ser fundamentadas em uma lingüística textual.

Proposição 2: o termo é um construto. É o produto de um trabalho de análise, conduzido pelo lingüista terminólogo cujas escolhas são orientadas por uma dupla exigência de pertinência:

- Pertinência relativa ao *corpus*. Trata-se de coletar e descrever estruturas lexicais que apresentem características ao mesmo tempo específicas e estáveis. É nessa etapa que deve intervir a validação do especialista.
- Pertinência relativa à aplicação. As unidades finalmente coletadas devem sê-lo em função de sua utilidade na aplicação visada, expressa em termos de economia e de eficácia. A validação deve ser buscada pelos usuários da aplicação.

A tarefa de descrição lexical é um trabalho de fixação, de estabilização, de homogeneização de uma significação cujo resultado é o termo. Trata-se de construir um tipo (uma significação estável) a partir das ocorrências manifestadas no texto. É assim que podemos nos referir à *normatização*, não mais no sentido de planificação terminológica, mas no sentido em que a comunidade de especialistas “aprova” significados como termos da área.

O resultado da descrição pode apresentar-se de diversas formas: redes, lista, glossário, etc. Não há um formato canônico. Os nomes não são as únicas unidades lexicais a serem descritas. Ao atribuir ao termo a função de denominar os conceitos, a Terminologia clássica privilegia os nomes. Quando nos afastamos dessa abordagem referencial extremamente limitada, temos condições de acolher as outras categorias do discurso (verbos, adjetivos, advérbios, preposições, conjunções), bem como unidades lingüísticas mais abertas (sintagmas nominais, verbais, etc.).

5 Considerações finais

A mudança metodológica, imposta pelo trabalho baseado em *corpus*, gera uma série de embates que desestabilizam os fundamentos da doutrina wüsteriana, marcadamente referencial (a palavra como etiqueta do conceito) e taxionômica (primazia da relação genérica/específica).

É ilusório tentar reestruturar a doutrina: o postulado de uma significação concebida como limitada ou limitável, objetivante e permanente, que caracterizaria o termo *a priori* é antinômico a uma terminologia textual. As reformulações teóricas superficiais que surgiram nesses últimos anos são vãs: a noção de “fraseologia”, particularmente, não pode salvar o postulado doutrinal do termo na medida em que é um viés pragmático para desviar da questão do contexto e da unidade terminológica.

Os termos não são “unidades de conhecimento” que viriam “habitar a língua”. A tarefa de análise terminológica não é, pois, um exercício de redescoberta de um sistema nocional preexistente que caracterizaria a área. As noções não têm anterioridade ou prioridade em relação às palavras: a terminologização é um processo paralelo à elaboração conceitual.

A Terminologia deve desvincular-se de uma semiótica do signo fundada na tríade termo/conceito/referente que a torna inapta a abordar o texto. Essa crítica ao reducionismo referencial está em alta na filosofia da linguagem. As solicitações para desfazer o nó dos postulados logicistas - o positivismo lógico que alimentou a doutrina, tendo sido questionado desde o final dos anos 60 - chegam a nós de vários lugares (Putnam, Auroux, Eco, por exemplo)⁷.

Pode-se constatar, por outro lado, que os novos conhecimentos são mais efêmeros e compartilhados por comunidades restritas fora das quais não circulam. Está-se longe da concepção idealizada da área como fragmento de conhecimentos bem estruturados, permanentes e claramente circunscritos.

Não se pode mais dizer que a significação do termo é definida pela posição do conceito no sistema conceitual correspondente, a partir do momento em que se questiona a representação metafísica de um sistema conceitual preexistente, representável pela árvore de domínio.

Também é ilusório submeter-se ao referente, inclusive nas áreas técnicas que manipulam artefatos. A própria descrição de um objeto técnico é submetida ao ponto de vista imposto pela especialidade do profissional. É no final da cadeia, normatizando-se o termo, que lhe é estabelecida uma referência.

Assim que se abandona a abordagem logicista do termo, estreitamente relacionada a uma semântica vericondicional, reconsidera-se o estatuto da definição, que deixa de ser o resultado de um procedimento lógico, metalingüístico. A definição deve ser coerente com os sentidos

contextuais (validados no *corpus*) e pertinente em relação à aplicação (como está inscrita em uma aplicação, ela integra os objetivos comunicacionais e deve ser “localizada”).

Contrária a uma abordagem estreitamente onomasiológica, “a pedra no sapato” do lingüista, a abordagem textual abre as portas a todas as experiências da análise lingüística e textual (ultrapassando-se assim a visão limitada das LSPs⁸).

A abordagem textual é descritiva (analisa-se o funcionamento de unidades lexicais no *corpus*) e não mais normativa: as implicações do planejamento lingüístico, por mais legítimas que sejam, estão dissociadas do trabalho terminológico propriamente dito. O objetivo primeiro da Terminologia clássica era a normatização das linguagens técnicas por meio da fixação *a priori* da significação das palavras. Os textos reais, que proliferam e circulam em todas as direções, alterando as fronteiras entre as áreas, questionam esse projeto de, antes de tudo, colocar ordem nos termos. Tal programa de regulação prescritiva é contraditório pelo caráter fundamentalmente aberto dos textos e de seus signos. A constatação da plasticidade do que é dado lingüisticamente conduz a uma nova fundamentação de uma “boa prática terminológica” sobre o descritivo.

Para concluir

A atualidade da questão terminológica ao longo das transformações ocorridas, no que diz respeito à escala e ao ritmo de produção, bem como a dimensão das necessidades, exigem uma renovação teórica e metodológica. Permitindo abordar sistematicamente o estudo das práticas textuais reais, a lingüística de *corpus*, com suas técnicas e ferramentas, possibilita o acesso às expressões lingüísticas concretas de onde será possível fazer emergir e depois normatizar os termos pertinentes. Trata-se de uma excelente abertura para uma reflexão teórica e metodológica, principalmente porque a questão dos procedimentos lingüísticos, pressupostos por essa abordagem, ainda não foi muito investigada. O grupo TIA pretende participar desse debate com plena consciência da complexidade de tais implicações.

Da mesma forma que a lingüística não pode cobrir sozinha todo o processo de modelização dos conhecimentos, fornecendo a terminologia adequada à aplicação, o lingüista prepara o trabalho de representação conceitual, mas não se responsabiliza pela tarefa de modelização dos

⁷ As referências bibliográficas não são fornecidas no texto de partida. (N. de T)

⁸ Linguagem para fins específicos. (N. de T)

conhecimentos que levará à construção de uma ontologia. A mediação é feita pela engenharia do conhecimento. O grupo TIA se inscreve na necessária cooperação interdisciplinar entre lingüistas e engenheiros do conhecimento.

A TERMINOLOGIA SEGUNDO UMA ABORDAGEM TEXTUAL: UMA REPRESENTAÇÃO MAIS ADEQUADA DO LÉXICO NAS LINGUAGENS DE ESPECIALIDADE¹

Pierre AUGER e Marie-Claude L'HOMME²

Tradução: Cristina de Campos Velho Birk³

Revisão: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard⁴

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, a lexicografia e a terminografia foram isoladas do estrito domínio da lingüística, em parte devido à exclusividade dada por essas disciplinas ao tratamento apenas da palavra (ou do termo), em parte também devido ao empirismo de sua abordagem, uma vez que as duas disciplinas preferem debruçar-se sobre as práticas artesanais seculares. O lugar recente atribuído na informática ao desenvolvimento de sistemas de informação baseados numa formalização dos conhecimentos e de sua exploração, particularmente em áreas que tangem às ciências ou às técnicas, trouxe novamente à tona a questão do papel fundamental do termo (e *a fortiori* dos sistemas terminológicos) no processo cognitivo humano. Nessa abordagem, a palavra (termo), longe de ser tratada como uma unidade isolada, é indissociável do texto que a encerra e lhe dá seu sentido (conteúdo cognitivo). Assim, inúmeras aplicações da lingüística moderna utilizam, entre outras ferramentas lingüísticas, dicionários terminológicos estruturados: os sistemas especializados são desse gênero. Aqui, o termo é

¹ Traduzido com a permissão dos autores a partir do texto em francês "La terminologie selon une approche textuelle: une représentation plus adéquate du lexique dans les langues de spécialité", publicado em *ALFA* Volume 7/8 (Actes de langue française et de linguistique de l'université Dalhousiana, Halifax, Canada). 1994/95: pp. 17-21.

² Université Laval.

³ Bacharel em Letras – Tradução, Instituto de Letras, UFRGS.

⁴ Docente do Instituto de Letras, UFRGS.

o veículo que garante o conteúdo cognitivo da mensagem especializada e não pode, de maneira alguma, ser substituído pela unidade-palavra (não-termo) que pertence à língua geral e cujo contorno semântico é demasiado vago. Da mesma forma, o fato de a análise do discurso gozar nestes últimos anos de uma grande popularidade no seio dos estudos lingüísticos modernos influenciou o campo de estudo das linguagens de especialidade (LSP), a ponto de modificar as práticas terminográficas tradicionais.

Nessa perspectiva, a unidade lexical constitui um dos componentes lingüísticos do texto especializado (os outros componentes formais são o próprio texto, a frase, o sintagma, o morfema e o grafema). Os componentes do texto especializado são estudados no âmbito da lingüística de especialidade, que reconhece que a linguagem de especialidade pode ser estudada como um sistema lingüístico e oposta a conjuntos mais bem conhecidos, como a língua comum. Nós chamamos de *lingüística de especialidade* o movimento de interesse pelo estudo da linguagem de especialidade. As obras mais difundidas nesse domínio são Drozd e Seibicke (1973), Hoffmann (1979, 1980, 1984), Kocourek (1991a) e Sager, Dungworth e McDonald (1980).

ESTADO DA QUESTÃO

O léxico é certamente o nível lingüístico da LSP que foi objeto do maior número de estudos, mas esses estudos estão pouco harmonizados devido a objetivos diferentes perseguidos pelas disciplinas que por ele se interessam.

Foi o léxico especializado – o conjunto dos termos – que deteve a maior atenção dos pesquisadores. O estudo do termo é abordado num âmbito particular, o da terminologia, que visa a desenvolver métodos para sua contraparte aplicada, a terminografia. Enfatizaram-se, principalmente, as relações nocionais do termo com um assunto especializado e as relações do termo com outros no interior de uma área de conhecimento. Esse procedimento explica que uma atenção maior tenha sido dada à definição do termo em relação à palavra da língua geral assim como à sua significação e sua finalidade conceitual. Os aspectos fundamentais do termo são abordados em Wüster (1979), Rondeau (1983) e Sager (1990); alguns desses aspectos, ainda que dando ênfase ao francês, em Guilbert (1973, 1981) e Kocourek (1991a). Além disso, a formação do termo reteve a atenção (quase exclusivamente a formação do termo com vocação nominal), mas ainda num âmbito restrito. Considerou-se o termo fora do contexto lingüístico no qual funciona. Deve-se registrar alguns estudos ainda marginais que rompem o isolamento no qual se considerou o termo em terminologia

tradicional: o estudo das colocações ou fraseologismos (Picht 1987, Heid e Freibott 1991); o estudo das relações do termo com o texto especializado (Kocourek 1991a, 1991b). Concluindo: os aspectos que tangem aos outros aspectos lexicais (vocabulário além do terminológico), o funcionamento do termo no texto especializado e suas relações com o texto foram negligenciados.

A terminologia considerou o termo como uma unidade conceitual que se opõe a uma entidade lingüística, a palavra (pertencente à língua geral). No entanto, trabalhos mostraram que a divisão binária praticada pela terminologia dava conta apenas de uma parte da realidade. Fazemos alusão aqui aos trabalhos de Phal (1968, 1970, 1971), que demonstrou, com ajuda de métodos estatísticos baseados nos métodos de Gougenheim, que o léxico da linguagem de especialidade funcionava com um terceiro componente intermediário: o vocabulário geral de orientação científica (V.G.O.C.)*, definido como “o conjunto das palavras e expressões de pequena especificidade, mas de grande diversidade, que constituem, num nível elementar, os fundamentos indispensáveis da expressão científica seja qual for a ciência ou a técnica estudada” (Phal 1970). Phal abordou a questão sob o ângulo didático e propõe uma lista de frequência de algumas centenas de palavras que pertencem a esse V.G.O.C. A descrição de Phal permanece parcial, visto que cobre somente uma parte do vocabulário da LSP e que fornece apenas indícios fragmentários sobre seu funcionamento e sua significação.

Enfim, o léxico da LSP foi considerado num outro âmbito, o da linguagem de especialidade (particularmente Hoffmann 1980, 1987), no qual se deu principalmente atenção à frequência de alguns fenômenos (levantamento de palavras por categorias gramaticais, levantamento dos morfemas lexicais mais utilizados na formação do vocabulário científico). Hoffmann, ainda que faça algumas alusões ao francês, debruçou-se principalmente sobre o russo e o alemão.

PROPOSTAS PARA O ESTUDO DO LÉXICO

A unidade lexical da LSP deve ser considerada como um componente lingüístico que funciona num sistema maior, ou seja, o texto de especialidade. É nesse âmbito e em suas relações com unidades lingüísticas maiores (o texto, a frase, a unidade sintagmática) que a unidade lexical deverá ser apreendida. Dito isso, um estudo do léxico pode situar-se em vários níveis.

* N. de T.: Em francês V.G.O.S.

Estudos sobre o léxico da linguagem de especialidade (propostas):

- O domínio estritamente lexical; componentes lexicais (vocabulário geral, vocabulário geral de orientação científica e vocabulário terminológico); categorias gramaticais (distribuição das palavras por categorias gramaticais; referentes conceituais das palavras por categorias gramaticais); relações palavras simples/palavras complexas;
- O âmbito intralexical: morfologia e formação das palavras;
- O âmbito extralexical: fraseologia (ambiente lingüístico das palavras, principalmente o nível terminológico); comportamento gramatical das palavras, principalmente do verbo; relações da unidade lexical com o texto (repetição, anáfora, definição, etc.).

As descrições consideradas, além fato de servirem diretamente para caracterizar antes de seu tratamento os diferentes tipos de textos de LSP (o que é fundamental para estabelecer um *corpus* de coleta terminográfica), também servirão para gerar soluções práticas para problemas terminológicos ou terminográficos (gerais ou específicos) até aqui não resolvidos de maneira satisfatória. Assim, a decisão de inserir um termo na nomenclatura do dicionário terminológico poderá basear-se numa descrição da estratificação lexical (níveis) dos textos de LSP; a representação das outras categorias que não a do nome nos textos de LSP poderá tirar proveito de análises terminométricas (frequência, distribuição e repartição das unidades) feitas sobre um amplo *corpus* de LSP. Outros aspectos como a análise dos formantes morfo-lexicais de termos, o tratamento dos elementos anafóricos no texto ou a análise do conteúdo conceitual do texto de LSP (relações do termo com o texto) podem igualmente guiar o trabalho do terminólogo/terminógrafo. É possível esperar desenvolvimentos importantes para a terminologia do tratamento automático das LSP.

Isso estabelecido, constata-se que todo o domínio da descrição e da análise terminológica baseia-se cada vez mais na análise textual de base computacional utilizando princípios da lexicometria. Essa nova abordagem favorece um tratamento terminológico (e terminográfico) mais robusto e exaustivo. O analisador textual está no centro desse tipo de tratamento, um programa que permite efetuar diversas manipulações sobre textos em versão eletrônica (i.e. digitados com um editor de texto ou digitalizados com ajuda de um leitor ótico (scanner) assistido por um *software* de reconhecimento de caracteres). Assim, essas manipulações consistem, na maioria das vezes, na pesquisa de informações pontuais ou sistemáticas em um texto. As concordâncias são produtos provenientes desse tipo de manipulação. Elas permitem igualmente quantificar diversos elementos

do texto (por exemplo, a frequência de uma forma, o número de palavras diferentes, etc.). Direcionados principalmente para a identificação ou o tratamento de cadeias de caracteres, os analisadores rapidamente aperfeiçoaram-se em ciências humanas, entre outras, com a generalização da microinformática e a onipresença do texto no circuito da informação em todos os níveis da sociedade.

É esse modelo de análise que queremos adotar para nosso projeto de *Atelier interuniversitaire d'analyse assistée par ordinateur des textes de LSP* [Oficina universitária de análise de textos de LSP assistida por computador]. Num primeiro momento, o alvo das análises será o componente léxico-terminológico, estando entendido que, a partir do momento em que os materiais de pesquisa puderem ser estabelecidos, os outros componentes do texto de LSP serão estudados por sua vez. O que tentamos salientar anteriormente visa a afirmar que a abordagem textual é um fundamento de uma representação adequada do léxico das LSP.

Referências Bibliográficas:

- DROZD, L. et SEIBICKE, W. 1973. *Deutsche Fach- und Wissenschaftssprache*. (Texte dactylographié, traduction française du Secrétariat d'État.) Wiesbaden: Oscar Brandstetter Verlag GMBH & Co. KG.
- GUILBERT, L. 1973. La spécificité du terme scientifique et technique. *Langue française*, n° 17: 5-17.
- _____. 1981. La relation entre l'aspect terminologique et l'aspect linguistique du mot. Pp. 105-197 in *Textes choisis de terminologie*, 1. *Fondements théoriques de la terminologie*. Québec: GIRSTERM.
- HEID, U. et FREIBOTT, G. 1991. Collocations dans une base de données terminologique et lexicale. *Meta*, vol. 36, n° 1:77-91.
- HOFFMANN, L. 1979. Towards a Theory of LSP. Elements of a Methodology of LSP Analysis. *Fachsprache*, vol. 1, n°s 1-2:12-17.
- _____. 1980. Language for Special Purposes as a Means of Communication: An Introduction. (Compte rendu par R. Alber-Dewolf.) *Langues de spécialité* (Québec: GIRSTERM), n° 1:3-38.
- _____. 1984. *Kommunikationsmittel Fachsprache. Eine Einführung*. 2^e édition. Berlin: Akademie-Verlag-Berlin.
- _____. 1987. Syntactic Aspects of LSP. *Special Language. Fachsprache*, vol. 9, n°s 3-4:98-106.

- KOCOUREK, R. 1991a. *La langue française de la technique et de la science. Vers une linguistique de la langue savante*. 2^e éd. Présentation de A. Rey. Wiesbaden: Oscar Brandstetter.
- _____. 1991b. Textes et termes. *Meta*, vol. 36, n^o 1:71-76.
- PICHT, H. 1987. Terms and their LSP Environment - LSP Phraseology. *Meta*, vol. 32, n^o 2:149-155.
- PHAL, A. 1968. De la langue quotidienne à la langue des sciences et des techniques. *Le Français dans le monde*, n^o 61:7-11.
- _____. 1970. Le vocabulaire général d'orientation scientifique: essai de définition et méthode d'enquête. Pp. 94-115 in *Les langues de spécialité. Analyse linguistique et recherche pédagogique. Actes du Stage de Saint-Cloud*, 23-30 novembre 1967. Strasbourg: AIDELA.
- _____. 1971. *Vocabulaire général d'orientation scientifique*. Paris: CRÉDIF.
- RONDEAU, G. 1983. *Introduction à la terminologie*. 2^e éd. Chicoutimi: Morin. (1^{re} éd. Montréal: CEC, 1981.)
- SAGER, J. C. 1990. *A Practical Course in Terminology Processing*. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins.
- SAGER, J. C., DUNGWORTH, D. et MCDONALD, P. F. 1980. *English Special Languages. Principles and Practices in Science and Technology*. Wiesbaden: Oscar Brandstetter Verlag KG.
- WÜSTER, E. 1979. *Einführung in die allgemeine Terminologielehre und terminologische Lexikographie*. (Texto datilografado, tradução inglesa da Secretaria de Estado do Canadá.) Wien: Springer.

RELAÇÕES SEMÂNTICAS ENTRE UNIDADES LÉXICAS COM VALOR ESPECIALIZADO E DESCRITORES¹

Andreina ADELSTEIN² e Judit FELIU²

Tradução: Cleci Regina Bevilacqua³

Revisão: Maria José Bocorny Finatto⁴

"A terminologia é uma peça chave no processo de documentação; o conhecimento especializado é veiculado através dos termos técnicos. Descrever o conteúdo de um documento requer, conseqüentemente, o uso de uma série de unidades terminológicas que sintetizam seu conhecimento..."

(Cabré, 1998b).

1. INTRODUÇÃO

De fato, a terminologia se apresenta como uma matéria fundamental em todas as atividades relacionadas ao conhecimento e, portanto, constitui-se como um elemento chave para a documentação. A terminologia e a documentação, entendidas como um conjunto de termos e como um sistema para a recuperação da informação documental, respectivamente, compartilham duas funções: a função de representação e a função de transferência do conhecimento especializado. Contudo, no caso da terminologia, a função de representação e transferência do conhecimento se realiza de maneira direta através das unidades terminológicas (entre

¹ Traduzido com a permissão das autoras a partir do texto em catalão "Relacions semàntiques entre unitats lèxiques amb valor especialitzat i descriptors", apresentado na I Jornada de Terminologia e Documentação, realizada em Barcelona, em 24 de maio de 2000 e organizada pelo Instituto Universitário de Lingüística Aplicada (IULA) da Universidade Pompeu Fabra.

² Institut Universitari de Lingüística Aplicada (IULATERM), Universidade Pompeu Fabra, Barcelona.

^{3,4} Professoras do Instituto de Letras, UFRGS.

outros tipos de unidades de conhecimento especializado) encontradas nos textos. Ao contrário, na documentação, a transferência e a representação são indiretas, já que utilizam como unidades de indexação (descritores) unidades terminológicas (e outros recursos) para dar conta do conhecimento contido, neste caso, nos documentos.

O trabalho de documentação visa, geralmente, a representação do conteúdo de um documento da forma mais precisa possível para favorecer sua recuperação. Mais concretamente, a atividade essencial na documentação é gerenciar o conhecimento especializado através da terminologia. Realiza-se uma abstração do conhecimento contido nos documentos através das unidades terminológicas. Essas unidades são utilizadas como elementos que sintetizam todo o conhecimento transmitido no documento. E, é por esse motivo que, nas unidades de indexação, a representação é uma meta-função.

Como ressalta Cabré (1998 e 1999), a relação que se estabelece entre essas duas matérias é uma relação bidirecional, uma vez que a documentação necessita da terminologia para descrever ou representar o conteúdo de um documento a partir da indexação e, posteriormente, recuperá-lo. Por sua vez, a terminologia necessita da documentação, entendida como o conjunto de documentos especializados sobre uma determinada matéria, para realizar o trabalho terminográfico tanto descrito como prescritivo, isto é, para identificar as unidades de conhecimento especializado que, de fato, são utilizadas pelos especialistas e que podem passar a fazer parte de dicionários e vocabulários.

Neste trabalho, nos centraremos na direção que vai da terminologia à documentação, nessa relação bidirecional, ou seja, na utilidade que a terminologia pode ter para o trabalho de documentação.

2. PRESSUPOSTOS DE PARTIDA

Partimos dos seguintes pressupostos teóricos:

- As unidades léxicas que transferem conhecimento especializado (as unidades da terminologia) e as unidades de indexação documental, embora sejam unidades de sistemas semióticos diferentes, relacionam-se entre si dado que as primeiras geram⁵ as segundas. É por este motivo que esses dois tipos de unidades podem ser comparadas e analisadas conjuntamente:

⁵ Entendemos por geração o processo pelo qual se obtêm unidades consensuadas e normalizadas, que passam a fazer parte de um tesouro que serve de referência no trabalho documental para catalogar e recuperar os documentos a partir de unidades léxicas veiculadoras do conhecimento especializado.

➤ a unidade léxica com valor especializado é uma unidade da língua natural, é polissêmica, não normalizada e transmissora de conhecimento especializado segundo os seus contextos de uso;

➤ a unidade de indexação é uma unidade da linguagem documental; em princípio não apresenta ambigüidade, pois está normalizada, e realiza uma função de meta-representação e meta-transferência do conhecimento.

- De forma mais concreta, em relação à unidade léxica, nossa concepção é a seguinte. Seguindo uma visão comunicativa da terminologia (ver Cabré, 1999b), partimos da base de que uma unidade léxica não é *per se* nem palavra nem termo, mas é uma forma da língua natural relacionada a uma grande quantidade de informação semântica (conjunto de traços semânticos diferentes) e que adquirem um valor geral ou especializado quando aparecem em um contexto de uso em particular. Portanto, uma mesma unidade léxica pode adquirir valores terminológicos ou especializados diferentes, segundo o âmbito temático em que é utilizada (por exemplo, *membrana*, utilizada tanto no âmbito da música como no de anatomia). Vemos, então, que a unidade léxica descontextualizada é altamente polissêmica e pode representar potencialmente conhecimento especializado muito variado: conhecimento relativo a diferentes âmbitos, teorias, pontos de vista, escolas, autores, etc. No entanto, essa polissemia se restringe ao máximo com o uso, já que, na realidade, graças ao contexto lingüístico e ao contexto situacional, a unidade léxica tem um funcionamento basicamente monossêmico.

Se partirmos, portanto, do pressuposto de que a unidade léxica representa conhecimento especializado diverso e a documentação utiliza essas unidades, cabe perguntar: o que ocorre com a variação semântica da unidade léxica quando se converte em um descritor? Há tantos descritores quanto sentidos? Que recursos são utilizados para distinguir os diferentes sentidos ou usos? Em resumo: como se expressa na documentação a variação semântica? Portanto, que relação semântica se estabelece entre a unidade léxica com valor especializado e a unidade de indexação?

3. OBJETIVO

A partir de uma consulta experimental que apresentaremos a seguir, analisamos a relação semântica que se estabelece entre uma unidade léxica com valor especializado e a unidade que se converte em descritor que serve para indexar, catalogar e, posteriormente, recuperar determinado documento.

O objetivo final desta prova experimental será demonstrar que, embora a documentação tenha que utilizar inevitavelmente uma terminologia consensuada que reduza as possíveis ambigüidades, acreditamos que, se o uso de um tesouro se complementasse com outros tipos de informações, ou se o tesouro tivesse uma flexibilidade maior para

recolher todas as áreas temáticas em que pode ocorrer uma determinada unidade léxica, o usuário poderia acessar com maior precisão os documentos, obtendo, ao mesmo tempo, uma resposta mais adequada à sua necessidade de informação.

4. PROVA EXPERIMENTAL: A CONSULTA A UM CATÁLOGO BIBLIOGRÁFICO⁶

Esta primeira prova experimental responde de maneira direta ao objetivo que acabamos de propor: analisar que relação se estabelece entre uma unidade léxica de conhecimento especializado, o descritor que a representa e identifica, e verificar os tipos de documentos registrados em um catálogo bibliográfico a partir do descritor em questão. Desse modo, observa-se que o processo se centra em três elementos essenciais em uma pesquisa bibliográfica. Partimos de uma unidade léxica com valor especializado que se converte em descritor em um determinado campo da consulta que o catálogo oferece e que passa a englobar um número *n* de documentos que, teoricamente, têm alguma relação semântica com a unidade léxica a partir da qual realizamos nossa consulta.

O processo metodológico que seguimos foi o seguinte:

- seleção de uma determinada unidade léxica: *proposició, categoria, rehabilitació e terminologia*;

- consulta destas unidades no *Gran Diccionari de la Llengua Catalana* (GDLC) para identificar em que áreas temáticas são utilizadas e com que sentido⁷;

- introdução no catálogo das unidades léxica no campo *matèria* em uma pesquisa simples;

- comparação dos dados do catálogo com a informação obtida a partir do dicionário e análise dos resultados.

Veremos a seguir os quatro casos analisados⁸.

⁶ Antes de apresentar a consulta e os resultados obtidos, esclarecemos que a consulta foi feita no catálogo da biblioteca da Universidade Pompeu Fabra. Além disso, consultamos a documentalista do Instituto Universitário de Linguística Aplicada (Gemma Martinez) que confirmou que o tesouro utilizado para catalogar os documentos corresponde ao catálogo utilizado na *Library of Congress*.

⁷ Para determinar os significados da unidade léxica existem diversos métodos, mas, por questões práticas, partimos deste dicionário já que a representação lexicográfica que se faz pode ser considerada como uma amostra da competência léxica do falante. Os usos especializados estão representados no dicionário através de marcas diatécnicas explícitas e implícitas na definição.

⁸ Os símbolos que utilizamos são:
3 quando os descritores encontrados no catálogo correspondem à área temática e/ou aos usos indicados pelo dicionário (identidade e/ou inclusão);
Ø quando a área temática não aparece no catálogo (disjunção);
~ quando a área temática expressa no descritor é semelhante, mas não idêntica à registrada no dicionário (intersecção).

Primeiro caso: *Proposició*

No GDLC encontramos sete usos especializados dessa unidade, levando em conta as acepções marcadas diateticamente (com uma abreviatura ou na definição):

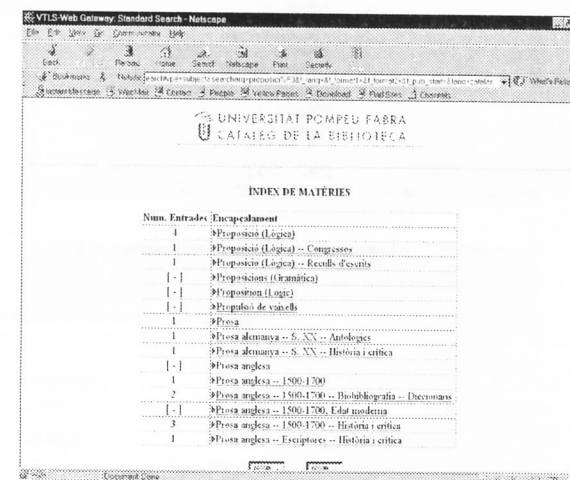
Proposició (GDLC)	FILOS/LOG. (3)	GRAM.	LIT.	MÚS.	RELIG.
<i>Catalogo</i>	3 (lóg)	3(gram. comparada e geral	Ø	Ø	Ø

A unidade léxica representa conhecimento não apenas em uma disciplina ou área temática, mas também, dentro de uma área temática concreta, aparecem subespecificações diferentes tais como:

- “na lógica tradicional” / “na lógica simbólica”, que indicam subáreas temáticas;

- “em uma perspectiva e valoração epistemológicas”, que indica perspectivas de estudo.

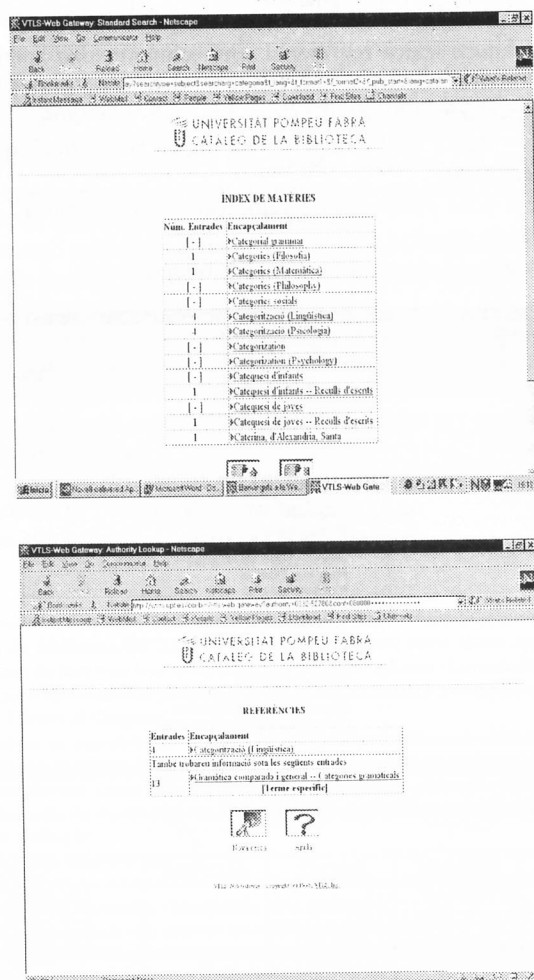
O resultado obtido no catálogo bibliográfico é:



Segundo caso: *Categoria*

Categoria (GDLC)	FILOS.(2)	ESPORT.	ÁLGEBRA	LING. (4) Cat. Vazia Cat. Gram. Cat. Léxica
<i>Catalogo</i>	3	Ø	3	~

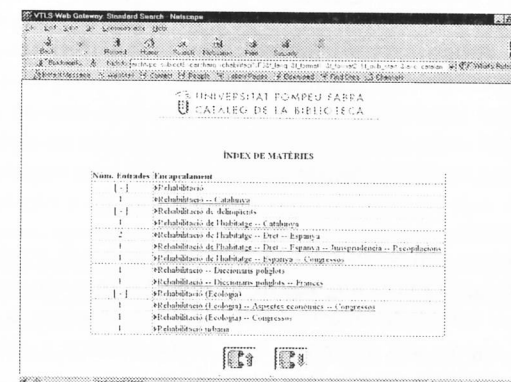
Conforme o dicionário, esta unidade léxica é utilizada com valor especializado em quatro áreas, mas tem um número superior de sentidos, já que são registrados dois usos diferentes dentro de uma mesma área temática, a filosofia, e quatro usos em lingüística (um em lingüística geral e três indicados no quadro que dependem de aspectos diferentes em lingüística: escolas e subáreas) que aparecem indiretamente no catálogo a partir do descritor categorização. O catálogo, ao contrário, não recolhe estes usos da mesma maneira:



Terceiro caso: *Rehabilitació*

Reabilitació (GDLC)	DIR. PEN.	DIR. MERC.	MED./TERAP.
<i>Catálogo</i>	3	Ø	Ø

No caso de *rehabilitació* (reabilitação), segundo o dicionário, esta unidade tem três valores especializados. No catálogo, ainda que não sejam indicados os usos no direito mercantil e na medicina, estão representadas mais subdivisões temáticas que no dicionário, embora não haja nenhum documento que lhe corresponda. No dicionário, não se registra, por exemplo, a *rehabilitació urbana* nem a reabilitação referente à ecologia, fato que pode ser atribuído ao uso recente dessa unidade nestes campos.



Quarto caso: *Terminologia*

Terminologia (GDLC)	TEOR.	Voc.
<i>Catálogo</i>	3/Ø	3/Ø

No caso de *terminologia*, o dicionário registra duas acepções diferentes, embora não as marque diatecnicamente, a partir das quais estabelecemos a distinção entre teoria e vocabulários. Diferentemente dos casos anteriores, o quatro acima não distingue entre áreas temáticas, mas entre usos dentro de uma mesma área. No catálogo, encontramos um número muito alto de descritores de acordo com as diversas correntes dessa matéria e entre as quais observamos a existência de sobreposições.

The three screenshots show a web interface for a catalog. Each window displays a table with columns for 'Nom. Entitat', 'Descripció', and 'Valor Especialitzat'. The data is organized into a hierarchical structure, likely representing different levels of specialization for a given subject.

5. ANÁLISE DOS DADOS

Como vemos, em todos estes exemplos, a variedade semântica da unidade léxica é registrada na linguagem documental, mas não de maneira idêntica a que se faz no dicionário. Como se pode observar, o catálogo recolhe apenas alguns dos diferentes usos especializados e, além disso, utiliza recursos distintos para indicar esses vários usos.

Os diversos modos de concretização do sentido de uma unidade léxica convertida em um descritor que estabelecemos para esta análise – modos que se correspondem aos utilizados na linguagem natural – são os seguintes:

Seleção: indicação do uso em uma determinada área temática da unidade léxica convertida em descritor. Geralmente, a seleção é indicada a través de parêntesis como, por exemplo, *proposició (Lògica)*, ou *rehabilitació (Ecologia)*. Outras formas são, como no caso de *categoria*, a introdução de [—]: *gramàtica comparada i general — categories gramaticals*, em que se apresenta, em primeiro lugar, a área temática e, em seguida, o tema.

Modulação: explicitação dos possíveis matizes que uma unidade léxica com valor especializado pode adquirir, de acordo com as subáreas temáticas, escolas, autores, etc. No exemplo de *proposició*, o catálogo não apresenta nenhum processo de modulação que recupere a diferença

registrada no dicionário (lógica simbólica, lógica tradicional, ponto de vista epistemológico). Ao contrário, para o caso de *rehabilitació*, encontramos unidades do tipo *rehabilitació de l'habitatge* e *rehabilitació urbana* que indicam indiretamente a subárea temática sem introduzir a área temática superior que, em princípio, seria arquitetura.

Focalização: indicação dos diferentes aspectos ou facetas de uma determinada unidade léxica dependendo do ponto de vista a partir do qual é tratada. Este processo não ocorre no caso de *proposició* nem de *categoria*, mas podemos encontrá-lo no caso do descritor *rehabilitació*. Também se expressa com [—] como se vê em *rehabilitació (Ecologia) — Aspectes econòmics — Congressos*. O exemplo paradigmático de focalização, encontramos no descritor *terminologia* em que não se indica, como vimos, nenhuma área ou subárea temática concreta, senão que todas as especificações a respeito dessa unidade se realizam por focalização: *Terminologia — Aspectes religiosos*.

Essas indicações comportam determinados problemas de interpretação porque a modulação é imprescindível para poder saber, por exemplo, no caso de *terminologia*, se um documento trata sobre teoria, metodologia ou um produto aplicado resultante. Além disso, esse recurso [—] é ambíguo uma vez que se observa que é utilizado para indicar, além da modulação e da focalização, a especificação do tipo de documento. Esse processo, que responde a *interesses derivados diretamente da indexação documental*, permite indicar o tipo de documento e a situação comunicativa em que foram produzidos, por exemplo, normas, atas, compilações de textos, gravação em vídeo, etc.:

- *terminologia — Normes* (pode ser um tipo de texto ou uma focalização)
- *terminologia — Normes — Bibliografia — Revistes* (mistura-se a focalização com a especificação do tipo de documento e não se distingue qual o sentido de terminologia que é modulado).

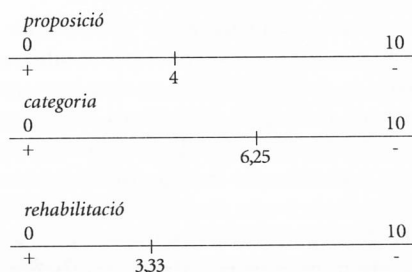
Juntamente com esses processos que permitem determinar o sentido do descritor derivado diretamente de uma unidade léxica com valor especializado, é possível estabelecer as seguintes relações semânticas básicas entre unidade léxica e descritor:

- **IDENTIDADE:** as áreas e/ou os sentidos representados se correspondem exatamente com o alcance do descritor e não se recolhe nenhum outro sentido.
- **INCLUSÃO:** as áreas e/ou os sentidos representados não se correspondem exatamente, já que o alcance do descritor é maior.
- **INTERSECÇÃO:** as áreas e/ou os sentidos representados pelo descritor apenas coincidem em alguns casos.

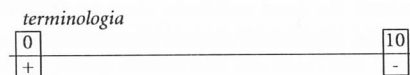
- **DISJUNÇÃO:** as áreas e/ou os sentidos representados pelo descritor não coincidem em absoluto.

A partir dessas relações, é possível estabelecer a distância semântica que ocorre entre as unidades léxicas e os descritores correspondentes. A distância semântica indica o grau de proximidade ou de distância semântica entre a unidade léxica com valor especializado e o seu descritor, isto é, o grau de coincidência ou divergência entre os seus sentidos respectivos.

Por esta análise, representamos a distância semântica em um eixo em que está indicado o maior ou menor grau de coincidência entre, unicamente, o processo de seleção que ocorre entre as unidades. Para calculá-la, atribuímos o valor numérico 1 à identidade e à inclusão; 0 à disjunção e 0,5 à intersecção. Um resultado numérico maior indicará, por tanto, uma menor distância semântica. Os resultados obtidos seguindo esses cálculos que acabamos de detalhar são os seguintes:



Nos três casos anteriores, vemos que os dados numéricos situam o descritor *categoria* como a unidade com menor distância em relação à unidade léxica correspondente. No caso de *terminologia*, levando em conta que os usos indicados no dicionário correspondem a um processo de modulação dentro de uma mesma área temática, observamos que a análise mostra um grau total ou inexistente de distância semântica.



Esta análise, em função unicamente dos processos de seleção de sentido, demonstra, como se pode ver, no caso de *terminologia*, que este parâmetro não é suficiente e que é necessário introduzir uma análise mais aprofundada que aplique estas quatro relações semânticas básicas aos processos de modulação e de focalização.

Além disso, a distância semântica indica que os casos em que o catálogo representa de forma mais adequada a realidade especializada se

devem ao fato de que a documentação se encontra muito mais próxima à produção de textos especializados e que, muito provavelmente, a modificação dos descritores decorre desse contato contínuo com os textos. Essa mesma medida de distância semântica pode ser utilizada, entre outros casos, para dar conta do grau de generalização do catálogo.

6. CONCLUSÕES

Considerando que a unidade léxica apresenta variação semântica e que o descritor é gerado a partir dessa unidade da língua, vimos que o descritor recolhe a variação semântica da unidade correspondente em diferentes graus. Constatamos também que o descritor reflete a variação semântica da unidade léxica pela forma como *seleciona* ou *modula* determinadas áreas temáticas, ou como *focaliza* aspectos particulares do descritor em questão em detrimento de outros. Acreditamos que a explicitação dos diversos tipos de variação semântica é fundamental para conseguir uma recuperação mais eficaz da informação.

Embora tenhamos consciência da necessidade de ampliar este experimento e de contrastá-lo com outras obras de referência (ou ainda com textos), esta análise nos permitiu, a partir das relações semânticas básicas, ver que a distância semântica entre a unidade léxica com valor especializado e o descritor poderia vir a ser uma ferramenta de ajuda no processo de catalogação documental que beneficiaria também a posterior recuperação da informação.

Assim, fica demonstrada, uma vez mais, a bidirecionalidade entre terminologia e documentação, uma vez que constatamos que, do ponto de vista da documentação, nos casos em que o dicionário indica um espectro mais amplo de sentidos ou de áreas temáticas, esses poderiam ser utilizados em um catálogo para refinar as informações. Da perspectiva da terminologia na sua vertente aplicada, a inclusão de unidades com valor especializado no dicionário poderia beneficiar-se dos casos em que um catálogo registra de maneira mais atualizada essas subespecificações temáticas que são mais difíceis de estarem representadas nos dicionários, uma vez que estes não são atualizados tão freqüentemente como os catálogos.

Referências Bibliográficas:

- CABRÉ, M. Teresa (1998a) "Terminología y documentación". En: CABRÉ, M. Teresa (1999) *La terminología: representación y comunicación*.

- Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, p. 231-247.
- _____. (1998b) "La noció de normalització terminològica per al treball documental". *Anuari SOCAI de Documentació i Informació*, p. 113-121.
- _____. (1999) *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra.
- _____. (2000) "La terminología entre la lexicología y la documentación: aspectos históricos e importancia social". Roma: ASS.I.Term (en premsa).
- CRUSE, David A. (1986) *Lexical Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GIETZ, Ricardo (1992) "Documentación/información y terminología. La experiencia del SIIT". En: *Actas del III Simposio Iberoamericano de terminología*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra / Universitat de Barcelona / CINDOC, 1997, p. 165-172.
- Gran diccionari de la llengua catalana* (1998) Barcelona: Fundació Enciclopèdia Catalana.
- Iturriaga Elorza, Juan (1992) "Terminología en biblioteconomía". En *Actas del III Simposio Iberoamericano de terminología*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra / Universitat de Barcelona / CINDOC, 1997, p. 173-180.
- RONDEAU, Guy (1980) "Terminologie et documentation". En: *Meta*, vol. 25, 1, p. 152-165.
- TEBÉ, Carles (1998) "Els conceptes revisitats: una perspectiva cognitiva". Comunicació presentada en el *IV Congrés Internacional sobre Traducció*. Facultat de Traducció i Interpretació, Universitat Autònoma de Barcelona. Bellaterra, 7 de maig de 1998.

Anexo (Definições do GDLC)

n **categoria** (1803); del ll. td. *categoria*, i aquest, del gr. *katègoria* 'acusació; atribució', der. de *katègoros* 'acusador', i aquest de *agoreuō* 'parlar') f1 **FILOS 1** Cadascuna de les classes més generals a què poden ésser reduïts els termes o els conceptes. 2 Concepte fonamental en el sistema de referències mentals d'un filòsof (o d'una tendència, o d'una època) o d'un tipus d'activitat humana. 2 **1** Cadascun dels grups en què hom pot classificar diferents objectes atenent a una propietat, a una condició, etc. 2 Cadascun dels graus, els grups, etc, establerts en una professió o una

carrera atenent a llur importància, a llur funció, etc. 3 **ESPORT** Cadascuna de les distribucions per sexe, pes o edat dels esportistes establertes per les federacions. 4 **de categoria** De condició elevada. 3 **ALG** Família d'objectes matemàtics, tals que per cada parell X, Y , d'ells, existeix un conjunt que es denota per $\text{Hom}, (X, Y)$ i que s'anomena de morfismes de X a Y . 4 **LING 1** Conjunt d'unitats que pertanyen a una mateixa classe. 2 **categoria buida** En gramàtica generativa, categoria sense contingut fonètic però amb trets de persona, nombre, gènere, cas, etc. 3 **categoria gramatical** Categoria que caracteritza els morfemes flexionals que acompanyen les unitats lèxiques d'acord amb determinades característiques com el gènere, el nombre, el temps, etc. 4 **categoria lèxica** Categoria que caracteritza les unitats lèxiques d'acord amb determinades propietats formals i funcionals, com ara la possibilitat d'aparèixer en els mateixos contextos sintàctics.

á ca•te•go•ri•a.

n **proposició** (s. XIV; del ll. *propositio*, -ōnis, id.) f 1 **1** Acció de proposar 1; 2 l'efecte. *Tothom acceptà la seva proposició. Fer una proposició de pau.* 3 **proposició de llei** DR CONST Text que conté prescripcions normatives presentat al parlament pels òrgans titulars de la facultat legislativa amb exclusió del govern. 2 **1** Enunciat, sobretot de caràcter doctrinal, filosòfic, teològic, dogmàtic. 2 **proposició de fe** TEOL Veritat de fe. 3 **FILOS/LOG 1** En la lògica tradicional, contingut lògic del judici, de l'acte mitjançant el qual hom afirma o nega quelcom (predicat) d'alguna cosa (subjecte). Hom en diu sovint també *enunciat*. 2 En la lògica simbòlica, sentència l'esquema quantificacional atòmic de la qual inclou lletres predicats i lletres arguments. 3 En una perspectiva i valoració epistemològiques (i no simplement lògiques) del judici, contingut de coneixement diversament determinat segons el seu origen o la seva validesa. 4 **GRAM** Oració, frase. 5 **LIT** Part del discurs en la qual l'orador enuncia la matèria de què vol tractar. 6 **MÚS** Antecedent. 7 **RELIG** Ofrena.

á pro•po•si•ci•ó.

n **rehabilitació** (c. 1900; de *rehabilitar*) f 1 **1** Acció de rehabilitar o de rehabilitar-se; 2 l'efecte. 2 **1** DR Reintegració legal d'un reu a la vida normal, amb la restitució de tots els drets i les dignitats de què fou privat com a conseqüència de la condemna. 2 **rehabilitació de fallit** DR MERC Declaració judicial que fa cessar totes les interdiccions legals produïdes per la declaració de fallida, llevat del cas de fallida fraudulenta. 3 **MED/TERAP** Recuperació, mitjançant preceïdiments adequats, d'una habilitat corporal normal que, a causa d'una malaltia o d'un traumatisme, s'havia perdut.

á re•ha•bi•li•ta•ci•ó.

n terminologia (1868; de *terme i -logia*) f1 Estudi de les nocions pròpies de les llengües d'especialitat i de llurs denominacions. 2 Conjunt de termes i d'expressions propis d'una determinada ciència, art, autor, època, etc.
á ter•mi•no•lo•gi•a.

AS DEFINIÇÕES DE CONCEITOS ESPECIALIZADOS EM DICIONÁRIOS MONOLÍNGÜES¹

Cristina GELPÍ² e Núria CASTILLO³

Tradução: Ana Lúcia de Andrade Anselmo⁴

Revisão: Maria Lúcia Lorenci⁵

Introdução:

A definição é uma das noções mais estudadas na metalexicografia monolíngüe e passou a ser abordada a partir de perspectivas diferentes. As aproximações à definição lexicográfica se concentram em aspectos distintos, dentre os quais se destacam o conceito de definição e suas características, os tipos de definição e as recomendações sobre redação de definições. Na maioria dos casos, a definição é concebida como a parte mais importante do dicionário monolíngüe geral, o que situa esta fórmula no centro de transmissão de conhecimento, tanto geral como especializado, do dicionário.

Uma aproximação à realidade do panorama lexicográfico catalão e espanhol, em tipos diferentes de dicionários, mostra, em compensação, que ainda que os três aspectos mencionados sejam necessários, não são suficientes para dar conta da complexidade que comporta definir conceitos especializados em dicionários monolíngües.

Por isso, neste artigo se propõe, em primeiro lugar, uma síntese de algumas contribuições representativas ao contexto da definição lexicográfica; em segundo lugar, é oferecida uma aproximação aos elementos complementares da definição lexicográfica que deveriam ser considerados

¹ Texto traduzido com a permissão das autoras a partir do original em espanhol publicado em CABRÉ, M.T. e FELIU, J. (org) *La Terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2001.

² Professora da Faculdade de Tradução, Universidade Pompeu Fabra, Barcelona.

³ Bolista de pesquisa do Instituto Universitário de Lingüística Aplicada, Universidade Pompeu Fabra, Barcelona

⁴ Formanda do curso de Bacharelado em Tradução - Espanhol, UFRGS.

⁵ Professora do Instituto de Letras - UFRGS.

para dar conta da complexidade da definição de conceitos especializados em dicionários monolíngües; o artigo finaliza com uma descrição do procedimento de análise dos dados que confirmam as hipóteses iniciais, algumas conclusões orientadoras e a sugestão de futuras linhas de pesquisa.

1. A definição lexicográfica

Com relação ao conceito de definição, a aproximação é realizada tanto a partir da perspectiva da lexicografia (geral e especializada) quanto da terminologia.

Merecem destaque as contribuições de Rey (1977) e da norma ISO 1990. A partir da perspectiva lexicográfica de Rey, "o termo definição é ambíguo, é difícil fazer uma descrição que agrupe todos os elementos necessários e suficientes para a elaboração do conceito. A definição é uma fórmula que expressa o conteúdo semântico de um signo lingüístico, e que descreve e delimita o significado desta unidade léxica com respeito a outras unidades que fazem parte do mesmo sistema lingüístico." Conforme a perspectiva terminológica da ISO, "definição é o enunciado que descreve uma noção, e que dentro de um sistema nocional é a parte delimitadora que permite diferenciá-la de outras noções."

Sobre os tipos de definições, são estabelecidas diversas classificações, mais ou menos coerentes e mais ou menos exaustivas. As propostas de Rey (1977) e de Rey-Debove (1971) destacam-se pela diferença de critérios que geram suas classificações. A classificação de Rey (1977) é pouco homogênea quanto à base de tipologização, porque prevê tipos de definições que expressam diferentes relações (põe, por exemplo, no mesmo nível a definição de palavras ou coisas e a definição explicativa ou construtiva). A classificação de Rey-Debove (1971) é exaustiva e detalhada, e além disso oferece elementos interessantes quanto ao grau de completude das definições que são amparadas por exemplos.

Quanto aos recursos utilizados para elaborar definições, destacam-se as contribuições de Robinson (1962), ainda que, como detecta Santamaría (1998), o conjunto de estratégias que apresenta não se vincula ao tipo de palavra que se define e, portanto, dificulta a avaliação da adequação do recurso utilizado na definição de determinadas unidades (as terminológicas, por exemplo).

2. Limitações para a definição de conceitos especializados

A definição abordada conforme estes três pontos de vista conduz

diretamente a conceber a definição como uma fórmula altamente estandarizada, que atua como representação do conceito que define. Esta aproximação, que pode ser satisfatória para representar as generalidades dos conceitos dos dicionários monolíngües parece, de todos os modos, insuficiente para dar conta das diversas facetas dos conceitos especializados, também dentro dos dicionários gerais.

As limitações da proposta anterior podem ser resumidas em quatro âmbitos:

a) A concepção da definição

Conceber a definição como a parte mais importante do dicionário geral pode implicar em uma leitura parcial e insuficiente dos dicionários. A definição é uma indicação específica dos dicionários monolíngües, entretanto, partimos da base que: i) não é a única indicação que fornece significado, ii) não é a única indicação que descreve o significado, iii) o significado da palavra não é completamente transmitido a partir da definição.

Sobre esta questão, Rey-Debove (1971) considera que a definição incompleta que é apoiada em exemplos, torna-se completa graças ao exemplo que a acompanha, de modo que os traços distintivos da coisa definida estão repartidos entre a definição e o exemplo. A questão, de todos os modos, é determinar se os traços distintivos do conceito devem aparecer na definição, ou ainda, se devem constar no artigo lexicográfico completo. Uma opção deste tipo implica em assumir dois fatos. Por um lado, deve ser considerado que a transmissão do significado da unidade contida no dicionário é responsabilidade do artigo lexicográfico e não só da definição. Por outro lado, deve ser levado em consideração que o sentido é transmitido por e no artigo, o que permite dar informação qualitativa e quantitativamente superior à informação que a definição pode oferecer. Na realidade, pode-se partir da suposição que considerar que a transmissão de sentido realizada por meio do artigo completo seja uma opção lexicograficamente muito produtiva, porque o peso da transmissão do conhecimento fica integrado a todo artigo.

b) A relação da definição com a realidade

A definição representa o conceito, ou pelo menos, parte deste, mas além disso, relaciona-o a uma realidade que pode ser muito variada. Deste modo, a definição pode relacioná-lo com um conceito mais geral do que aquele que é definido, com um referente mais próximo ou mais distante do usuário, com conceitos próximos ou distantes, pode descrever o referente, etc.

As possibilidades de relação da definição com a realidade definida

são diversas, o que permite com que as unidades recebam tratamento diferenciado. Segundo este ponto de vista, não seria de todo adequado submeter a definição a parâmetros fechados, sem levar em conta a realidade com que tal definição é relacionada. Afirmar do tipo “a definição sinônima provoca circularidades e as definições circulares provocam perda de capacidade informativa e descritiva” (Bosque 1982), que tornam explícito que a definição autêntica é a definição perifrástica, por exemplo, podem conduzir a interpretações parciais de uma realidade que é muito complexa.

A definição é um texto, um discurso situado em uma situação comunicativa muito específica, e pode-se medir o grau de adequação de um tipo de definição, pelo menos, a partir da perspectiva da situação em que se inscreve. Por isso, afirmar taxativamente que a definição autêntica não pode ser sinônima, é defender que a realidade é única e que a variação não tem lugar no texto lexicográfico.

Os recursos disponíveis e utilizáveis para definir, portanto, dependem não somente do que se define, mas também do tipo de texto genérico em que esta definição aparece, o que obriga a levar em conta, por exemplo, as necessidades e as características dos usuários do dicionário. Por esse motivo, uma definição sinônima ou uma definição perifrástica com exemplos, ou um sinônimo com contextualizadores, são recursos do discurso lexicográfico que devem ser considerados.

c) O valor exclusivo da definição

A definição pode representar o conceito, mas não é a única indicação do dicionário que cumpre essa missão, nem é necessariamente e em qualquer tipo de dicionário, o melhor recurso para transmitir a especialização do conceito definido.

A unidade estrutural que transmite o conhecimento, mais geral ou mais especializado, em um dicionário é o artigo lexicográfico. O certo é que um artigo transmite informação de tipo diferente, e que é possível distinguir, pelo menos, informação de tipo gramatical, informação de tipo semântico e informação de tipo pragmático. A informação é transmitida a partir de um ou mais de um tipo de indicações. São indicações a definição, os exemplos, as marcas gramaticais e pragmáticas, entre outras.

A definição é uma indicação apta e necessária para transmitir informação semântica nos dicionários monolíngües, mas também é uma indicação que transmite informação pragmática e gramatical, de modo que se constitui em uma indicação multifuncional. Outras indicações do artigo, em compensação, não têm esta característica multifuncional, senão que se especializam no tipo de informação que transmitem.

d) O tipo de conhecimento transmitido

A definição é um discurso que transmite diferentes tipos de conhecimento. O grau de especialização do conhecimento transmitido é situado em um ponto determinado da relação conhecimento geral vs. conhecimento especializado. O que determina o grau de especialização adequado em cada definição é, em princípio, a situação comunicativa na qual a definição está inserida.

A noção do grau de especialização da definição é difícil de precisar, por vários motivos, mas é evidente que o grau de especialização do dicionário não é reduzido ao grau de especialização da definição, a não ser que se leve em conta, o dicionário completo. A medida da especialização depende, de forma clara, da função para a qual o dicionário é concebido, a finalidade para a qual os usuários o consultam, o perfil dos usuários preferenciais, as características do repertório lexicográfico no qual é incluído. Sem uma plena adequação entre estes parâmetros, não poderá ser valorizada a adequação do grau de especialização de um dicionário (porque não é o mesmo, por exemplo, a informação que oferece um repertório destinado a estudantes secundários que a aquela que oferece um repertório dedicado a especialistas em uma matéria).

3. Análise de dados

Estes elementos complementares resumidos são justificados com uma análise das informações contidas em um corpus de dicionários estabelecido para esta ocasião, e que tem as seguintes características:

a) Suposições de partida

- Os dicionários gerais incluem conhecimento especializado de tipo diverso.
- A definição é uma das indicações lexicográficas que transmite conhecimento especializado, mas não a única.
- O tipo de conhecimento especializado transmitido pela definição deveria ser condicionado pelo tipo de dicionário em que é tratado lexicograficamente.

b) Fases do estudo

Fase 1: delimitação do corpus de referência, que inclui a seleção dos tipos de dicionários analisados e a seleção dos dicionários concretos, além da descrição de tais obras. O corpus de referência é constituído por 30 dicionários monolíngües que cobrem os tipos lexicográficos monolíngües seguintes, para o catalão e para o castelhano: dicionário geral, dicionário de aprendizagem e dicionário terminológico.

A seleção destas obras oferece um conjunto de recursos adequados para dar conta das três suposições básicas sugeridas. São obras selecionadas atendendo à função que cobrem, aos usuários específicos a que são dirigidos e ao valor que lhes é atribuído em cada língua.

Fase 2: estabelecimento da amostragem (as 20 primeiras definições da letra c, de substantivos não deverbiais de cada dicionário) e vazio sistemático de definições.

Uma primeira aproximação às definições extraídas mostrava que a diversidade de tratamento do conhecimento especializado era muito ampla. Para evitar a diversificação do tratamento das unidades, foram analisadas, nesta fase, um número reduzido de entradas de cada dicionário. O número de 20 entradas de cada dicionário oferecem, com uma comprovação posterior, garantias de sistematização e de completude. Resultam especialmente interessantes às unidades coincidentes em mais de um dicionário. A análise dos mesmos signos lexicais, com diferentes definições, em diferentes tipos de dicionários, oferece grande informação sobre os tipos de dados analisáveis.

O vazio dos dados foi fixado em uma ficha desenvolvida no Microsoft Access. Além da definição, na ficha, são reunidos outros tipos de indicações que podem complementar a definição na transmissão de conhecimento especializado, e é dada uma ênfase especial nas marcas e contextualizadores, exemplos, glosas e informação gramatical.

Fase 3: análise das definições e formulação de asserções. O estudo das informações que oferece o texto da definição (principalmente) dos dicionários conduz à detecção de algumas generalizações que foram sistematizadas em forma de asserções exemplificadas com os dados do vazio.

As asserções se concentram nas valorizações sobre os dicionários, sobre a definição, sobre o tipo de conhecimento transmitido pela definição, sobre a relação entre o tipo de definição e o tipo de dicionário, sobre os elementos complementares da definição. A concentração da informação contida nas asserções permite a passagem ao estabelecimento de conclusões parciais da fase seguinte.

4. Conclusões orientadoras e sugestões de futuras pesquisas

A análise das definições permite estabelecer conclusões parciais ao contexto de cinco eixos:

a) Sobre os dicionários: concebidos como obras de referência, que são classificadas a partir de pontos de vista diferentes, que transmitem conhecimento especializado, que distribuem o conhecimento especializado segundo a classe de texto que representam e que são

diversificados de acordo com a função para a qual são concebidos e os usuários a que são destinados.

b) Sobre a definição: concebida como uma indicação que transmite conhecimento especializado, ao lado de outras indicações que a complementam, com uma estrutura estabelecida que pode ser mais ou menos condensada e partindo da base de que o tipo de informação que transmite está diretamente relacionada com o tipo de dicionário em que é incluída.

c) Sobre o tipo de conhecimento especializado: transmitido pela definição, mas também por meio de outras indicações, pode ser determinada a partir de marcas explícitas, é concentrada em partes específicas da indicação semântica principal, é de tipo diferente e pede ao usuário dispor de competências concretas.

d) Sobre o tipo de definição e o tipo de dicionário: entendido no sentido da relação que seria desejável entre duas variáveis, assumindo que definição e dicionário estão condicionados pela função e pelos usuários.

e) Sobre os elementos complementares da definição: detectados como informação útil para delimitar o conhecimento especializado que a definição transmite; a definição é um bom meio de transmissão de conhecimento especializado, mas é complementada por outros tipos de indicações diversas.

A primeira análise dos dados mostra que o tema é mais amplo do que se depreende do título deste artigo, e que as possibilidades de continuidade da investigação é centrada, levando em conta, pelo menos, os dois seguintes aspectos:

a) A relação da transmissão do conhecimento especializado ocorre entre reconhecimento e dicionário e não apenas entre conhecimento e definição. A definição é uma indicação da transmissão de conhecimento especializado, mas não é a única e nem, em alguns casos, a mais importante do dicionário. Neste sentido, deve ser feita uma distinção entre tipos diferentes de dicionários: por um lado, os dicionários de orientação geral e os de aprendizagem, e por outro lado, os dicionários de orientação terminológica. O comportamento e o valor da definição nos dois tipos de dicionários são diferentes, porque a intensidade da especialização num tipo de dicionário e no outro não é a mesma. De fato, o dicionário terminológico não necessita explicitar a especialização (porque esta é um constituinte próprio deste tipo de dicionário) enquanto que o dicionário geral deve usar recursos explícitos para torná-la evidente e distingui-la do conhecimento geral. A análise destes elementos deve ser aprofundada para concluir com certeza as afirmações que são apontadas aqui.

b) A medida da especialização dos dicionários não garante a adequação dos mesmos.

Neste artigo não é abordada a adequação da especialização dos

dicionários estudados, senão que estes são usados como fontes para mostrar o tipo de conhecimento especializado que é transmitido. Parte-se da base de que os dicionários vazios são representativos e confiáveis, ainda que a primeira análise elaborada não permite concluí-lo definitivamente. Deveriam ser sugeridos, nesta linha, parâmetros para avaliar o grau de especialização dos dicionários, que permitam valorizar a adequação da especialização dos dicionários que existem no mercado.

Referências Bibliográficas:

GELPÍ, Cristina; CASTILLO, Núria. Las Definiciones de Conceptos Especializados en Dicionarios Monolingues. In: *La Terminología Científico-Técnica*, IULATERM, Barcelona, p. 209-216, 2001.



SABi



05580307

UFRGS

UFRGS
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA
ÚLTIMA DATA CARIMBADA

[illegible]

A terminologia em foco

Neste número:

Andreina Adelstein

Christer Laurén

Cristina Gelpí

Didier Bourigault

Heribert Picht

Jennifer Pearson

Judit Feliu

Lothar Hoffmann

Maria Teresa Cabré

Marie-Claude L'Homme

Monique Slodzian

Núria Castillo

Pierre Auger

Rita Temmerman